



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

202ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 17 a 19 de julho de 2012

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

202ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

Data: 17 a 19 de julho de 2012

1 Aos dezoito dias do mês de julho de dois mil e doze teve início a Ducentésima Segunda Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência da Presidenta do
3 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da SNAS, Luziele Maria
4 de Souza Tapajós. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e
5 Suplentes do CNAS: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós, SNAS; Conselheira Simone
6 Aparecida Albuquerque, SNAS; Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues, MDS; Conselheira Lea
7 Lúcia Cecílio Braga, SNAS; Conselheiro Fábio Moassab Bruni, SNAS; Conselheira Margarida
8 Munguba Cardoso, da Secretaria Extraordinária para a Superação da Extrema Pobreza; Conselheiro
9 José Ferreira da Cruz, SNAS; Conselheira Meive Ausônia Piacesi, FONSEAS; Conselheira Marisa
10 Rodrigues da Silva, CONGEMAS; Conselheiro Charles Roberto Pranke, CONGEMAS;
11 Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci, Cáritas Brasileira; Conselheira Márcia de Carvalho
12 Rocha, Lar Fabiano de Cristo; Conselheira Leila Pizzato, Associação Antônio Vieira; Conselheiro
13 Wagner Carneiro de Santana, Fundação ORSA; Conselheiro Volmir Raimondi; Organização
14 Nacional de Cegos do Brasil – ONCB; Conselheira Dóris Margareth de Jesus, União Brasileira de
15 Mulheres – UBM; Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Fórum Nacional da População de Rua;
16 Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos Miranda, UNEGRO- União de Negros pela Igualdade;
17 Conselheira Aldenora Gomes González, Confederação Nacional das Associações de Moradores –
18 CONAM; Conselheiro José Araujo da Silva, Pastoral da Pessoa Idosa; Conselheiro Edivaldo da
19 Silva Ramos, Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais – ABEDDEV; Conselheiro
20 Carlos Rogério de Carvalho Nunes, CTB; Conselheira Jane Pereira Clemente, FENATRIBEF; e,
21 Conselheiro Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, OAB. **Visitantes:** Secretária Valéria
22 Gonelli; Cláudia Leite, ABRACE/CONIACC; Ana Paula Gonçalves, DRSPI/SNAR/MDS; Gabriela
23 B. Mendonça, Capemisa Social; Marlene Merisse, CFESS; Luziana C. Maranhão, COFFITO; Ana
24 Lúcia soares, FNT SUAS; André dos Santos, CFP; Hernany Castro, SEDEST/GDF; Alexandre
25 Reis, SEDEST/GDF; Maria Rosa Silveira Aguiar, Câmara Deputados, Mandato Dep. Eduardo
26 Barbosa; Fernanda L. campos, ASCOM/MDS; Fernanda de Paula, MDS/SENARC; André Moreira,
27 FENAPAES; Susan Faria, GM/MDS; Elisabeth Maria Valletti, SMADS/SP; Alice Okada de
28 Oliveira, SMDS/SP; Marly P. da Costa, CONSEAS/SP; Salete Dobreu, CONSEAS/Presidente;
29 Maria Joaquina de Jesus, CEAS/GO; Luis Otávio Farias, SNAS/MDS; Paulo Henrique Canhoto
30 Alves, ASPAR/MDS; Valéria Feitosa, ASCOM;MDS; Marlene Azevedo Silva, SEDEST/GDF;
31 Cláudia Sabóia, SEDEST/GDF; Clara Carolina de Sá, SNAS/MDS. , **ABERTURA.** A Presidenta,
32 iniciando a reunião, solicitou à Secretária-Executiva a verificação do quorum: Conselheiros na
33 titularidade: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós; Conselheira Simone Aparecida
34 Albuquerque; Conselheiro José Ferreira da Cruz; Conselheira Meive Ausônia Piacesi; Conselheira
35 Marisa Rodrigues da Silva; Conselheira Leila Pizzato; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana;
36 Conselheiro Volmir Raimondi; Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheira Aldenora
37 Gomes González; Conselheira Margareth Dallaruvera; Conselheira Jane Pereira Clemente;
38 Conselheiro Fábio Bruni; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes e Conselheiro Edivaldo
39 da Silva Ramos. Conselheiros na suplência: Conselheiro Charles Pranke; Conselheira Márcia de

40 Carvalho Rocha; Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos; Conselheiro José Araújo da Silva; e
41 Conselheiro Tiago Ferreira Cabral. Prosseguindo, a Presidenta lembrou o aniversário de Nelson
42 Mandela, citando suas palavras e levando-as para o campo da Assistência Social. **Pauta -**
43 **Dia 17/07/2012 – Manhã: 9h às 12h** - Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos
44 de Assistência Social. **Tarde - 14h às 18h** - Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento
45 da Assistência Social; Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social; Reunião da
46 Comissão de Política da Assistência Social; **18h às 19h** - Reunião da Presidência Ampliada. **Dia**
47 **18/07/2012 – Manhã - 9h às 09h15** - Aprovação da ata da 201ª Reunião Ordinária do CNAS e da
48 pauta da 202ª Reunião Ordinária; **09h15 às 10h** - Informes da Presidência/Secretaria Executiva,
49 MDS, CIT e de Conselheiros; **10h às 11h** - Apresentação e debate da proposta preliminar de
50 diretrizes para a Política e Sistema Nacional de Participação Social pela Secretaria Nacional de
51 Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República - *Conselho Nacional de*
52 *Assistência Social (CNAS) - 2/2*; **11h às 11h45** - Apresentação do CECAD (Consulta Extração
53 Seleção de Informações do CADÚNICO) pela SENARC/MDS; **11h45 às 12h30** - Apresentação
54 sobre passagens, diárias e legislações pertinentes pelo Ministério do Desenvolvimento Social e
55 Combate à Fome. **Tarde - 14h às 15h** - Projeto de Lei nº1527/2011, que propõe a inclusão no
56 artigo 23 da LOAS de Programas de Amparo as Pessoas e Famílias Circenses e de diversões
57 itinerantes. Representante do Deputado Federal Tiririca e uma representação nacional de artistas
58 circenses; **15h às 16h** - Apresentação da Gestão do SUAS pela Secretaria Nacional de Assistência
59 Social; **16h às 17h** - Apresentação da Rede Socioassistencial do SUAS pelo Departamento da Rede
60 Socioassistencial Privada do SUAS DRSP/SNAS; **17h às 18h** - Apresentação do Censo SUAS pela
61 Secretaria Nacional de Assistência Social. **Dia 19/07/2012 – Manhã - 9h** - Visita à Secretaria
62 Nacional de Assistência Social; **11h às 12h** - Relato da Presidência Ampliada. **Tarde - 14h às 15h** -
63 Relato da Comissão de Financiamento da Assistência Social; **15h às 16h** - Relato da Comissão de
64 Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social; **16h às 17h** - Relato da Comissão de
65 Normas da Assistência Social; **17h às 18h** - Relato da Comissão de Política da Assistência Social.
66 **Item Aprovação da ata da 201ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 202ª Reunião**
67 **Ordinária.** A Presidenta indagou se havia alguma observação em relação à ata. Em não havendo,
68 considerou aprovada a ata da 201ª RO do CNAS. Indicou as alterações na pauta, realizadas durante
69 as reuniões das Comissões. Registrou a realização da primeira reunião da Presidência Ampliada,
70 ocorrida até às 22h, agradecendo a participação dos seus membros. Informou as alterações
71 sugeridas na pauta durante a realização da reunião da Presidência Ampliada, com a Conselheira
72 Leila informou que, dada a importância do Censo, haviam considerado que o tempo estimado para
73 sua apresentação seria insuficiente, sugerindo que o tempo previsto para a visita à SNAS no dia
74 seguinte fosse usado para a continuação desse tema, com a Presidenta complementando essa
75 sugestão. A Conselheira Simone sugeriu que, como o censo era de responsabilidade do seu
76 Departamento, que essa apresentação fosse feita no dia seguinte, com o Coordenador Luís Otávio
77 fazendo sua apresentação nesse mesmo dia. A Presidenta indagou se o Pleno estava de acordo, com
78 essa alteração sendo aprovada pelos Conselheiros. A seguir, deu as boas vindas ao Dr. Daniel
79 Pitangueira de Avelino e cumprimentou a Conselheira Maria Aparecida Godói de Faria, ausente
80 nesse momento e que havia assumido a direção nacional da CUT no último Congresso como
81 Secretária Executiva Adjunta. Parabenizou o Conselheiro Edivaldo pelo seu aniversário, ocorrido
82 no dia 14 de julho, com o Pleno cantando parabéns em sua homenagem e parabenizando, também, a
83 Secretária Nacional Adjunta, Valéria Gonelli. **Item - Informes da Presidência/Secretaria**
84 **Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros.** A Secretária-Executiva esclareceu os temas tratados nos
85 informes, que traziam as ações da **Secretaria-Executiva e Presidência**, passando ao relato:
86 *“Informes da presidência e da Secretaria-Executiva: informes gerais: ausências justificadas:*

87 *Conselheira Fátima Aparecida Rampim nesta RO em virtude de férias; Conselheira Maria do*
88 *Socorro Fernandes Tabosa nesta RO em virtude de férias; Conselheira Solange Teixeira nesta RO*
89 *em virtude de férias; Conselheiro Thomaz Vasconcelos Nascimento nesta RO pela exoneração a*
90 *pedido do cargo que ocupava no MDS; o Conselheiro Dário Frederico Prache nessa RO em*
91 *virtude de férias; Conselheira Cláudia Faquinote nessa RO em razão de sua participação no IV*
92 *Congresso Marista de Educação Edição Internacional, na qualidade de Coordenadora do Fórum*
93 *Temático, Políticas Públicas, Direitos e Educação; Conselheiro José Geraldo França Diniz nessa*
94 *RO por motivo de férias; Conselheira Eloiana Cambraia nesta RO por motivo de compromissos*
95 *institucionais; Conselheira Maria Aparecida do Godói, conforme já comunicado. **E-mails enviados***
96 ***aos Conselheiros:*** *convocações: ao Conselheiro José Araújo da Silva para representar o CNAS na*
97 *113ª RO realizada no dia 25 de julho de 2012 em Brasília; Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga*
98 *para representar o CNAS na reunião descentralizada e ampliada do Conselho Estadual de*
99 *Assistência Social de Goiás na cidade de São Luís de Montes Belos no dia 22 de junho de 2012;*
100 *aos Conselheiros José Cruz e Jane Clemente para a primeira reunião do grupo de trabalho*
101 *instituído com objetivo de sistematizar o texto da Política Nacional de Capacitação e Educação*
102 *Permanente do SUAS realizada no dia 2 de julho de 2012 no Conselho Nacional; a Conselheira*
103 *Léa Lúcia Cecílio Braga para representar este CNAS na reunião ampliada do Conselho Estadual*
104 *de Assistência Social de Rondônia, na cidade de Porto Velho, realizada no dia 6 de julho de 2012;*
105 *ao Conselheiro José Araújo da Silva para representar este CNAS na 114ª RO da SIT realizada no*
106 *dia 4 de julho em Brasília; ao Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos para o Seminário Incidência*
107 *Política da Pessoa Cega no cenário brasileiro, realizados nos dias: 5, 6 e 7 de julho de 2012 em*
108 *Porto Alegre, aos Conselheiros Wagner Carneiro de Santana e Fábio Bruni para representar este*
109 *CNAS na 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizado nos dia 11*
110 *e 14 de julho de 2012 em Brasília; aos Conselheiros José Crus e Jane Clemente para a segunda*
111 *reunião do grupo de trabalho instituído com objetivo de sistematizar o texto da Política Nacional*
112 *de Capacitação e Educação Permanente do SUAS realizada no dia 16 de julho de 2012 nesse*
113 *Conselho; ao Conselheiro Wagner Carneiro de Santana para representar este CNAS na reunião*
114 *ordinária da Comissão Nacional Intersetorial para acompanhamento e implementação do Plano*
115 *Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos direitos de crianças e adolescentes à convivência*
116 *familiar e comunitária, no dia 16 de julho de 2012 em Brasília. **Boletins informativos do MDS:***
117 *boletim MDS nº 340, de 8 a 14 de julho de 2012; boletim MDS nº 341, de 15 a 21 de julho de 2012;*
118 *boletim MDS nº 342, referente ao período de 22 e 28 de julho de 2012; boletim MDS especial*
119 *Rio+20; boletim MDS especial um ano de Brasil Sem Miséria; boletim MDS nº 343, de 29 a 6 de*
120 *julho de 2012; boletim MDS nº 344 de 6 a 12 de julho de 2012. **Documentos diversos:** manifesto do*
121 *CNAS referente à VIII Conferência Nacional de Assistência Social: ata e gravação da 200ª RO,*
122 *ocorrida nos dias 17 e 18 de maio; ata e gravação da 201ª RO do CNAS, ocorrida nos dias: 12,*
123 *13 e 14 de julho de 2012. Apresentações das comissões temáticas do CNAS, expostas no dia 11 de*
124 *julho de 2012; apresentação em Power Point exposta no dia 13 de julho de 2012 durante a 201ª RO*
125 *do CNAS; aos Conselheiros Fábio Bruni e Cláudia Faquinote o calendário do SINASE. E-mail da*
126 *Coordenação Geral de Educação Alimentar e Nutricional do MDS, sobre a consulta pública do*
127 *marco de referência de educação alimentar e nutricional para as pessoas. Para as políticas*
128 *públicas. Apresentação do Secretário Extraordinária para a superação da extrema pobreza do*
129 *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tiago Falcão com o tema: balanço de*
130 *um ano do Brasil Sem Miséria. Proposta de pauta para a 202ª RO do CNAS. Avisos de*
131 *reapresentação da teleconferência sobre o plano de ação 2012; nota de falecimento o da*
132 *professora Evelyn Muniz; síntese da mídia on line de 27 de julho de 2012; Cartilha AGU eleição*
133 *2012; texto da professora e doutora Potiara Amazoneira Pereira: Por que continuo contra as*

134 *políticas sociais focalizadas? Relatório de participação do Conselheiro José Araújo na Rio+20;*
135 *proposição de pauta dessa reunião ordinária com a inclusão do item “apresentação do projeto de*
136 *lei nº 1527 de 2011, que propõe a alteração do artigo 23 da lei 8742, de 17 de dezembro de 1993*
137 *para prever a criação de programas de amparo às pessoas e famílias que exerçam atividades*
138 *circenses e diversões itinerantes. **Publicações de resoluções do CNAS e portarias:** Resolução*
139 *CNAS número 19, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União dia 13 de junho de*
140 *2012, seção II página 48, que institui o grupo de trabalho com o objetivo de sistematizar o texto da*
141 *Política Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS. Portaria MDS nº 123, de 26*
142 *de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de junho de 2012, seção I, página*
143 *47, que dispõe sobre o repasse do cofinanciamento federal do piso variável de média complexidade*
144 *e dá outras providências. Resolução CNAS nº 20, de 26 de junho de 2012, publicada no Diário*
145 *Oficial da União de 27 de junho de 2012, seção II página 37 que trata da composição das*
146 *comissões temáticas do Conselho Nacional de Assistência Social. Portaria MDS nº 146 de 2012, de*
147 *13 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 16 de julho de 2012, seção II,*
148 *página 58 que publicou a renúncia da Conselheira representante da Sociedade Civil, Regiane Silva*
149 *de Lima, terceira suplente representante da entidade (ininteligível) do Brasil. **Participação do***
150 *CNAS: os Conselheiros José Araújo e Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria na Rio+20,*
151 *diálogos para desenvolvimento sustentável realizados nos dias 16 e 18 de junho de 2012 na cidade*
152 *do Rio de Janeiro. A Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga na reunião descentralizada e ampliada*
153 *do Conselho Estadual de Assistência Social de Goiás na cidade de São Luiz de Montes Belos no dia*
154 *22 de julho; o Conselheiro José Araújo da Silva na 113ª reunião ordinária da SIT realizada no dia*
155 *25 de junho de 2012 em Brasília; o Conselheiro José Ferreira da Cruz e a Secretária-Executiva*
156 *Maria das Mercês Oliveira de Carvalho na quinta reunião com representantes do governo e da*
157 *Sociedade Civil nas Comissões Organizadoras das conferências nacionais de 2011, 2012 e 2013 no*
158 *dia 28 de junho de 2012, no Palácio do Planalto; o Conselheiro José Araújo da Silva na 114ª RO*
159 *da SIT, no dia 4 de julho de 2012 em Brasília; a Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga na reunião*
160 *ampliada do Conselho Estadual de Assistência Social de Rondônia na cidade de Porto Velho, no*
161 *dia 6 de julho; o Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos no seminário de Incidência Política da*
162 *Pessoa Cega no Cenário Brasileiro realizado nos dias 5, 6 e 7 de julho em Porto Alegre. A*
163 *Presidenta do CNAS, Luziele Tapajós, a Conselheira Cláudia Faquinote e a Secretária-Executiva*
164 *do CNAS no Encontro Nacional de Monitoramento e Vigilância Socioassistencial do SUAS 2012,*
165 *realizado nos dias 4, 5 e 6 de julho de 2012 em Brasília. Os Conselheiros Wagner Carneiro de*
166 *Santana e Fábio Bruni participaram da XIX Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do*
167 *Adolescente, realizado nos dias 11 e 14 de julho de 2012 em Brasília; o Conselheiro Wagner*
168 *Carneiro de Santana participou da reunião ordinária da Comissão Nacional Intersetorial para*
169 *acompanhamento e implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos*
170 *Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária no dia 16 e julho em*
171 *Brasília. **Comunicado:** o Conselho Estadual de Assistência Social do Ceará informa que elegeu*
172 *sua nova Mesa Diretora para o período de 9 de julho de 2012 a 9 de julho de 2013, tendo sido*
173 *eleita como Presidenta a Sra. Silvana de Matos Brito Simões, representante da Secretaria do*
174 *Trabalho e Desenvolvimento Social e Vice-Presidente o Sr. Francisco Elenilson Gomes do*
175 *Nascimento, representante da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza. A organização*
176 *Nacional de Cegos do Brasil - ONCB, informa que na assembleia geral ordinária da ONCB,*
177 *realizada nos dias 6 de julho de 2012, na cidade de Porto Alegre, com a presença dos 27 delegados*
178 *estaduais, foram eleitos os novos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal e*
179 *Deliberativo da ONCB para o quadriênio 2012-2016. Conselhos Municipais de Assistência Social,*
180 *os Conselhos Estaduais de Assistência Social do Amazonas, Tocantins, Ceará, Rio de Janeiro,*

181 *Secretarias de Estado da Assistência Social, entidades de Assistência Social manifestaram-se*
182 *parabenizando pela nova composição do CNAS e eleição da Presidenta e Vice-Presidenta deste*
183 *Conselho. Site: inclusão na pasta legislação resoluções do CNAS: Resolução do CNAS número 19;*
184 *e notícia: Luziele Tapajós eleita Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social.*
185 *Aniversariante no mês de junho: Conselheiro Edivaldo Ramos, no dia 14 de julho”. Informes do*
186 **MDS.** A Secretária da SNAS, Adjunta, Sra. Valéria Gonelli, falou sobre a realização de duas
187 reuniões, cujos informes já haviam sido distribuídos, debatidos e publicizados no dia 25 de junho.
188 Destacou a importância de informar sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA,
189 discorrendo sobre sua criação, objetivo e a promoção do direito da população à alimentação
190 saudável, ademais da legislação a respeito. Informou que a nova legislação permitia a parceria com
191 estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos sem a necessidade de celebração de
192 convênios a partir da assinatura de termo de adesão, esclarecendo como era esse procedimento,
193 conduzido pelo MDS e por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar. A Secretária
194 esclareceu que outro importante informe era sobre a Lei de Acesso à Informação, discorrendo sobre
195 os procedimentos a serem observados pela União, estados e municípios, para garantir aos cidadãos
196 o exercício de direito à informação. Indicou que os pedidos de informação não precisavam ser
197 justificados e o prazo para atendimento era de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias, com aquelas
198 informações sigilosas sendo preservadas durante determinado tempo. Falou sobre outras questões
199 que a LAI abordava, a adequações, pelas instituições, para sua aplicação, com o CNAS também
200 sendo objeto de consulta e com a Secretaria-Executiva respondendo a perguntas dentro desse
201 processo. Prosseguindo, indicou que não faria um informe sobre o SECAD, por ser objeto da pauta,
202 ressaltando que o Demonstrativo 2011 era importante e estava em fase de processamento por parte
203 dos municípios e do estado, com essa apropriação da utilização dos recursos, tendo o demonstrativo
204 físico-financeiro on line, onde os Conselhos tinham a sua grande parcela também de aprovação.
205 Informou que a parte do gestor era até 31 de julho, e o prazo para os Conselhos darem o seu parecer
206 no demonstrativo era até 31 de agosto de 2012, o que era fundamental ter conhecimento. A
207 Secretária falou sobre também sobre a expansão dos serviços dos CREAS e o reajuste dos valores
208 dos pisos da média complexidade, sendo ofertadas 300 unidades e aceitas 156 unidades, colocando-
209 se no final do ano outra possibilidade de aceite; oferecimento de 5 centros-dias e aceite de 4 e uma
210 recusa de uma gestão municipal; informou que foram aceitas 72 unidades de Centro POP, nesse
211 processo de implementação e expansão dos serviços; 27 residências inclusivas e com o aceite por
212 parte de 124 municípios em relação à expansão e implantação do serviço de acolhimento. Quanto à
213 proteção social básica, em termos de aceite para a implantação de novos PAIF e CRAS, tinham 264
214 municípios começando a receber recursos para implementação, equipes volantes 211 municípios, e
215 lanchas, com 109 adesões, estando nesse processo de aceite. Com relação ao ACESSUAS,
216 Programa de Acesso ao Mundo do Trabalho, 311 municípios realizaram o aceite, sendo iniciado o
217 processo de transferência de recursos. Informou que o Capacita SUAS teve adesão de todos os
218 estados com todas as metas que foram ofertadas, indicando sobre o edital para a chamada pública
219 para as instituições de ensino superior para compor a Rede Nacional de Capacitação, de
220 formação permanente continuada, e que havia sido prorrogada até o dia 26 de julho. Como último
221 informe, falou sobre o Piso de Proteção Social, aprovado na 61ª Conferência Mundial do Trabalho,
222 discorrendo sobre a retomada dessa discussão de um sistema de seguridade, público, mundial a
223 partir da OIT, e cuja documentação repassaria para os Conselheiros. Informou que o tema sobre as
224 CIBs, seria tratado durante a pauta a ser desenvolvida nessa reunião, indicando, também, o
225 ACESUAS-Trabalho, com adesão de 292 municípios, já com transferência de recursos. Relatou que
226 esse programa tinha o acompanhamento do CNAS, junto com o CONGEMAS e com o FONSEAS,
227 e a SESEP e a SNAS. A Presidenta, abriu para os esclarecimentos, sugerindo que após fosse a

228 apresentação do Dr. Daniel e depois da sua fala, antes do SECAD, abririam para os informes do
229 CONGEMAS, SIT, FONSEAS e dos Conselheiros. A seguir, indagou se havia algum
230 questionamento ao relato do MDS. Em não havendo a Presidente passou para a Secretária-
231 Executiva, para que explicasse o que havia sido votado na reunião passada, com respeito ao tema a
232 ser apresentado pelo Dr. Daniel Avelino, Diretor de Participação Social pelo Instituto da Secretaria
233 Geral da Presidência da República. A Secretária-Executiva relatou que a Secretaria Nacional de
234 Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, desde o ano anterior, vinha
235 realizando debates com os Conselhos Nacionais, incluindo Secretários-Executivos e
236 Coordenadores. Destacou a rica troca de experiências, tendo sido sugestão da Secretaria Nacional
237 de Articulação a apresentação dessa política e do Sistema Nacional de Participação Social. **Item -**
238 **Apresentação e debate da proposta preliminar de diretrizes para a Política e Sistema Nacional**
239 **de Participação Social pela Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da**
240 **Presidência da República - Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2.** O Dr. Daniel
241 manifestou sua satisfação em estar nesse Pleno, colocando-se á disposição para prosseguir nesse
242 diálogo, sempre que necessário. Informou o papel da Secretaria Geral da Presidência da República,
243 responsável pelo acompanhamento dos diálogos com a Sociedade Civil, com os movimentos sociais
244 e também com as instâncias de participação social. Discorrendo sobre as atividades realizadas,
245 como os Encontros de Secretários Executivos, o Fórum Interconselhos, o Encontro de Comissões
246 Organizadoras de Conferências Nacionais, as discussões sobre o marco regulatório das
247 organizações da Sociedade Civil, as políticas de juventude, as atividades de participação social no
248 ciclo orçamentário, PPA e LOA, as discussões sobre participação social em programas estratégicos
249 do governo federal, a atividade específica sobre o Brasil Sem Miséria, a realizar-se no dia 8 de
250 agosto, ademais de outras ações sendo desenvolvidas pela Presidência da República, com o foco
251 específico na participação social. Ponderou que seria de interesse do CNAS participar nessas
252 discussões em outra oportunidade, pois nesse momento falaria sobre a discussão atual na Política
253 Nacional de Participação Social. Falou sobre as ações realizadas no governo no sentido de aumentar
254 a eficácia e qualidade dessas discussões e também ampliar a participação social, não apenas em
255 termos de quantidade, mas também de qualidade e diversidade de praticantes, se atuassem de forma
256 integrada. Destacou que o desafio era fazer com que essas ações fossem realizadas de forma
257 integrada, devendo se pensar em uma Política Nacional de Participação Social. Com relação ao
258 material em tela, indicou que o mesmo estaria disponível na internet para consulta. Discorreu sobre
259 a necessidade de se discutir uma Política Nacional de Participação Social, sendo direito do cidadão
260 exigir que os estados fossem organizados de forma participativa, constante na Declaração Universal
261 dos Direitos Humanos e fundamentado na Constituição Federal brasileira de 1978 e na carta Ibero-
262 Americana de participação cidadã na gestão pública de 2009, da qual o Brasil era signatário e
263 participante. O Dr. Daniel ponderou que, considerando que a Participação Social era um direito
264 humano, era necessário estabelecer as políticas públicas que a favoreceriam. A seguir, passou a
265 explicar sobre Política Nacional de Participação Social e Sistema Nacional de Participação Social,
266 movimentos necessários e complementares, arrazoando sobre seu alcance e com a participação
267 integrada de outros entes da federação, estados e municípios, assim como organizações da
268 sociedade civil, ademais de considerar a articulação intersetorial, ou seja, a participação de várias
269 áreas governamentais, exemplificando com a área de Assistência Social. Indicou os objetivos gerais
270 dessa política, conforme o material em tela, com o principal sendo promover ou concretizar a
271 garantia do direito humano à participação social nos negócios de governo, com essa discussão
272 objetivando a sua realização. Observou que sendo uma política governamental, a Coordenação
273 caberia à Presidência da República, por meio da Secretaria Geral da Presidência da República, mas
274 também passando por uma Coordenação setorial em cada uma das áreas de governo, que ficariam a

275 cargo dos respectivos Ministérios, ressaltando como essa política se concretizaria e como se tornaria
276 realmente efetiva. Ressaltou a necessidade de ser um sistema flexível, aberto a mudanças e a
277 inovações, e sendo já um vasto conjunto de alta qualidade em termos de instrumento de participação
278 social, mas viabilizando a possibilidade de criação de novos instrumentos de participação social.
279 Discorreu sobre as características necessárias para que esse Sistema acontecesse, sendo também
280 necessário reafirmar a participação social como instrumento de fortalecimento da democracia, com
281 o objetivo sendo fazer com que todo programa governamental contemplasse alguma medida e
282 iniciativas de participação social no seu funcionamento. Falou sobre a identificação e levantamento
283 dos pontos em que a participação social estava sendo efetiva e aqueles em que isso não estaria
284 acontecendo. Ponderou que ainda estavam em uma discussão bastante inicial sobre isso,
285 relacionando os órgãos que estavam participando dessas ações. Falou sobre os eixos fundamentais
286 para que o sistema fosse bem sucedido, a dimensão intra-governo federal, a dimensão
287 intergovernamental e o diálogo entre governo e sociedade, discorrendo sobre os mesmos.
288 Apresentou, no material em tela, exemplos de espaços de participação social, que já existiam e
289 estavam em funcionamento e que por meio de um Sistema Nacional de participação social poderiam
290 ser integrados, ressaltando que o CNAS já tinha um acúmulo bastante grande dentro dessa área de
291 participação social, com a área de Assistência Social sendo uma área participativa por excelência,
292 discorrendo sobre os espaços existentes e como promover seu fortalecimento. Relatou que o CNAS
293 já havia sido objeto de análise específica pelos pesquisadores do IPEA; relatando as atividades
294 realizadas, citando o Seminário Nacional de Participação Social e que nesse ano seria realizado um
295 seminário internacional, com a presença do Conselho Nacional sendo essencial nesses eventos. O
296 Dr. Daniel falou sobre o que havia sido debatido até o momento e como essa reunião no CNAS se
297 encaixava nesse processo, falando sobre a divisão das áreas governamentais divididas em eixos
298 temáticos, pela Presidenta da República e os temas tratados em cada um dos mesmos. O Dr. Daniel
299 ressaltou que ao invés de trazer uma minuta de Política Nacional já pronta para debate, pretendiam
300 que esse Conselho pudesse participar desde os estágios iniciais desse debate, o que seria feito por
301 meio das contribuições de todos e conforme o registro da reunião, da ata e da gravação,
302 pretendendo que o CNAS tivesse um papel protagonista nesse tipo de debate. Concluindo, ponderou
303 que o CNAS era o órgão superior, deliberativo e colegiado da Política de Assistência Social
304 brasileira, sendo que ademais das atribuições próprias, também era, para a Presidência da
305 República, um órgão da participação social, com a Secretaria Geral da Presidência da República se
306 colocando à disposição do Pleno. A Presidenta destacou a importância que esse tema, indicado pela
307 Secretaria-Executiva, viesse para conhecimento dos Conselheiros, passando a palavra para os
308 inscritos. O Conselheiro Wagner manifestou sua satisfação pela abordagem desse assunto,
309 chamando-lhe a atenção a colocação do Dr. Daniel a respeito da experiência do CNAS, discorrendo
310 sobre o SUAS e sobre terem muito para contribuir nessa democracia participativa. Discorrendo
311 sobre as ações já realizadas pela Secretaria da Presidência da República, solicitou que fosse
312 esclarecido como a sociedade civil poderia participar nesse chamamento do governo. Concluindo,
313 manifestou sua satisfação em poder discutir esse assunto, dando as boas vindas a todos os
314 Conselheiros. A Conselheira Nilsia indagou se era discutida na Secretaria a possibilidade de
315 patrocínio desses movimentos sociais. O Conselheiro Edivaldo cumprimentou o Dr. Daniel, com
316 quem havia convivido anteriormente, cumprimentando, também, pela iniciativa do governo
317 brasileiro que vinha contribuir para o crescimento de uma sociedade que até pouco tempo só visava
318 a questão econômica. Indagou se teriam acesso ao material para melhor contribuir e que, embora já
319 tivesse dito que usaria o material dessa reunião, como se daria essa participação do CNAS em um
320 segundo passo; e, qual seria o formato dessa instância e como se daria a efetivação dessa
321 democracia e dessa participação. O Conselheiro Anderson, parabenizando pela apresentação,

322 manifestou a necessidade da sociedade civil, do diálogo com o governo, concordando com a
323 colocação do Dr. Daniel na realização de encontro dos grandes Conselhos, destacando a
324 necessidade de diálogo entre as diversas instâncias, efetivando a política da intersectorialidade e do
325 trabalho nas três esferas federativas, federal, estado e município. O Conselheiro Ademar destacou a
326 importância do direito à participação da sociedade civil para a segurança da democracia. Ressaltou
327 a importância das conferências e o legado que deixavam para a sociedade, indagando se da parte da
328 presidência estavam fazendo o levantamento sobre a contribuição desses eventos para esse processo
329 de participação. Indicou que no dia 24 haveria outra rodada da discussão de um projeto de lei sobre
330 o marco regulatório da relação estado e sociedade civil, com uma carta aberta alertando para o que
331 esse pré-projeto de lei poderia oferecer, e aquilo em que era preciso avançar nesse marco
332 regulatório. A Conselheira Dóris arrazoou que esse processo não deixava de ser resultado da luta
333 dos movimentos sociais de muitos anos, aperfeiçoando esses processos de participação e falando
334 sobre a discussão que os movimentos sociais tinham sobre os mesmos. Questionou se esse processo
335 se iniciava com a preocupação com as minorias, discorrendo sobre o papel da mulher e seu lugar no
336 espaço de poder. Observou que além de ter o direito da participação, havia a garantia do exercício
337 desse direito, o que era fundamental. Falou que as conferências haviam se esgotado, considerando
338 as ações realizadas nesses eventos, tendo que parar para pensarem no que haviam definido, tomando
339 todos os eventos realizados e unificar esse processo. A Conselheira Meive relatou sua participação
340 no Seminário Nacional de Participação, questionando em que espaços e de que forma essa
341 democracia participativa seria estimulada. Colocou a questão da articulação federativa com os
342 estados e municípios e, como representante do FONSEAS, convidou o Dr. Daniel para fazer essa
343 discussão, indicando a reunião a ser realizada no dia 20 de agosto. A Conselheira Simone destacou
344 a importância que a Presidência da República colocasse na agenda política a discussão da
345 participação, mostrando qual era o projeto desse governo para a sociedade e para o estado.
346 Ponderou que o direito à participação estava colocado na Constituição de 88, mas a sua prática
347 concreta na realidade brasileira vinha sendo muito difícil, discorrendo sobre o direito de as pessoas
348 participarem. Falou sobre as dificuldades que os Conselhos enfrentavam em todos os setores,
349 inclusive na estrutura física, com os Conselheiros sem condições de participar, tanto financeira
350 como de informações, mas com o CNAS tendo condições de participar dessa discussão. Sugeriu que
351 poderiam efetivar o orçamento participativo, consolidar a experiência nacional, existindo algumas
352 importantes experiências municipais para serem socializadas. Falou sobre a discussão colocada pelo
353 ex-Ministro do MDS, Sr. Patrus Ananias, que deveriam instituir ou fomentar o planejamento
354 participativo, não apenas o orçamento participativo, indicando que o governo também vinha tendo
355 experiências pontuais, que mereciam talvez serem sistematizadas em uma política nacional,
356 sugerindo a criação da Comissão de Participação Popular na Câmara dos Deputados e no Senado,
357 considerando a interlocução complicada que os Conselhos tinham com o legislativo. Concluindo,
358 propôs que discutissem uma lei de responsabilidade social, que considerava ser o grande desejo dos
359 Conselhos para que facilitasse a discussão da intersectorialidade. Parabenizou o Ministro Gilberto
360 Carvalho e toda a sua equipe pelo papel importantíssimo de colocar a participação social na agenda
361 política brasileira. A Conselheira Margarida considerou muito importante a revisão sobre os
362 mecanismos de participação criados a partir da Constituição de 88. Sugeriu, para incrementar esse
363 processo, que assim como tinham o Conselho de Desenvolvimento Econômico, que se reunia com a
364 Presidenta, que todos os Conselhos da área social se reunissem anualmente com a Chefe de Estado,
365 considerando a prioridade que vinha demonstrando. O Dr. Daniel indicou a presença da Sra. Suellem
366 Gonçalves, Coordenadora da área de instrumento de participação social e colaboradora do texto
367 apresentado, que manifestou sua satisfação em participar desse encontro. Prosseguindo, o Dr.
368 Daniel observou que com certeza se encontrariam em outros momentos, para discutir não apenas

369 esse, mas também outros temas de interesse, comprometendo-se a enviar para os Conselheiros não
370 apenas o material apresentado, mas outros sobre a questão. Informou ao Conselheiro Wagner que
371 ainda não havia sido colocado especificamente quais seriam os critérios para escolha da sociedade
372 civil que participaria da gestão. Sugeriu que a sociedade civil não se contentasse com sua resposta,
373 mas que se existisse algum critério para essa participação na gestão do sistema, não esperasse pelo
374 governo, encaminhando essa proposta. Dirigindo-se à Conselheira Nilsia, informou que o
375 financiamento de organismos da sociedade civil organizada, ainda não havia sido colocado em
376 termos mais específicos, mas que esse assunto estava na pauta, relatando a posição da Secretaria
377 Geral de fortalecer essas instituições, os movimentos, e se para fortalecer fosse necessário também
378 fazer financiamento com recursos governamentais, fariam essa movimentação. Falou sobre a
379 importância de participação no CNAS e o aprendizado para todos, destacando que inicialmente
380 estavam colhendo subsídios para a política, e que o segundo passo era que as pessoas se
381 apoderassem desse tema, propondo como deveria ser seu desenho. Informou que no segundo
382 semestre pretendiam realizar o Seminário Internacional de Participação Social, discorrendo sobre as
383 ações que seguiriam a esse encontro, apresentando um projeto mais delineado no do ano. Sugeriu
384 que o CNAS e aqueles Conselhos que tivessem acúmulo histórico na área de participação social e
385 de mobilização da sociedade civil, não aguardassem os próximos passos, mas sim que tomassem
386 iniciativas, sugerindo a inclusão desse tema na pauta das reuniões. Com relação ao questionamento
387 do Conselheiro Anderson, observou que era essencial o diálogo do governo com a sociedade civil,
388 com os Conselhos sendo um espaço privilegiado para isso, destacando a preocupação com
389 intersetorialidade, estimulando-se cada vez mais esses espaços, relatando a promoção de encontros
390 interconselhos pela Secretaria Geral da Presidência. Concordava com o Conselheiro Ademar sobre
391 a ideia da democracia como um processo sustentável, solidário e participativo, não podendo ser de
392 outra maneira, discorrendo sobre o fortalecimento dos espaços de participação social. Falou sobre
393 as conferências, sendo muito ligadas aos órgãos que as promoviam, com os ministérios podendo
394 fazer esse monitoramento, mas que era uma pauta para a Secretaria Geral, discorrendo sobre as
395 ações a serem realizadas. Sugeriu que o CNAS promovesse uma discussão do marco regulatório,
396 tendo a ganhar com essa ampliação do debate. Em relação ao questionamento da Conselheira Dóris,
397 observou que a Política Nacional de participação social, só era possível considerando o acúmulo
398 histórico existente na sociedade brasileira sobre esse tema, facilitando seu desenvolvimento. O Dr.
399 Daniel concordou que havia problemas, discussões a serem feitas, mas incitando o CNAS a
400 participar dessa discussão, levando o acúmulo que possuía para os debates que estavam sendo feitos
401 na Presidência da República. Respondendo à Conselheira Meive, esclareceu que a ideia da
402 articulação federativa era um ponto central nesse debate, discorrendo sobre a situação atual,
403 indicando haver experiências de Participação Social que eram bem-sucedidas e que podem servir de
404 base para outras ações. Relatou a realização de pelo menos 14 conferências nacionais no próximo
405 ano, sendo um desafio para o governo federal, ressaltando o que significava uma conferência
406 municipal do ponto de vista de uma de gestão municipal de uma cidade pequena e com poucos
407 recursos, o que trazia preocupação. Que esse era um dos motivos para manter esse diálogo e tentar
408 encontrar uma solução adequada, ressaltando que o convite feito para esse tema entrar na pauta do
409 CNAS estava registrado e tentaria mobilizar outros colegas para essa participação. Destacou ser um
410 convite extensivo aos órgãos, as instâncias da Sociedade Civil e as organizações que estavam
411 representadas, podendo se ampliar esse debate, discorrendo sobre a efetivação dessa política
412 participativa. Falou sobre a participação social no processo orçamentário e as iniciativas que o
413 governo já havia tomado, falando sobre as reuniões realizadas e outra que seria realizada.
414 Convidando o CNAS para participar. Falou sobre a participação da Sociedade Civil, processo que
415 precisavam construir tanto tecnicamente quando politicamente, contando com o apoio também da

416 militância da Assistência Social. Quanto ao indagado pela Conselheira Margarida, concordou com a
417 necessidade de revisar os mecanismos de capacitação social, levando em consideração o acúmulo
418 histórico que possuíam e defendendo aquilo em que acreditavam, que era a ampliação da
419 democracia. Relatou que também existiam opiniões no sentido de reduzir os espaços de
420 Participação Social, os canais de democracia participativa que havia no governo, sendo que reverter
421 essa situação e precisando de todo o apoio da militância da assistência social governamental ou não.
422 Informou que nos encontros interconselhos já realizados não haviam contado com a presença da
423 Presidenta da República, o que tentariam conseguir, falando sobre os demais eventos a serem
424 realizados e em um dos quais não haviam podido contar com o CNAS. Ponderou que a discussão do
425 tema de Participação Social também estava dentro das atribuições desse Conselho, com o registro
426 dessa reunião passando a integrar o processo de construção da política, colocando a Secretaria-
427 Geral da Presidência da República à disposição para que continuassem esse debate. A Presidenta
428 agradeceu a participação do Dr. Daniel colocando o CNAS à sua disposição e mandando
429 cumprimentos ao Secretário-Geral, Ministro Gilberto Carvalho. O Conselheiro Volmir informou ter
430 participado do Conselho Nacional de Saúde, relatando algumas ações de capacitação feitas por uma
431 plataforma on line, relatando os problemas de acessibilidade pelas pessoas com deficiência. A
432 Presidenta informou que os relatos ficariam para o período da tarde, passando para o **Item**
433 **Apresentação do CECAD (Consulta Extração Seleção de Informações do CADÚNICO) pela**
434 **SENARC/MDS**. Indicou a presença da Diretora Cláudia Regina Badine, da SENARC, a quem deu
435 as boas vindas, que agradeceu a oportunidade de apresentar o SECAD em nome da Secretaria
436 Nacional de Renda e Cidadania, responsável pelo Cadastro Único e Bolsa Família, falando sobre o
437 seu avanço e a sua divulgação. Informou a disponibilização no próximo mês, de uma plataforma
438 dentro do site do Ministério, que vai possibilitaria o acesso às informações sintéticas do Cadastro
439 Único, passando a palavra para a Sra. Fernanda Pereira de Paula. A Sra. Fernanda passou a
440 discorrer sobre o material em tela, com o SECAD estando disponível pelo SIGPBF, Sistema de
441 Gestão do Programa Bolsa Família, com acesso pelos gestores estaduais e municipais. Apresentou
442 as funcionalidades, discorrendo sobre as informações registradas na base nacional do Cadastro
443 Único. Falou sobre os formulários de cadastramento e sua atualização dos dados das famílias
444 cadastradas, discorrendo sobre a importância dessa ferramenta. Indicou que havia uma Instrução
445 Operacional feita em conjunto entre a Secretaria Nacional de Assistência Social e a Secretaria
446 Nacional de Renda e Cidadania, detalhando o passo a passo da utilização dessas funcionalidades,
447 passando à sua apresentação. Discorreu sobre a facilidade de preencher os formulários, e como as
448 diversas informações estavam organizadas com os dados dos usuários do Cadastro Único e como
449 era possível fazer uma combinação entre as diferentes variáveis do cadastro. Indicou ser possível
450 acessar os dados do SECAD, não somente pelo SIGPBF, mas também pelo portal do MDS, com a
451 SAGI disponibilizando uma série de ferramentas gerenciais e informacionais, explicando como esse
452 programa era acessado pela internet. ideal era que o acesso a esses dados fosse feito pelos gestores
453 estaduais e municipais, que já tivessem acesso ao SIGPBF, com aqueles gestores que não tinham
454 esse acesso, podendo acessar pelo MDS, ademais da disponibilização do TABCAD, em agosto. A
455 Sra. Fernanda informou que além da Instrução Operacional, existia um manual que o uso dessa
456 ferramenta, ademais do recurso da educação à distância, módulo existente no MDS, podendo se
457 inscrever para fazer cursos para utilizar o SECAD e todas as suas funcionalidades, indicando o *e-*
458 *mail* institucional onde as pessoas poderiam encaminhar as suas dúvidas e sugestões,
459 secad@mds.gov.br. A Presidenta manifestou sua satisfação em ver o avanço alcançado nos dados
460 do Cadastro Único, abrindo a consulta para todos. O Conselheiro Anderson manifestou sua
461 satisfação em ver o segmento da população de rua incluído no CADÚNICO, parabenizando a
462 abertura dessa política, trazendo a intersetorialidade para dentro da Assistência Social, e sendo

463 muito importante a discussão desse tema dentro do CNAS. O Conselheiro Ademar indagou se era
464 possível articular os dados do CAD com outros dados, citando o PAA, que informava as
465 organizações incorporadas ao Plano de Financiamento Antecipado da Agricultura Familiar para as
466 entidades assistenciais. Observou que depois da discussão com relação à informação, os dados dos
467 pobres estavam todos decodificados, considerando ser preciso fazer um CAD dos veículos. A
468 Conselheira Meive ponderou que haviam falado em planejamento participativo, querendo-se
469 trabalhar em cima de planos e de indicadores. Observou que quando o SECAD permitisse o acesso
470 aos dados, encontrariam diagnóstico, facilitando a identificação dos dados dentro de uma
471 territorialidade. Informou que haviam entregue o seu banco de dados do Cadastro Único para o
472 Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará, que estava trabalhando o diagnóstico de
473 três regiões, a partir do CAD, informando o número de cadastros. Que gostaria que o representante
474 do Instituto viesse até a SAGI para o levantamento dessas informações, sendo importante identificar
475 os resultados em relação à extrema pobreza também. O Conselheiro Edivaldo cumprimentou pela
476 exposição e pela construção dessa ferramenta pelo MDS, com esse banco de dados permitindo
477 conhecer a demanda real. Informou que acessaria esse sistema para verificar os critérios de
478 acessibilidade, inclusive para poder fazer algumas sugestões. Indagou se no cadastro havia algum
479 registro com relação à deficiência, se a pessoa possuía deficiência e se a família possuía membros
480 com deficiência. A Sra. Fernanda, dirigindo-se ao Conselheiro Anderson, informou que os
481 formulários do Cadastro Único passaram por um processo de revisão, durante aproximadamente 3
482 anos, com a participação de gestores estaduais, municipais e diferentes parceiros do MDS, relatando
483 o público que estava sendo identificado, visando que todas as famílias estivessem corretamente
484 identificadas no Cadastro Único e suas informações estivessem qualificadas. Informou que existia a
485 possibilidade de utilização do Cadastro Único combinando com outros registros administrativos, o
486 que proporcionava a melhoria dos dados, com todas as regiões administrativas acessando as
487 informações, mas que ainda não haviam chegado a esse patamar. Destacou a necessidade de
488 formação de técnicos estaduais e municipais para que trabalhassem com todas as ferramentas
489 disponíveis. Que haviam feito capacitações específicas com alguns estados, para que pudessem
490 difundir a utilização tanto do cadastro, quanto dessas ferramentas, o que poderia ser feito naqueles
491 estados que tivessem interesse, indicando os conhecimentos necessários desses técnicos. Quanto à
492 acessibilidade, contavam com a colaboração de todos para que no futuro conseguissem fazer com
493 que o SECAD também estivesse adequado para utilização por pessoas com deficiência, as quais
494 estavam identificadas no CADÚNICO, mas que no momento estavam revisando os formulários,
495 considerando algumas dificuldades quanto à essa identificação. Observou que estavam pensando em
496 combinar os dados do cadastro com outros registros administrativos, esclarecendo essa
497 possibilidade. A Presidenta agradeceu pela apresentação, contando com a SENARC para outras
498 capacitações como essa, destacando o avanço quanto à socialização dos dados. **Item Apresentação**
499 **sobre passagens, diárias e legislações pertinentes pelo Ministério do Desenvolvimento Social e**
500 **Combate à Fome.** A Presidenta indicou a presença das Sras. Marisete, Leilane e a chefe de
501 gabinete da Secretaria Nacional de Assistência Social, Sra. Ironi Camargo, para acompanhamento
502 dos debates. Agradeceu o atendimento ao convite, visando esclarecer os novos Conselheiros quanto
503 a esse tema. A Sra. Marisete falou sobre algumas das legislações que tratavam de diárias e
504 passagens, indicando que o SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, era do Ministério
505 do Planejamento, com todo o processo sendo feito por internet, discorrendo sobre esse
506 procedimento. Falou sobre as pessoas que utilizavam esse procedimento, servidor, colaborador
507 eventual e convidado, esclarecendo cada categoria e as tabelas utilizadas, bem como o sistema
508 utilizado para a prestação de contas. A Sra. Marisete explicou como se dava a escolha dos voos que
509 melhor atendessem a demanda do usuário, indicando que quantos antes a solicitação fosse feita,

510 melhor seriam atendidos, priorizando melhor preço e menor duração do vôo. Com relação à
511 prestação de contas, esclareceu que se houvesse algum trecho rodoviário, o mesmo poderia ser
512 ressarcido, com a apresentação da respectiva passagem, indicando os órgãos responsáveis pelo
513 pedido, emissão e pagamento das diárias e passagens. Relatou que após a prestação de contas, essa
514 viagem era aprovada, tanto pelo proponente, como autoridade superior no Ministério, que era a
515 SNAS e o Secretário-Executivo do MDS. Indicou alguns acórdãos do TCU, que tratavam de que
516 comprovassem a finalidade da viagem. A seguir, a Sra. Leilane passou a falar sobre os
517 procedimentos internos do Ministério, como pretendiam trabalhar, evitando e sanando os vícios que
518 já haviam acontecido. Informou que o plano de viagens deveria ser encaminhado para o CNAS com
519 no máximo 15 dias de antecedência, descrevendo os trâmites utilizados para a sua aprovação. Falou
520 sobre o preenchimento dos formulários, pagamentos e prestação de contas, que deveria ser feita no
521 prazo de cinco dias, indicando os e-mail para contato e distribuindo material sobre o tema para o
522 Pleno. A Presidente informou a presença da Dra. Marcela, advogada da CONJUR do MDS. O.
523 Conselheiro José Araújo indagou se a pesquisa de vôo era no CNAS ou em outro lugar. Observou
524 que não era possível mudar a origem, caso se encontrassem em outra localidade, solicitando que o
525 MDS mudasse essa norma, relatando as dificuldades encontradas pelos Conselheiros da Sociedade
526 Civil. Indagou qual o primeiro critério utilizado, se era da menor duração ou do menor preço,
527 relatando sua experiência pessoal. A Conselheira Nilsia relatou os procedimentos que teve que
528 tomar com relação ao recebimento da passagem para essa reunião, manifestando mal estar por essa
529 situação, indagando se era praxe isso acontecer. O Conselheiro Anderson indagou porque já não
530 trabalhavam com o calendário existente, efetivando esse traslado, solicitando, também,
531 esclarecimento sobre o valor recebido. A Conselheira Dóris questionou o critério utilizado,
532 relatando o tempo de duração de seu vôo e a necessidade de estar antes em Brasília devido a outros
533 compromissos destacando, também, a necessidade de alterar a norma sobre a cidade de origem. O
534 Conselheiro Edivaldo manifestou-se contemplado com as colocações anteriores, mas colocando
535 uma proposta de aumento do valor das diárias, ação que deveria ser feita por todos os que
536 utilizavam os dispositivos contidos nas normas. A Conselheira Aldenora manifestou-se
537 contemplada pela fala dos Conselheiros José de Araújo, Anderson e Dóris, solicitando que a
538 documentação fosse encaminhada por e-mail. O Conselheiro Volmir indicou a distância que morava
539 do aeroporto, questionando como poderia ser ressarcido desse transporte. Indagou se era praxe da
540 legislação ou do CNAS de não poder modificar a origem e destino do Conselheiro, em casos de
541 viagem, informando que no Conselho Nacional de Saúde não existia essa restrição. Citando alguns
542 motivos de força maior, questionou se mesmo assim o Conselho não poderia refazer o trecho de
543 passagem em relação à viagem original, o que gerava custos aos Conselheiros que trabalhavam
544 nessa atividade pública. Indicando questão de ordem, o Conselheiro Anderson, informou ter
545 recebido o relatório de transparência, que todos deveriam receber. O Conselheiro Tiago indagou
546 qual o procedimento para o pagamento da diária e se existia meia diária. A Presidenta informou à
547 Sra. Marisete que as situações específicas dos Conselheiros seriam tratados no Conselho e levadas à
548 SNAS e à SAA, com a Secretaria-Executiva do CNAS também fazendo os devidos esclarecimentos.
549 A Sra. Marisete prosseguiu, explicando os procedimentos usados para cotação, seguindo-se os
550 critérios colocados nas normas, o que muitas vezes ocasionava atrasos na emissão de passagens.
551 Ressaltou que não tinha nenhum documento que dissesse que era proibido a questão da localidade,
552 procedendo à leitura do que a norma trazia sobre viagens de servidor, colaborador eventual,
553 ademais de indicar os trâmites utilizados e como não era possível não querer viajar em
554 determinadas companhias, conforme colocado pelo Conselheiro Anderson. Indicou o valor das
555 diárias pagas, assim como o ressarcimento de viagem terrestre, mas tendo que constar no plano de
556 viagem e a entrega dos respectivos comprovantes. Esclareceu que o compunha a diária era o

557 pernoite e a meia diária era no retorno. A Secretária-Executiva esclareceu que esse item havia sido
558 colocado pela Secretaria-Executiva para esclarecimento dos Conselheiros, e que tentava solucionar
559 todas as apresentadas. Relatou os procedimentos realizados pela Secretaria-Executiva, não sendo
560 possível seguir o calendário, pois muitas vezes o Conselheiro alterava a data da viagem, de acordo
561 com seus compromissos profissionais. Ressaltou que esses procedimentos tinham que obedecer a
562 legislação, por tratar-se de recursos públicos, com a Dra. Marcela, da CONJUR do MDS, podendo
563 trazer mais orientações sobre esse assunto. Com relação ao indicado pelo Conselheiro Volmir,
564 informou que não haviam recebido sua solicitação, mas sim via gabinete da SNAS, com os trechos
565 terrestres sendo reembolsados quando da apresentação do bilhete correspondente ao trecho
566 utilizado. Concluindo, colocou a Secretaria-Executiva à disposição para tentar solucionar todas as
567 questões que envolviam esse processo. A Presidenta ressaltou que o assunto sobre a vinda dos
568 Conselheiros da Sociedade Civil um dia antes das reuniões não havia chegado até a presidência, até
569 o dia anterior, através da Vice-Presidente, não como responder uma questão que ainda não havia
570 sido oficiada. A Dra. Marcela esclareceu o recebimento de diária como membros do Colegiado,
571 auxiliando a administração pública como colaboradores eventuais, estando sujeitos às normas que
572 regulavam esse gasto. Discorreu sobre os procedimentos para a emissão de passagem aérea e
573 autorização para uma diária, que passavam por esferas administrativas, considerando que a
574 exposição feita pela CGRH havia sido muito esclarecedora. Discorreu sobre o valor da diária, cujo
575 último aumento havia sido em 2009, e que dependia de Decreto pela Presidenta da República,
576 explicando, também os procedimentos utilizados para grupos com mais de 10 pessoas e os critérios
577 utilizados para a escolha dos voos. Concluindo, a Dra. Marcela ressaltou que a emissão de diárias e
578 passagens seguia uma legislação que não era destinada somente ao MDS e ao CNAS, mas a todos
579 os órgãos. A Presidenta explicou que estudariam, junto à CONJUR, a possibilidade de vir para o
580 Conselho de outro lugar que não o próprio domicílio. O Conselheiro Volmir ressaltou seu
581 posicionamento com relação à empresa aérea citada, que havia sido desqualificada no certame de
582 menor preço e que apresentava muitos problemas. **ENCERRAMENTO.** A Presidenta,
583 agradecendo a presença de todos, encerrou a reunião para o almoço, convidando a todos a
584 retornarem às 14h30. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, a Presidente solicitou à Secretária-
585 Executiva a conferência do quorum: Conselheiros na titularidade: Conselheiro Edivaldo da Silva
586 Ramos; Conselheiro Volmir Raimondi; Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheira Léa
587 Lúcia Cecílio Braga; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque; Conselheira Meive Ausônia
588 Piacesi; Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós; Conselheira Margarida Munguba Cardoso;
589 Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci; Conselheiro José Ferreira da Cruz e Conselheiro Fábio
590 Bruni. Conselheiros na suplência: Conselheiro Wagner Carneiro de Santana; Conselheiro José
591 Araújo da Silva; Conselheiro Tiago Ferreira Cabral; Conselheira Dóris Margareth de Jesus;
592 Conselheiro Charles Pranke; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes; e Conselheira Nilsia
593 Lourdes dos Santos. **Item Projeto de Lei nº1527/2011, que propõe a inclusão no artigo 23 da**
594 **LOAS de Programas de Amparo as Pessoas e Famílias Circenses e de diversões itinerantes.**
595 **Representante do Deputado Federal Tiririca e uma representação nacional de artistas**
596 **circenses.** A Presidenta informou a presença da Assessoria do gabinete do Deputado Erivaldo
597 Tiririca, Dr. Antonio Divino Junqueira e Dr. Maurício Malcher, passando-lhes a palavra. O Dr.
598 Antonio falou sobre o trabalho realizado pelo Deputado Tiririca, artista procedente da atividade
599 circense, em prol dos circenses e ciganos, relatando as ações atividades realizadas com esses
600 segmentos. Explicou a ideia de um projeto de lei em prol do social, e que o deputado trabalhava
601 para sua efetivação, favorecendo a comunidade circense e os ciganos. O Dr. Maurício
602 complementou que o projeto era bastante interessante, estendendo benefícios de Assistência Social
603 não somente aos artistas circenses, mas também às suas famílias, as quais muitas vezes não tinham

604 acesso a mecanismos básicos de integração social das pessoas, como saúde e educação. Observou
605 sua inclusão na LOAS, estendendo a essas pessoas um mínimo desses benefícios, ampliando
606 futuramente por meio de outros instrumentos legislativos. Ponderou, que, igual que outros
607 segmentos, esse projeto vinha trazer essas pessoas para a inclusão social, sendo muito importante
608 por ampliar essa garantia para essas pessoas que estavam à margem da sociedade. A Presidenta
609 agradeceu pela explanação, informando que os Conselheiros haviam recebido o projeto de lei nas
610 suas caixas postais, para poder contribuir com esse debate. A intencionalidade desse convite é
611 justamente para que também. Destacou que o CNAS precisava deliberar todos os assuntos
612 relacionados à política de Assistência Social, indicando a sua composição, legítima para aprovar a
613 política Nacional de Assistência Social. Informou que haviam sido convidadas a União Brasileira de
614 Circos Itinerantes, a Associação Brasileira de Circos, ABRACIRCO, e a Cooperativa Brasileira de
615 Circos para esse debate, mas que infelizmente não haviam podido participar. A seguir, abriu para
616 inscrições, solicitando aos Conselheiros que se identificassem. A Conselheira Simone agradeceu à
617 Presidenta por acatar sua solicitação de debater nesse Pleno a proteção às famílias circenses pela
618 Assistência Social. Agradeceu a presença do representante da Assessoria Parlamentar do MDS, Dr.
619 Paulo Canhoto, e a presença dos Assessores do Deputado Tiririca, lamentando a sua ausência. Falou
620 sobre a proposta do Deputado de incluir no artigo 24 da LOAS, afeto aos serviços que visavam a
621 melhoria de vida, citando os programas que qualificavam os serviços socioassistenciais, priorizando
622 crianças e adolescentes e as pessoas que vivem em situação de rua, com a proposta incluindo as
623 famílias circenses. Discorreu sobre a importância e a abrangência da Assistência Social, sendo para
624 todos que dela precisassem, citando as discussões realizadas pelo CNAS sobre a comunidade
625 quilombola e indígena, considerando a grande demanda desses segmentos. Encontrava importante
626 se debater nesse Pleno essa demanda vinda do gabinete do Deputado, de que a Assistência Social,
627 atendesse às necessidades da população circense. Ponderou que todas as mudanças da LOAS
628 deviam passar pelo Conselho Nacional de Assistência Social, que sempre havia discutido todas as
629 alterações sofridas. Ponderou a necessidade de colocar na lei orientações técnicas, que orientassem
630 as Secretarias Municipais e Estaduais acerca das necessidades das famílias circenses, ressaltando a
631 importância desse debate. Relatou que na Assessoria parlamentar haviam sido colocadas várias
632 propostas para que pudessem aprofundar o debate, com uma delas sendo a realização de uma
633 audiência pública, com a participação do movimento para que pudesse dizer o que considerava mais
634 adequado para que a Assistência Social pudesse atendê-lo. Falou sobre a inserção na LOA de outras
635 questões que não eram contempladas, depois de longos debates no CNAS, colocando essas
636 especificidades e a importância da questão em tela, trazendo sua discussão para o Conselho.
637 Concluindo, a Conselheira Simone ressaltou que os assessores e todos os envolvidos se colocavam
638 à disposição para esse debate, agradecendo pela colocação desse tema em pauta. A Conselheira
639 Margareth observou que a Conselheira Simone já havia colocado algumas das suas preocupações,
640 ponderando que lhe causava preocupação a alteração da Lei, apesar da importância do tema. Que
641 teriam que discutir com outros Ministérios, não cabendo à Assistência Social garantir a assistência à
642 saúde, à educação, mas sim um trabalho intersetorial com as demais políticas, para garantir a
643 inclusão para a população. Discorrendo sobre a situação, observou que outros segmentos que
644 também precisavam de atenção Lei Orgânica não iria fazer dentro dela essa tipificação, tipificar
645 aquilo que os serviços já estavam tipificados. Ressaltou a necessidade de debater amplamente a
646 situação, colocando a preocupação quanto ao atendimento dessas famílias, mas dentro de outro
647 nível de debate, de encaminhamento que as famílias pudessem ser incluídas como todas as famílias
648 que precisavam da Lei Orgânica da Assistência Social, da assistência social e das demais políticas
649 públicas, garantindo a cidadania e o direito pleno aos cidadãos. O Conselheiro Anderson falou sobre
650 as ações realizadas para trazer a população em situação de rua para dentro da LOAS, destacando

651 que havia que se tomar muito cuidado para a inclusão de todos os segmentos. Observou como a
652 família circense poderia ter acesso ao cartão do Programa Bolsa Família, ao atendimento pela
653 Saúde, solicitando ao Ministério que não cobrasse comprovante de residência da pessoa que
654 estivesse no equipamento social ou em situação de rua, podendo ser atendido em qualquer lugar,
655 com o cartão do SUS. Concordou com a realização de audiências públicas para poder conhecer toda
656 a população circense, colocando o importante papel da LOAS, ponderando sobre o atendimento da
657 população urbana e rural em seus respectivos locais. Que se trouxessem outras demandas poderiam
658 perder a finalidade da política e do atendimento, considerando o atendimento que já era garantia do
659 SUAS e do LOAS. A Conselheira Dóris ponderou que a legislação já contemplava essa população,
660 mas nada impedia que fosse feita essa discussão, para melhor se conhecer esse segmento e suas
661 necessidades, informando de seus direitos e como os alcançar. O Conselheiro Ademar, citando a
662 eleição do Deputado Tiririca, falou sobre a importância dessas populações não reconhecidas e que
663 vinham tomando forças nessa sociedade, inclusive atuando na economia produtiva. Que essa
664 situação levava à reflexão sobre o processo de inclusão produtiva daqueles segmentos que estavam
665 buscando reconhecimento por todas as políticas, mas não com a ação assistencialista. Ponderou que
666 talvez o debate em uma ajudasse a perceber melhor qual era o papel específico da Assistência
667 Social, mas qual era o papel específico da política no seu conjunto em relação à proposta do mundo
668 circense. A Conselheira Leila reiterou a fala dos demais Conselheiros, indicando ter lido o projeto
669 de lei e citando as justificativas, que demonstravam o conjunto de vulnerabilidades desse público
670 itinerante. Considerava que a política de Assistência Social já contemplava esse público, talvez
671 faltando observar algumas especificidades, citando algumas questões colocadas e que não seriam
672 resolvidas por essa política, mas sim competindo a outras instâncias, como a saúde, a moradia, a
673 cultura educação, englobando um conjunto de políticas. Que em todos os lugares teriam acesso
674 direto a todas as necessidades que a política de Assistência lhe caberia contemplar. Ponderou que
675 algumas normas poderiam dificultar o acesso dessa população a alguns benefícios, mas que para
676 isso teriam que rever a regulamentação dessas questões específicas da Assistência Social em
677 consonância com as demais políticas, evitando-se criar um adendo à lei, que ficasse sem
678 efetividade. O Conselheiro Wagner concordou com a fala dos Conselheiros, destacando a da
679 Conselheira Leila, sendo preciso normatizar, mas não sabendo que nesse começo, o projeto de lei
680 resolveria a situação. Citando o SUAS, observou que os municípios, aos poucos, estavam se
681 adequando, com essa política sendo para aqueles que a necessitavam. Destacou que o segmento em
682 tela precisava ser atendido em sua integralidade, não importando sua localização, havendo na
683 prática algumas dificuldades, sendo que uma ampla discussão na sociedade brasileira, para que essa
684 regulamentação pudesse contemplar, citando alguns eventos onde isso poderia ser debatido.
685 Registrou, informando também ser de São Paulo, como o Deputado, que sempre recebia
686 comunicados e anúncios das emendas do Deputado na área da Assistência Social e da deficiência,
687 especificamente, reiterando a necessidade de aprofundamento nesse debate. A Conselheira Marisa
688 relatou a gestão do CONGEMAS em todos os municípios, reconhecendo a população circense
689 como trabalhadores dentro da sua área de atuação. Reconheciam que a mesma requeria a proteção
690 do estado, não apenas vinculada à política da Assistência Social, mas como todas as demais
691 políticas públicas. Observou que tinham esse amparo da política Nacional de Assistência Social,
692 através da proteção básica, através CRAS e CREAS, já tendo estrutura para atender essa população.
693 O Dr. Antonio arrazoou como esse projeto de lei havia sido apresentado e iniciado o debate com a
694 sociedade, agradecendo a aceitação e o debate pelo CNAS, esperando que o mesmo fosse aprovado.
695 Falou sobre o que havia sido colocado no projeto, oriundo das necessidades colocadas pelas
696 próprias famílias circenses, informando ter sido convocada uma audiência pública para discutir a
697 expedição de alvarás de circo, a qual havia sido muito bem sucedida e com ampla divulgação nos

698 meios de comunicação, e esperando que uma nova audiência, conforme citado pelo Conselho,
699 viesse aprofundar e apresentar soluções para a questão. O Dr. Maurício falou sobre as colocações
700 feitas e a citação de outros segmentos, mas que haviam iniciado com debates, assim como a questão
701 da família circense. Discorreu sobre leis que já existiam sobre públicos específicos, devendo se
702 chamar a atenção para a população circense, através da inserção de um inciso na lei, avanço e
703 podendo chegar a um Estatuto do Circo, Estatuto das Famílias Circenses. Que através das
704 audiências públicas e outras reuniões se chegaria a um levantamento preciso das famílias circenses,
705 suas reais necessidades e como viviam, chegando a essas questões a partir desse embrião que estava
706 sendo apresentado. A Presidenta, após falar sobre a importância dessa questão, sugerindo a abertura
707 de algumas audiências públicas para aprofundar esse debate. Colocou-se à disposição para outras
708 discussões em pequeno grupo, indicando a existência da Assessoria parlamentar e da representação
709 da Coordenação de Regulação do Departamento de Gestão do SUAS, na pessoa da Dra. Clara Sá.
710 Ponderou que caso fosse necessário, poderiam trazer esse debate para o CNAS quando fosse
711 necessário, lembrando ser uma causa pela qual vinham lutando e indagando ao Conselheiro José da
712 Cruz sobre algum encaminhamento já colocado. O Conselheiro José da Cruz sugeriu que poderiam
713 convidar o próprio relator do projeto, Deputado Neilton Mulim, visto que essa norma já estava na
714 Comissão de Seguridade Social para ser votado. A Presidenta indicou que repassaria aos Assessores
715 a cópia da gravação dessa discussão para que tivessem em mãos a opinião bastante sopesada
716 desse Conselho Nacional com relação ao maior aprofundamento, e da questão no sentido que
717 sentiam-se contemplados com a Lei Orgânica nessa perspectiva genérica e específica, sem a
718 pontuação do público-alvo. Agradeceu a presença dos Assessores, colocando-se à disposição e
719 enviando seus agradecimentos ao Deputado Tiririca. A seguir, prosseguiu com o **Item Informe dos**
720 **Conselheiros.** A Conselheira Margareth justificou por ter que se ausentar da reunião, ficando na
721 titularidade o Conselheiro Carlos Rogério. A Presidenta apresentou o novo Conselheiro Marcílio
722 Marquesini, do MDS, em substituição ao Conselheiro Tomáz Nascimento, e cuja portaria estava em
723 processo de finalização. A seguir, solicitou o registro em ata da eterna gratidão do CNAS à Dra.
724 Egli Muniz, falecida no início do mês, e que havia sido grande batalhadora, acadêmica e militante
725 da área da Assistência Social. O Conselheiro Anderson informou que no dia 14 agora de julho
726 haviam realizado um Seminário de Habitação em São Paulo para a população em situação de rua,
727 informe ter convidada a SNAS, MDS e outros Ministérios, tendo recebido o retorno da Ministra do
728 MDS, mas nenhuma confirmação da SNAS. Falou sobre os assuntos tratados, e a importante
729 participação da população em situação de rua. Informou sua participação na Cúpula dos Povos,
730 sendo preciso fazer uma reavaliação tanto dos Conselheiros representantes quanto dos eventos de
731 forma concisa, relatando alguns fatos acontecidos. Indicou ter entregue em mãos no dia anterior à
732 Presidenta, à Comissão de Conselhos e à Vice-Presidenta, um caderno de deliberações de todas as
733 Conferências de Assistência Social da cidade de Mauá, recebido durante a participação em um
734 seminário, não como Conselheiro, mas como Fórum e movimento falando da participação do
735 usuário em Mauá, para os Conselheiros municipais de todas as instâncias, discorrendo sobre a sua
736 importância para o usuário. A Presidenta informou que enviariam cópia desse documento para todos
737 os Conselheiros. O Conselheiro Wagner relatou sua participação na XIX Conferência Nacional dos
738 Direitos da Criança e Adolescente, relatando ter estado presente havia 22 anos na Comissão de
739 Adolescentes, na promulgação do ECA, em 13 de julho de 1990, sendo um importante marco.
740 Relatou como havia sido a conferência, com a participação da Presidenta da República e os temas
741 tratados. Destacou a necessidade de publicizar para os outros órgãos do governo federal, o papel do
742 MDS e do controle social do CNAS, relatando algumas propostas que haviam surgido com relação
743 à ida do IGD do SUAS para o Fundo Nacional da Criança, mas que felizmente haviam sido
744 rechaçadas, registrando essa preocupação. Informou sua participação na Comissão do GT da

745 Convivência Familiar e Comunitária e o que havia sido discutido, indicando a importância do
746 Censo SUAS, considerando o grande número de respostas dos municípios. Indicou ter encaminhado
747 o relatório para a presidência, já tendo chegado aos demais Conselheiros sugerindo a inclusão da
748 pergunta: “*O seu município tem o seu plano municipal de convivência familiar e comunitária?*”
749 Solicitou que todos os Conselheiros que participassem de eventos como representantes do CNAS,
750 que fizessem os relatórios e passassem para ser socializado. A Presidenta esclareceu que isso era
751 uma prática do Conselho, mas que seria reforçada essa solicitação. Agradeceu a presença da
752 Presidente, Sra. Salete, e da Secretária-Executiva do Conselho Estadual de São Paulo; da Presidente
753 do Conselho Estadual de Goiás; da Presidente do Conselho Estadual do Distrito Federal, e também
754 da Sra. Claudia Sabóia, que havia sido Secretária-Executiva do CNAS. O Conselheiro José Araújo
755 procedeu aos informes da sua participação em duas reuniões da CIT, que vinha trabalhando na
756 pactuação dos capítulos 8, 9 e 10 da NOBSUAS de 2012, melhorando muito esse processo.
757 Informou que havia sido aprovada a Resolução sobre a convalidação de equipes volantes, com a
758 inclusão de municípios que haviam se inscrito fora do prazo. Que trataram do serviço de
759 acolhimento institucional para jovens e adultos em situação de dependência, em residência
760 inclusiva, sendo que a CIT vinha trabalhando nesse sentido da pactuação da gestão. Relatou sua
761 participação, como conselheiro do CNAS na Rio+20 e na Cúpula dos Povos, tendo entregue o
762 relatório, discorrendo sobre algumas das questões tratadas no evento. Encontrava que o grande
763 ganho da Rio+20 e da Cúpula dos Povos havia sido o despertar da consciência das pessoas sobre o
764 planeta, ressaltando a necessidade de a Sociedade Civil promover essa melhoria. A Conselheira
765 Jane informou sua participação enquanto Fórum Nacional de Assistência Social na reunião do
766 FONASEAS, o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais, agradecendo à Presidente do CEAS de
767 São Paulo e de Goiás pelo convite. Indicou ter sido questionada sobre a ausência de um
768 representante do CNAS, informando o incômodo que havia sentido. Falou sobre a importância
769 dessa participação, haja vista a colocação recorrente no CNAS da importância de fortalecer os
770 Conselhos Estaduais e Municipais, solicitando ao Conselho que respondesse aos convites do
771 FONASEAS e encaminhasse um representante, marcando a presença do Conselho. O Conselheiro
772 Fábio cumprimentou o relato do Conselheiro Wagner, tendo participado também da XIX
773 Conferência, relatando que um dos seus objetivos era tentar aprovar a Política Nacional dos Direitos
774 da Criança e do Adolescente, tendo sido feito apenas uma avaliação do plano decenal. Falou sobre o
775 protagonismo dos adolescentes no evento, e que muito havia contribuído para o sucesso da
776 Conferência. Indicou ter encaminhado o relatório, tendo listado os links para quem quisesse conferir
777 o relato da conferência do ponto de vista dos próprios adolescentes. Relatou as propostas
778 apresentadas e que diziam respeito à política da Assistência Social e que haviam sido derrubadas,
779 mas ficaram algumas moções, em especial com relação ao financiamento de medidas
780 socioeducativas em meio aberto para municípios que não tinham CREAS, com o CONANDA
781 devendo enviar essas moções para serem tratadas. Informou, apesar de não ter participado, como
782 havia se desenvolvido a análise dos planos, das propostas de residência inclusiva, cujo resultado a
783 Secretária Valéria havia anunciado pela manhã, indicando os participantes do grupo, os planos
784 analisados e os principais critérios adotados, com seus municípios contemplados, totalizando nove
785 residências inclusivas. O Conselheiro José da Cruz, manifestando em nome da equipe, da Ministra e
786 de todos integrantes do MDS, destacou o trabalho realizado pela Dra. Egli Muniz, discorrendo
787 sobre sua trajetória profissional. Ressaltou o papel fundamental que havia exercido no processo de
788 implantação do SUAS, solicitando uma salva de palmas para a Dra. Egli Muniz. Prosseguindo,
789 informou sua participação, representando o CNAS, junto com a Secretária-Executiva, de uma
790 Reunião Ampliada no Palácio do Planalto, visto ter composto a Comissão Organizadora da VIII
791 Conferência. Que houve relatos de várias Comissões Organizadoras de Conferências, que com

792 certeza contribuiriam para a melhoria na realização da XIX Conferência e cuja memória entregaria
793 para a Secretária-Executiva para que pudessem aproveitar o máximo das expertises que os outros
794 Conselhos estavam implementando nas suas conferências. Manifestou a importância desse espaço,
795 com o Conselho devendo acompanhar e participar, junto com a Secretaria da Presidência da
796 República. A Conselheira Marisa informou sobre o debate que acontecia na Câmara Técnica da CIT
797 sobre a NOB, com os gestores discutindo especialmente o controle social, destacando a sua
798 importância. Destacou a participação do CONGEMAS em um encontro de monitoramento e
799 vigilância socioassistencial, com a presença de todos os Presidente do COEGEMAS, nos dias 4 e 6
800 de julho, informando o que havia sido tratado sobre a gestão municipal. A Presidenta informou a
801 reforma do *layout* do CNAS, com as propostas a serem apresentadas proximamente, discorrendo
802 sobre como as instalações ficariam, melhorando as condições de trabalho. Que havia uma
803 perspectiva de realização de planejamento estratégico da gestão do Conselho Nacional, referindo-
804 se, principalmente, à capacitação da força de trabalho, indicou a realização, no dia anterior, de
805 reunião da Presidência Ampliada, estando em curso uma nova dinâmica das Comissões e da própria
806 Presidência Ampliada, considerando importante ser do conhecimento de todos. A Secretária-
807 Executiva esclareceu que o convite do FONASEAS não havia sido localizado, tendo encontrado,
808 posteriormente, o convite 007, dirigido ao ex-Presidente Carlos Ferrari, que havia comparecido
809 como representante da entidade. Que não havia sido direcionado nenhum convite para essa gestão,
810 mas tendo sido justificada a ausência do CNAS, conforme solicitação da Secretária-Executiva do
811 Conselho Estadual de Minas e do FONASEAS, visto não ter tido tempo hábil para participação. A
812 conselheira Marisa agradeceu o esclarecimento, deixando registrada a importância de participação
813 do CNAS nas reuniões do FONASEAS. A Presidenta informou ter tido conhecimento do evento no
814 mesmo dia de sua realização, estando  disposição para quaisquer esclarecimentos. A seguir, a
815 Presidenta passou para o **Item Apresentação do Censo SUAS pela Secretaria Nacional de**
816 **Assistência Social**. O Coordenador de Vigilância Socioassistencial, o Sr. Luís Otávio Farias,
817 passou a apresentar uma síntese dos resultados do Censo SUAS 2011. Informou a realização do
818 Encontro de Monitoramento e Vigilância Social do SUAS, onde esses resultados haviam sido
819 apresentados, contando com a presença do CNAS, representado pela Presidenta e por outros
820 Conselheiros. Indicou que o material apresentado no encontro de monitoramento já estava
821 disponível no site da SNAS, no link da vigilância, mas que encaminharia por *e-mail* o *link* para a
822 Secretaria-Executiva. Discorreu sobre o Censo SUAS, que coletava dados junto aos municípios,
823 estados e Conselhos de Assistência Social, através de um formulário eletrônico, preenchido pela
824 *Internet*, e acessado mediante uma senha de acesso específica. Indicou as áreas responsáveis pela
825 sua realização, com a Coordenação Geral dos Serviçs de Vigilância Social, dentro do MDS, a área
826 que tinha regimentalmente a responsabilidade de coordenar o Censo SUAS, contando, também,
827 com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e o Departamento de Gestão da Informação,
828 que desenvolvia toda essa tecnologia, que tornava possível a realização do Censo. Indicando o
829 material em tela, falou sobre os questionários aplicados anteriormente, a evolução do Censo SUAS,
830 e a legislação que o regulamentava. A seguir, apresentou um apanhado geral dos resultados,
831 discorrendo sobre a existência de Secretaria Municipal exclusiva na área de Assistência Social e as
832 diferenças existentes entre as regiões, com a região sul apresentando o maior número de Secretarias
833 exclusivas. Falou sobre a importância da organização administrativa para a consolidação das
834 estruturas de implementação do Sistema, discorrendo sobre outras questões, apresentadas no
835 material em tela, a existência do Fundo Municipal de Assistência Social e o cofinanciamento dos
836 estados aos municípios e a modalidade utilizada, ademais de outras questões pesquisadas no Censo.
837 O Sr. Luis Otávio informou as melhorias que queriam implementar no Censo de 2012, trabalhando
838 melhor alguns dados, citando a capacitação, os dados sobre concursos públicos e a atuação com

839 outras políticas setoriais. Falou a respeito do orçamento e a existência de Secretaria-Executiva,
840 ademais da deliberação sobre orçamento e as atividades realizadas pelos Conselhos Municipais.
841 Falou sobre os dados dos CRAS, CREAS, Centro POP e das entidades, relatando os dados
842 capturados pelo Censo. Concluindo, apresentou o número de profissionais contratados, e os dados
843 que eram detalhados no formulário. A Presidenta agradeceu pela apresentação, passando às
844 inscrições, mas entendendo que esse debate não se esgotaria nesse momento, com os dados do
845 Censo SUAS 2011 e 2010 devendo ser matéria de avaliação pelas comissões. O Conselheiro
846 Wagner ponderou que precisavam discutir como usar esses dados, indicando que, conforme havia
847 entendido, 334 Conselhos não responderam o Censo. Sugeriu que fosse encaminhado, com uma
848 orientação aos Conselhos de estado, aos CEAS, que fosse enviado para todos os Conselhos
849 Estaduais o recorte de cada estado, para que pudessem fortalecer os seus Conselhos Municipais,
850 considerando o número de municípios que não haviam respondido o Censo. Falou sobre a
851 participação do usuário, que não havia localizado, mas que no *link* teria essa informação. Citou a
852 comparação de dados sobre os CRAS, sentindo falta dessa informação com relação aos Conselhos,
853 sobre a evolução quanto ao controle social, explicando estar tratando sobre a participação do
854 usuário na Comissão de Normas e que seria socializado após sua conclusão. Ponderou que essas
855 informações ajudariam muito, enquanto Conselheiro para fazer uma revisão a do controle social
856 com o SUAS da Resolução 237, que tratava da reestruturação dos Conselhos. A Presidenta
857 informou que no evento de monitoramento esse encaminhamento havia saído como
858 encaminhamento para a SNAS a abrir os micros dados para os estados e para os Conselhos,
859 estudando não apenas os dados repassados pelo Sr. Luis Otávio, mas fazendo-se um compêndio por
860 estado. Que poderia ser um trabalho conjunto do Conselho com consultoria, visto a grande
861 quantidade desses dados. A Conselheira Leila falou sobre a diferença entre os dados serem olhados
862 friamente no site e serem comentados, como havia acontecido, trazendo outro olhar sobre a questão,
863 querendo rever as telas apresentadas, elogiando pelo trabalho apresentado. O Conselheiro Carlos
864 Rogério solicitou esclarecimentos sobre o número de trabalhadores do CRAS, CREAS e POP. O
865 Conselheiro Ademar observou que esses dados ajudariam muito no trabalho da Comissão de
866 Acompanhamento aos Conselhos. Que não sabia exatamente qual era o conceito de mobilização
867 social que estavam colocando, mas era o campo se esperava o avanço na cidadania e na organização
868 dos usuários, sendo importante ter esses elementos. Observou que o número de organizações da
869 Sociedade Civil reconhecidas como da rede complementar era bem maior. Questionou que se
870 conseguissem avançar no levantamento da rede oficial, do número de trabalhadores, inclusive sem
871 vínculo permanente, como se daria a relação entre a rede oficial e o acompanhamento da rede
872 complementar, discorrendo sobre a questão. Indagou como fariam a relação do CRAS sobre a
873 questão dos territórios de abrangência, precisando esclarecer essa questão. Falou sobre os riscos de
874 moradia, indagando como os CRAS da Assistência Social estavam se relacionando com esse
875 momento dramático do Nordeste. Solicitou que no *layout* da sala tivessem uma tela maior, com a
876 Presidenta confirmando essa troca e solicitando que fosse destacada na ata o encaminhamento do
877 Conselheiro Ademar. A Conselheira Simone cumprimentou a apresentação, ressaltando que o
878 Censo se consolidava como instrumento de monitoramento do SUAS, incentivando e induzindo
879 processos. Agradeceu ao CONGEMAS, ao FONSEAS, ao CNAS pelo grande esforço para que os
880 Conselhos Estaduais e Municipais e a rede privada tivessem no Censo um reconhecimento, estando
881 próximo da realidade, mostrando um retrato do SUAS. Falou sobre a participação do CNAS na
882 discussão da gestão do trabalho, da formação, da capacitação, o que havia trazido importantes
883 reflexos, tratando-se de uma reivindicação histórica da Conferência e que finalmente haviam
884 conseguido efetuar mudanças nas equipes de referência. Chamou a atenção para a rede privada, que
885 também havia sido fruto do Conselho, discorrendo sobre a atuação das entidades na Assistência

886 Social nos municípios. Falou sobre os avanços que os Conselhos tinham alcançado, recebendo
887 recursos, tendo Secretaria-Executiva, mas tendo que ser esclarecidos sobre o percentual dos
888 recursos do IGD para o controle social. Falou sobre a melhoria do IDCRAS, que tinha a ver com a
889 reeleitura que haviam feito do financiamento e faz orientações para que os municípios fizessem
890 acessibilidade nos CRAS com recursos dos pisos, discorrendo sobre o que havia mudado nessa
891 questão. A Conselheira Simone considerava o Censo SUAS muito importante, concordando com as
892 falas colocadas e com a Presidenta já traçando orientações. Encontrava que o Censo apontava um
893 caminho muito importante para a pauta, levando-se os dados para cada Comissão, planejando sobre
894 essas informações. Observou que o Conselheiro Wagner já havia apontado para a Comissão de
895 Conselhos, sendo essa mesma a função do censo, subsidiar os Conselhos Estaduais com
896 informações sobre os Conselhos Municipais. Concluindo, agradeceu ao CNAS pela oportunidade,
897 cuja consideração sobre o Censo era muito importante, contando com sua ajuda para enfrentar os
898 desafios que o mesmo apontava. A Conselheira Marisa considerou muito importante a forma como
899 o Censo havia sido apresentado, aumentando para o CNAS a responsabilidade política dessa gestão
900 do SUAS. Concordava que o Censo era muito importante, apontando os caminhos a seguir em todas
901 as ações, com o Conselho tendo maior responsabilidade e cuidado na utilização dos dados,
902 principalmente no controle social, na estruturação dos Conselhos, fazendo-se um grande debate e
903 poder e contribuir no aprimoramento em todos os âmbitos, com entidades, sobretudo, na gestão e
904 fortalecendo o controle social no âmbito dos estados e dos municípios. Observou que, juntamente
905 com o CONGEMAS e FONSEAS, precisavam avançar em alguns pontos que o Censo apontava,
906 tendo que colocar uma pauta política para que pudessem ver a questão do cofinanciamento, que já
907 havia melhorado bastante. Que gostaria de sugerir que no próximo Censo, orientassem previamente
908 os gestores, considerando algumas dificuldades que haviam tido anteriormente em determinados
909 itens. Reiterou a necessidade de uma pauta política, considerando a melhoria no apoio na gestão
910 municipal com relação à estruturação dos CRAS, fortalecendo mais o controle social no âmbito dos
911 municípios; e aumentando a responsabilidade de dialogar mais com o FONSEAS, destacando as
912 dificuldades existentes. O Sr. Luís Otávio indicou o número de trabalhadores, aproximadamente
913 80.000 trabalhadores, com os demais 150.000 estando nas atividades de gestão, tendo capturado no
914 Censo apenas uma parte da rede prestadora de serviços, confiando nos dados, coerentes com
915 aqueles do IBGE. Falou sobre a questão da comparação dos dados de Conselho 2010 e 2011, tendo
916 feito algumas observações a respeito, podendo encaminhar a apresentação de 2010 para facilitar
917 essa comparação nos demais itens. Dirigindo-se à Conselheira Marisa observou que poderiam
918 divulgar melhor as informações para os gestores, falando sobre as dificuldades existentes, mas que
919 em 2011 já haviam conseguido estabelecer uma sistemática melhor das equipes da vigilância em
920 âmbito federal com as equipes dos estados, tendo um contato mais permanente. Observou que o
921 CONGEMAS e os COEGEMAS haviam ajudado bastante durante a realização do Censo,
922 considerando sua capacidade de mobilização, esperando que nesse ano estreitassem essa relação.
923 Esclareceu que aqueles Conselheiros que não tinham senha a receberiam nos próximos dias,
924 permitindo o acesso aos sistemas, acessando o mesmo formulário preenchido pelos municípios e as
925 entidades, indicando os dados imediatamente, podendo se acompanhar esse preenchimento em todo
926 o país. Considerava importante mostrar para o Pleno as possibilidades de acesso à informação, o
927 que também poderia ser feito pelos Conselhos Estaduais, visando suas atividades de apoio aos
928 Conselhos Municipais. A Presidenta agradeceu pela apresentação, passando para o **Item**
929 **Apresentação da Rede Socioassistencial do SUAS pelo Departamento da Rede**
930 **Socioassistencial Privada do SUAS DRSP/SNAS**. A Dra. Carolina Gabas Stuchi, conforme o
931 material em tela, falou sobre a criação do Departamento em janeiro de 2010, na última
932 reestruturação do Ministério, em função da mudança da competência da certificação, tendo,

933 também, outras atribuições. Apresentou os componentes da equipe, discorrendo, também, sobre as
934 entidades de Assistência Social, prestadoras dos serviços na área da Assistência e pessoas jurídicas
935 de direito privado. Falou sobre a pesquisa das entidades de Assistência Social, feita com o IBGE em
936 2006, antes da migração das creches e pré-escolas para educação, mas que não sabiam precisar
937 exatamente o quanto desse universo não era de Assistência Social, discorrendo sobre o resultado do
938 Censo SUAS da rede privada feito em 2010. Discorreu sobre mais alguns dados, capturados através
939 de consultorias contratadas, o pequeno número de trabalhadoras contratadas; ausência de
940 voluntários em suas equipes; principais fontes de financiamento; o fato de as entidades serem
941 consideradas pequenas perto das associações e fundações existentes no país, com receita
942 considerada bastante baixa; os serviços e vagas ofertadas; o grande percentual indicado em outros
943 serviços, programas e projetos, que não os tipificados. Relatou a proposta da consultoria de tentar
944 aprofundar esse último dado e entender melhor os demais, o que estava sendo feito, considerando
945 importante esse debate. Discorreu sobre o modelo regulatório do SUAS, sobre a relação público-
946 privado, referente ao papel das entidades dentro do SUAS, com o estado passando a ter um papel
947 regulador e coordenador. A Dra. Carolina arrazoou sobre quem eram as entidades de acordo às
948 normas atuais, indicando a legislação e falando sobre as suas características e seus níveis dentro do
949 SUAS, esclarecendo cada um dos mesmos. Informou que seria distribuído informe sobre o
950 formulário eletrônico que havia entrado no ar dia 9 de julho, explicando como os mesmos seriam
951 trabalhados e seriam a base de cadastro nacional, sendo validado pelos gestores e pelos Conselhos
952 em todo país. Prosseguiu, falando sobre a certificação, cuja competência era do MDS, respaldada
953 pela nova legislação na decisão de inscrição dos Conselhos Municipais e nas informações
954 constantes do Cadastro Nacional de Entidades, prestadas pela gestão local, sendo essa a principal
955 mudança da regra, do requisito para a certificação, trazido pela lei 12.101, esclarecendo como seria
956 feito o cálculo de gratuidade das entidades. Informou que o vínculo SUAS, ainda pendente de
957 regulamentação, era condição suficiente para a concessão da certificação, esclarecendo essa
958 situação. Falou, também, sobre o pedido de cancelamento da certificação, em caso de
959 irregularidades, e que poderia ser requerida pelos Conselhos e pelos órgãos gestores da Assistência,
960 além da Receita Federal e do TCU. Observou que, conforme já discutido na Comissão de Normas,
961 já havia Resolução para orientar os Conselhos sobre a representação, no caso de regularidade das
962 entidades certificadas, ademais da competência do CNAS em acompanhar o processo de
963 certificação, encaminhando um relatório com todas as entidades para os Conselhos Estaduais e
964 Municipais para conhecimento e controle. A Dra. Carolina indicou o que a legislação trazia em
965 relação ao vínculo SUAS, dizendo ser o reconhecimento pelo MDS de que a entidade de
966 Assistência Social integrava a Rede Socioassistencial, mas pressupondo a existência de uma relação
967 pactuada entre os gestores locais e a entidade, informada por meio do Cadastro Nacional de
968 Entidades. Discorreu sobre a existência de normas sobre a oferta dos serviços, mas reconhecendo a
969 necessidade e a importância da participação das entidades no SUAS. Que era necessário induzir um
970 reordenamento dos serviços ofertados pelas entidades, percebendo-se pelos dados apresentados pelo
971 Censo, que na realidade as organizações e os serviços ofertados não estavam, ainda, de acordo a
972 esse modelo regulatório, tendo que se passar por um processo de transição. O Conselheiro Anderson
973 ressaltou a importância dessa apresentação, informando que tentava acessar o site do MDS e não
974 conseguia entrar em alguns dados. Falou sobre a importância de trazer um pouco essa questão das
975 entidades, discorrendo sobre a falta de recursos para seu fortalecimento. A Presidenta ressaltou a
976 importância de subsidiar a própria prática com os dados do Censo, sendo mais fácil planejar sobre o
977 conhecimento do que do desconhecimento, parabenizando a Dra. Carolina. O Conselheiro Ademar
978 observou que as organizações faziam relatórios anuais, os quais poderiam ser úteis para o Censo,
979 sempre que esclarecessem as dificuldades existentes nas respostas ao Censo eletrônico, ajudando a

980 compreender as afirmações sobre serviço prestado, assessoramento, direitos, assim como o modo
981 detratar a receita. Manifestou que gostaria de enfatizar a importância do marco regulatório,
982 questionando como discutiriam essas questões com as organizações sociais que estavam sendo
983 redimensionadas. A Presidenta indagou se as informações do CADSUAS não seriam aproveitadas
984 no Cadastro Nacional de Entidades, ou seria uma migração acompanhada e planejada. A Dra.
985 Carolina esclareceu que estavam tentando produzir a informação sobre esses dados de forma mais
986 analítica, mas que iriam disponibilizando sempre as informações analisadas. Dirigindo-se ao
987 Conselheiro Ademar, sobre a questão dos relatórios anuais, esclareceu que não havia coincidência
988 entre todas as entidades, mas que tentavam não criar duplicidade de cadastros, o que era dificultado
989 pelo fato de que cada Ministério tinha seus procedimentos e não havia uma Coordenação dentro do
990 governo federal em relação a isso. Ressaltou que a grande importância do Cadastro era que ele
991 revelasse os serviços, mas que poderiam discutir e tentar aprofundar essa questão, relatando o eu
992 vinham fazendo, nesse sentido, especialmente no campo do assessoramento e defesa. Observou que
993 era preciso discutir essa harmonização da legislação especialmente em relação ao financiamento,
994 discorrendo sobre como o mesmo vinha sendo aplicado, dificultando a realização dos projetos.
995 Esclareceu que vinham pensando em uma integração entre cadastro de entidades e CadSUAS,
996 aproveitando-se a base atual, com os dados validados sendo exibidos tanto pelo Cadastro Nacional
997 de Entidades como pelo CadSUAS. A Conselheira Meive discorreu sobre a evolução acontecida em
998 relação ao terceiro setor, com a adequação das entidades, indagando quem estava fazendo a análise
999 da necessidade dessas Associações, para o fortalecimento do SUAS e aquelas que haviam ficado de
1000 fora, não podendo mais atuar, relatando o censo realizado no Pará sobre a questão. A Dra. Carolina
1001 informou que o mapeamento do terceiro setor era uma preocupação do grupo que estava discutindo
1002 o marco regulatório na Secretaria Geral, mas que era preciso conhecer melhor esse universo para
1003 poder discutir. Falou sobre o fato de que várias entidades que eram consideradas de assistência
1004 social, não mais o eram, mas sendo organizações de extrema relevância para a sociedade brasileira e
1005 que precisam ter um espaço institucional e serem reconhecidas pelo governo de alguma forma.
1006 Relatou as ações que vinham sendo tomadas e que ao receber as informações dos Conselhos
1007 Municipais sobre as entidades que tiveram a inscrição cancelada, poderiam fazer uma melhor
1008 análise sobre a questão. Que levavam ao governo a existência de entidades de extrema relevância,
1009 que, embora não fossem específicas de Assistência Social, precisam de um trabalho e de um marco
1010 regulatório que as reconhecessem, inclusive com financiamento para as mesmas. O Conselheiro
1011 Charles observou que teriam que cruzar com as inscrições das entidades nos municípios com esse
1012 instrumento eletrônico, fazendo um bom trabalho e a vinculação das entidades com a Rede
1013 Socioassistencial com o vínculo SUAS. A Presidenta complementou que nessas duas últimas pautas
1014 haviam observado a grande profissionalização da política de Assistência, sendo preciso se
1015 apropriarem desse material para poder fazer bem a função de controle social. **ENCERRAMENTO.**
1016 A Presidenta encerrou a reunião, lembrando ser o dia do aniversário de 94 anos de Nelson Mandela,
1017 agradecendo a participação dos conselheiros e solicitando que retornassem no dia seguinte às 9h.
1018 **ABERTURA.** Aos dezenove dias do mês de julho de dois mil e doze, a Presidenta iniciou a 202ª
1019 RO do Conselho Nacional de Assistência Social, informando que a visita à Secretaria nacional não
1020 seria realizada, por acúmulo de Pauta, passando ao **Item Apresentação da Gestão do SUAS pela**
1021 **Secretaria Nacional de Assistência Social.** A Conselheira Simone discorreu sobre o item, falando
1022 sobre a importância das III e IV Conferências haviam tido para a Assistência Social, informando os
1023 resultados obtidos nessa área e os modelos de gestão da Assistência Social, do SUAS que haviam
1024 pensado e os resultados alcançados. Falou sobre o pequeno número de municípios não habilitados
1025 ao SUAS, mas com a grande maioria já tendo implantado suas obrigações na proteção básica. Que
1026 tinham um problema que não era a adesão dos municípios, mas de como as Comissões Intergestores

1027 Bipartites, a CIBs, estavam tratando essa habilitação. Observou a questão do financiamento, com
1028 muitos municípios não tendo incentivo para atingir a gestão plena, situação atual do SUAS no
1029 Brasil. Falou sobre o que trazia a NOBSUAS para governos estaduais, que deveriam fazer o pacto,
1030 um acordo de aprimoramento da sua gestão com o governo federal, tendo 26 estados e o Distrito
1031 Federal com pacto de aprimoramento da gestão, elaborados e pactuados nas CIBs e na Comissão
1032 Intergestores Tripartite, discorrendo sobre a situação atual e o que os estados deveriam fazer. Falou
1033 sobre a competência sobre a oferta de serviços pelo governo federal e pelos governos estaduais e
1034 municipais, tendo que se trabalhar para que pudessem fazer uma oferta integrada de serviços e
1035 benefícios. A Conselheira Simone falou sobre as diretrizes estruturantes da gestão do SUAS,
1036 contempladas na LOAS, na política, na NOBSUAS 2005 e agora estavam sendo incorporadas na
1037 revisão da NOB. Colocou a concepção que estavam trabalhando atualmente na NOBSUAS e as
1038 estratégias que estavam sendo utilizadas. Falou sobre o pacto de aprimoramento da gestão do
1039 SUAS, instrumento estratégico, que inaugurava um novo regime de colaboração, buscando
1040 aprimorar a atuação dos entes federados, sem ferir-lhes autonomia, e envolvendo primordialmente a
1041 decisão política, ação técnica e atendimento às diretrizes desse aprimoramento e da qualidade dos
1042 serviços. Indicou a atitude controladora do governo federal com os governos estaduais, e desses
1043 municipais, com a ideia sendo investir no acompanhamento e apoio técnico, contínuo, por meio de
1044 uma cultura de planejamento, fortalecendo a capacidade de gestão, qualificação, assegurando a
1045 prestação dos serviços do SUAS para toda a população. Discorreu sobre os procedimentos
1046 utilizados para esse processo de monitoramento, com o Censo indicando os problemas e como
1047 seriam solucionados, tendo indicadores compartilhados entre os entes. Ressaltou que na discussão da
1048 gestão que estavam fazendo, era que o orçamento era instrumento essencial para gestão da política
1049 de assistência, e deveria expressar o planejamento, que orientava e garantia condições para o
1050 atendimento à população usuária dessa política. Ressaltou a importância da gestão da informação
1051 para a consolidação do SUAS, tendo como objetivo produzir condições estruturais para as
1052 operações de gestão, monitoramento e avaliação, indicando o baixo percentual dos municípios que
1053 contavam com essas condições. Destacou, também, a importância da vigilância para ver se os
1054 serviços socioassistenciais estavam protegendo os usuários dos serviços. A Conselheira Simone
1055 indicou outra parte muito importante do SUAS, que era a gestão participativa, que deveria estar
1056 presente, envolvendo os principais interessados na definição das prioridades estratégicas e todos os
1057 âmbitos. Falou sobre os Conselhos de Assistência Social, mecanismos institucionais, que visavam
1058 garantir a participação e o controle sobre os atos e decisões estatais, por meio de um processo de
1059 gestão conjunta da política, com a gestão participativa requerendo a participação no planejamento,
1060 esclarecendo como isso deveria ser feito. Indicou que quanto à gestão compartilhada no SUAS eram
1061 os Fóruns de Negociação e Pactuação entre gestores e quanto aos aspectos operacionais do Sistema
1062 eram a CIT, em âmbito nacional, e as CIBs, em âmbito estadual, discorrendo sobre as competências
1063 de cada uma. Ressaltou que o Conselho Nacional, assim como os Conselhos Estaduais, tinham um
1064 papel também muito importante para exigir que a gestão fosse compartilhada, sendo que reconhecer
1065 a CIT, o CONGEMAS e o FONSEAS era um dever colocado dentro do modelo de gestão do
1066 SUAS. A seguir, e conforme o material em tela, mostrou os tipos de financiamento desenhados pelo
1067 SUAS para aprimorar a sua gestão e sendo únicos no governo federal.: IGD SUAS e IGD Bolsa,
1068 falando sobre as especificidades de cada um. Falou sobre a importância da capacitação, melhorando
1069 a qualidade da oferta dos serviços, destacando o investimento na área da gestão do trabalho.
1070 Considerava que o CNAS deveria pautar a discussão da gestão financeira, sendo uma importante
1071 parte da gestão do SUAS. Indicou a gestão articulada integrada com os programas, BPC escola e
1072 BPC Trabalho, a gestão reorganização da rede de serviços socioassistenciais e o monitoramento do
1073 SUAS, o CAPACITASUAS Família, discorrendo sobre sua importância e os critérios que

1074 estabelecia para repasse de recurso e para receber o IGD Bolsa Família, o IGDM e o IGDE.
1075 Informou como o recurso deveria ser utilizado: apoiar técnica e operacionalmente as instâncias de
1076 controle social, ser gasto com a gestão de benefício, Cadastro Único, implementação de programas
1077 complementares, acompanhamento das famílias beneficiárias do Bolsa, atendimento de demanda e
1078 fiscalização do Bolsa e do Cadastro Único, gestão articulada e integrada com os benefícios e
1079 serviços e outras atividades estabelecidas pelo próprio Ministério, falando sobre as mesmas.
1080 Colocou que outra estratégia de apoio à gestão utilizada era o CAPACITASUAS, que vinha como
1081 uma estratégia importante de estruturação da área da gestão do trabalho para os governos estaduais,
1082 falando sobre seu alcance e os critérios para participar do programa, ademais dos valores repassados
1083 para cada ação. Concluindo, a Conselheira Simone ressaltou ser esse apenas o começo de uma
1084 discussão que fariam nesse e no próximo ano, sendo o tema da Conferência Nacional, discutindo-se
1085 a gestão e o financiamento do SUAS. Observou que todas as estratégias utilizadas para melhorar a
1086 gestão e dar qualidade aos serviços eram uma preocupação que o SUAS tinha desde o seu
1087 nascedouro, tendo uma gestão condizente com as necessidades da população mais pobre e
1088 vulnerável do país. A Presidenta, destacando a importância desse tema, abriu para inscrições. A
1089 Conselheira Marisa parabenizou a Conselheira Simone pela forma como traduzia a implantação do
1090 SUAS no país, sentindo-se orgulhosa como trabalhadora, como gestora e como militante da
1091 Assistência Social. Reconhecia a qualidade do SUAS e a necessidade de os municípios qualificarem
1092 melhor os serviços, estruturar melhor os equipamentos das proteções básicas, especial, de média e
1093 alta complexidade. Que era preciso avançar mais e ter um diálogo mais afirmativo com os estados,
1094 com o FONSEAS para que se observasse o pacto federativo e junto com os municípios e
1095 melhorassem seus serviços e promovessem a implementação do SUAS. Informou que o
1096 CONGEMAS, na última reunião da sua Diretoria, havia orientado os presidentes dos COEGEMAS
1097 na questão do controle social para que realizassem reuniões regionalizadas com esse tema na pauta,
1098 para conscientizar os gestores municipais da sua importância. Indicou que no seu estado isso já
1099 havia sido iniciado, realizando-se a segunda reunião regional do COEGEMAS na região do Trairi
1100 no dia 25 e da qual participaria. O Conselheiro Edivaldo cumprimentou a Conselheira Simone e o
1101 empenho coordenado pelo governo brasileiro, os governos estaduais por meio dos seus gestores, o
1102 COEGEMAS, CONGEMAS, FONSEAS, MDS, CNAS e os Conselhos estaduais e Municipais,
1103 sendo uma construção conjunta. Indagou sobre alguns pontos colocados pela Conselheira Simone,
1104 indagando se essas inovações decorrentes da nova NOB estavam todas em curso ou algumas
1105 estavam em fase de implantação, citando a questão da habilitação do nível de gestão. Questionou a
1106 utilização dos recursos do IGD, em favor dos Conselhos, do controle social, se havia algum
1107 mecanismo que atrelasse uma contrapartida dos entes e se era só o recurso do IGD que beneficiaria
1108 ou apoiaria as ações do Conselho. A Conselheira Aldenora ressaltou o aprendizado que vinha tendo
1109 nessa participação do Conselho, discorrendo sobre as dificuldades encontradas na ponta, onde não
1110 havia controle social nem monitoramento. Que os censos não correspondiam à realidade brasileira,
1111 mas sim aquilo que os gestores queriam, precisando haver maior monitoramento, no que a
1112 Conselheira Marisa poderia contribuir, por ter um acompanhamento maior com os poderes
1113 estaduais e municipais e com o CNAS tendo uma enorme responsabilidade. Manifestou que vinha
1114 denunciando há muito tempo a falta de participação da Sociedade Civil, pois na ponta quem
1115 compunha os Conselhos eram funcionários de prefeitura. Destacou a falta de monitoramento,
1116 faltando o acompanhamento maior das entidades na base, não vendo monitoramento, controle social
1117 se não era com a participação da Sociedade Civil, o que não estava acontecendo. O Conselheiro
1118 Charles falou que estavam em uma fase de estruturação, discorrendo sobre os processos históricos e
1119 o que haviam determinado em Resolução, que os municípios colocassem o planejamento em seu
1120 plano de ação, tendo como referência o diagnóstico da realidade local, o que não vinha

1121 acontecendo. Observou que para mudar essa realidade, teriam que investir em instrumentos para
1122 viabilizar, fazer com que a pessoa se envolvesse no processo. O Conselheiro Anderson concordou
1123 com as falas colocadas, sendo importante trazer o tema do SUAS. Falou sobre os procedimentos
1124 utilizados, existindo estados e municípios que não pactuavam com o governo federal, relatando o
1125 que estava acontecendo com a população de rua em São Paulo. Que lhes competia, como
1126 Conselheiros, cobrar e monitorar o repasse e utilização dos recursos nas ações da Assistência
1127 Social. A Conselheira Nilsia sugeriu que quando fosse oportuno, revisassem o conceito de cultura,
1128 discorrendo sobre a questão. Observou que era cultura do país não cumprir tudo o que havia sido
1129 colocado, com o governo deliberando em favor do povo. Observou ser esse um ano de eleições,
1130 com a maioria dos prefeitos candidatos, usando a atuação do serviço social no seu município para
1131 captar votos, indagando se seria possível lançar uma campanha antes das eleições para conscientizar
1132 o usuário que o que recebiam era do governo federal e não dos prefeitos. O Conselheiro Wagner
1133 ponderou, considerando a dimensão do país, como essa metodologia apresentada chegaria a todos
1134 os municípios. Agradeceu o recebimento dos boletins temáticos, com encaminhamentos e
1135 legislações para conhecimento dos Conselheiros, sugerindo sua leitura, pois muito do que havia
1136 sido colocado estavam nas deliberações de conferências. Destacou que o SUAS não era um projeto
1137 de governo, tendo nascido nas conferências, com todas suas mudanças sendo aprovadas nas suas
1138 deliberações. Citou os municípios que ainda não haviam se habilitado, observando que o gestor e o
1139 MDS sabiam como encaminhar essa questão para a CIBs desses estados para resolver essa situação.
1140 A Conselheira Dóris destacou a importância dessa apresentação para conhecimento dos novos
1141 Conselheiros, ressaltando a mudança que vinha ocorrendo no panorama da Assistência Social.
1142 Sugeriu que nos documentos, os apontamentos em relação à questão dos recortes raciais e de gênero
1143 fossem mais visíveis, destacando mais essas situações e promovendo seu saneamento. A
1144 Conselheira Simone agradeceu pelas palavras, com essa sendo a oportunidade de mudar a visão
1145 assistencialista da Assistência social. Dirigindo-se ao Conselheiro Edivaldo, ressaltou que estavam
1146 discutindo fazia dois anos essa nova lógica da gestão do SUAS, da mudança de níveis de gestão
1147 para indicadores, considerando as discussões que vinha gerando em todos que discutiam o Sistema,
1148 indicando as etapas que esse processo vinha se realizando. Esclareceu a questão orçamento, com o
1149 SUAS utilizando a estratégia do incentivo ao colocar 3% dos recursos como obrigatoriedade para o
1150 controle social, esclarecendo esses procedimentos de parte do orçamento ser para o controle social,
1151 e quanto maior o indicador, mais recurso teria para isso. Ponderou que a Conselheira Aldenora
1152 constatava uma realidade que sabiam que existia e que era o baixo monitoramento e controle social,
1153 com esse controle sendo mais efetivo nos municípios que eram mais organizados. Que faltava
1154 acompanhamento nas bases, mas que atualmente havia muito mais do que antes, com a sociedade
1155 brasileira não suportando mais a falta de transparência, a falta de monitoramento, de
1156 acompanhamento. Ressaltou a cobrança que o SUAS sofria, para conseguir se efetivar, o que não
1157 acontecia em 10 anos atrás. Que, conforme colocado pelo Conselheiro Charles, era importante que
1158 se criasse instrumentos concretos para viabilizar essas ações da Assistência Social e mostrar a sua
1159 realização para a população brasileira. Ressaltou que era colocada nas mãos dos trabalhadores
1160 muitas das responsabilidades, como se dependesse do seu trabalho a melhor efetividade de
1161 determinada política e se não tivesse uma grande estrutura de gestão a serviço do trabalho, não
1162 influenciariam na oferta e na qualidade dos benefícios e serviços. Observou que o Conselheiro
1163 Anderson colocava algo importante, que o Brasil tinha princípios super autoritários, principalmente
1164 com os mais pobres, o SUAS não era hegemônico, discorrendo sobre a situação. Que a política que
1165 estavam implantando estava em disputa de ser um projeto na sociedade, tendo que ficar atentos para
1166 não perder essa luta, ganhando o discurso e a política conservadora. Com as colocações da
1167 Conselheira Nilsia sobre o uso dos votos, concordava que isso existia, mas com a legislação vindo

1168 contribuir para mudar essa situação. Concordou com o Conselheiro Wagner que os municípios eram
1169 diferentes, existindo vários projetos do SUAS colocados no país, e com os usuários daqueles
1170 municípios não habilitados perdendo por não poder receber os benefícios correspondentes.
1171 Concordava que se fizesse um debate com os estados desses municípios, para mudar o cenário
1172 existente. Com relação aos recortes de gênero, raça, esclareceu como a questão era tratada nos
1173 programas tradicionais de ofertas, mas concordando com a Conselheira Dóris que era preciso olhar
1174 as diferenças territoriais, relatando a situação ocorrida no território amazônico. Ponderou que ainda
1175 não tinham uma discussão aprofundada daquilo que deveria ser tratado como diferente nos
1176 territórios rurais e urbanos dos SUAS. Pensava que a discussão do gênero, de raça, teria que ser
1177 mais presente na discussão das próprias ofertas e metodologias do SUAS, mas que haviam
1178 melhorado muito nessa questão. Informou que o Departamento de Gestão do SUAS coordenava a
1179 área da gestão, com cinco coordenações, que frequentavam o CNAS, apresentando seus
1180 colaboradores. A Presidenta agradeceu pela apresentação, passando ao **Item Relato da Presidência**
1181 **Ampliada**. Agradeceu a menção do Conselheiro Wagner quanto ao boletim temático recebido,
1182 também citado pela Conselheira Margarida e que passaria a ser padrão da Secretaria-Executiva. A
1183 Conselheira Marisa indagou se na próxima agenda o CONGEMAS poderia se apresentar,
1184 apresentando sua finalidade e gestão, que também visava o controle social. A Presidenta sugeriu
1185 que isso fosse feito nessa reunião, com apresentação das Conselheiras Marisa e Meive, mas com a
1186 Conselheira Marisa solicitando que fosse realizado na próxima reunião, pois gostaria de trazer o
1187 Presidente para que pudesse fazer essa apresentação. Manifestou que gostaria de conhecer as
1188 entidades dos demais Conselheiros da Sociedade Civil, colocando, também, essa proposta. A
1189 Presidenta considerou importante que a representação do CONGEMAS e do FONSEAS fizesse esse
1190 informe, conferindo a pauta para ver essa possibilidade. A Conselheira Meive reiterou a
1191 importância da participação do FONSEAS, transmitindo a solicitação da Presidenta, a Dra. Cida, de
1192 que na próxima reunião se marcasse a visita do CNAS à sua reunião no dia 20 de agosto. Informou
1193 o lançamento de uma revista do FONSEAS, possibilitando aos estados a manifestação sobre sua
1194 realidade. Relatou que o primeiro Encontro Nacional de Secretarias de Estados seria realizado no
1195 final do ano, e como o CNAS estava pensando em uma reunião descentralizada para novembro,
1196 talvez pudessem fazer de forma articulada, reunindo todos os Secretários de estado e o Conselho
1197 Nacional. Igual que o CONGEMAS, que havia colocado a presença da Presidente, reforçava que o
1198 mesmo fosse feito pela Presidente do FONSEAS. A Presidenta considerou acatadas as duas
1199 proposições de convite acatadas, verificando a agenda e convites para responder. **Item Relato da**
1200 **Presidência Ampliada**. *“A Presidenta esclareceu que haviam pensado em um boletim informativo,*
1201 *só trazendo aquelas situações mesmo, que, de fato, merecessem alguma referência para o debate*
1202 *ou para esclarecimentos. Participamos, então, os novos Coordenadores de Comissões, eu e a Vice-*
1203 *Presidenta Leila, e a Secretaria-Executiva, a Maria de Mercês, a Silvano Souza e a Taís Pereira*
1204 *Braga. Então nosso primeiro ponto de pauta foi relacionado à dinâmica da reunião da Presidência*
1205 *Ampliada, justamente porque nós verificamos ali o volume muito expressivo dos assuntos. Então*
1206 *inclusive esse volume está nos levando a pensar outra forma de metodologia dessa reunião, talvez*
1207 *não só, não apenas uma reunião, mas uma reunião definida por algum tipo de especificidade, mais*
1208 *política, mais tradicional, porque são muitos os temas. E também de pronto nós começamos a*
1209 *verificar a possibilidade da própria Secretária-Executiva fazer um filtro em questões que são*
1210 *questões muito atinentes a gestão de, e que podem ser do conhecimento do meu conhecimento e do*
1211 *conhecimento e de Leila na por conta de serem e expedientes ou situações que são facilmente*
1212 *identificadas, que tem o componente de gestão. Então nesse primeiro item nós resolvemos por*
1213 *formular, por exemplo, algumas ordens de serviços que vão tratar de temas, como convites, como*
1214 *solicitações acadêmicas para pesquisadores e outros itens que performam e que formatam aí*

1215 agenda da Presidência Ampliada. Evidentemente isso tudo estará nesse boletim físico, que nós
1216 vamos passar para os senhores. Na perspectiva de planejamento, o site, o nosso site pode também
1217 estar fornecendo, hospedando esses tipos de pautas e as memórias. Então nós saímos daqui com a
1218 tarefa de pensar procedimentos para agilizar e tratar os assuntos de rotineiros de gestão, a serem
1219 realizados pela Secretaria-Executiva, e os outros assuntos a nível da Presidência Ampliada inteira.
1220 O segundo item de pauta nós trabalhamos a proposta da pauta da 203ª reunião ordinária do
1221 CNAS, que será realizada nos dias 14, 15, 16 e 17... Ou, 16 de agosto de 2012, nós passaremos
1222 piso como o último ponto, para a gente não fazer só agora. O terceiro item, representações em
1223 Comissões e órgãos, que também nós colocamos isso no anexo quando chegarmos ali no final da
1224 sua pauta. Com relação a representações, e Comissões, e órgãos, nós temos duas situações, que
1225 dizem respeito às Comissões do CNAS, que precisam necessariamente ser agora informadas aos
1226 senhores. A recomposição da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transparência de
1227 Renda, o governo indicou as Conselheiras Marisa Rodrigues da Silva; Solange Teixeira; e Léa
1228 Lúcia Cecílio Braga; e a sociedade civil indicou a Dóris, a Conselheira Dóris Margareth de Jesus;
1229 o Conselheiro Anderson Lopes Miranda; e a Conselheira Márcia de Carvalho Rocha, para
1230 comporem a referida Comissão. Já há uma sugestão de pautar estudos e pesquisas relacionadas
1231 aos impactos e os programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais, que já é um
1232 resultado, um produto da nossa discussão na Presidência Ampliada. Então a gente precisa fazer
1233 essa agenda de reunião, que essa reunião não segue o mesmo curso, essa Comissão não segue o
1234 mesmo curso regimental das outras Comissões, então nós precisamos sentar isso para verificação.
1235 A recomposição da Comissão de Ética, o governo indicou os Conselheiros José Geraldo França
1236 Diniz; Luziele Maria de Souza Tapajós; José Ferreira da Cruz; e a Sociedade Civil indicou a
1237 Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos; Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral; e a
1238 Conselheira Márcia de Carvalho Rocha, para comporem a Comissão de Ética. No item três a
1239 indicação de Conselheiros do CNAS para compor o GT Interministerial de Saúde no sistema
1240 prisional; a sociedade civil indicou a Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos; e nós faremos a
1241 posteriori dessa reunião o representante governamental. Se não houver a possibilidade dessa
1242 indicação, nós voltamos com essa indicação para a plenária, até porque não há previsão ainda de
1243 reunião desse GT. Indicação de representantes do CNAS para compor a Comissão Nacional de
1244 Acompanhamento da Implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do
1245 Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, nunca vi uma Comissão
1246 com um nome tão grande em toda a minha vida, e a gente vai conhecê-lo a partir desse momento
1247 como CNI. A sociedade civil e indicou o Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, e o governo
1248 indica a Conselheira Margarida Cardoso Munguba para compor essa Comissão. Nós temos, no
1249 item quatro, dois pareceres da Consultoria Jurídica do MDS, em resposta a consultas elaboradas
1250 pelo CNAS. O primeiro parecer refere-se a uma consulta acerca da existência ou não de efeito
1251 vinculante da determinação contida no item 9.6 do Acórdão 2809 de 2009 do TCU, com relação
1252 aos Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de assistência social. A decisão contida
1253 nesse Acórdão, nesse item 9.6 diz respeito à alteração das normativas que disciplina o processo da
1254 escolha dos representantes da sociedade civil no Conselho, bem como nos Conselhos Municipais de
1255 Assistência Social, de modo que a escolha dos representantes das entidades e organizações recaia
1256 diretamente sobre pessoas físicas e não sobre pessoas jurídicas, em observância ao disposto no
1257 artigo 17. Essa Resolução não tem o efeito vinculante, ou seja, ela serve apenas para o CNAS.
1258 Então nós vamos fazer, vamos dar essa informação, a Presidência Ampliada tomou conhecimento
1259 do teor do parecer, e sugere divulgá-lo amplamente a todos os Conselhos de assistência social,
1260 Municipais e Estaduais. O segundo parecer da CONJUR foi enviado em razão das condutas
1261 permitidas no ano eleitoral, tendo em vista a necessidade da segunda reunião descentralizada e

1262 *ampliada no âmbito do CNAS. Em termos mais gerais, a CONJUR disse que: “Ressalvados todos*
1263 *os cuidados de cautela em relação às eleições 2012, nós não podemos, por exemplo, convidar*
1264 *candidatos a passo para da reunião, descentralizadas e ampliadas, também é vedado a realização*
1265 *de publicidade institucional em relação às ações desenvolvidas pelos entes participantes do pleito*
1266 *eleitoral, ressalvados todos esses cuidados, não há óbices para a realização da conferência.”*
1267 *Então isso é de teor interno mesmo ao CNAS, e nós podemos continuar com o planejamento da*
1268 *reunião descentralizada. O item cinco, sobre o plano de ação da Comissão de Conselhos, a*
1269 *Comissão de Conselhos fez o encaminhamentos de duas situações, desde o pleno passado para*
1270 *apreciação a Presidência Ampliada. A primeira é a sugestão de criar uma sistemática de*
1271 *acompanhamento das matérias legislativas e de publicações no Diário Oficial da União sobre a*
1272 *assistência social, e convidar ASPAR/MDS para fazer esses informes nas reuniões ordinárias do*
1273 *CNAS. A Presidência Ampliada reconhece a importância dessa sistemática, acolhe a sugestão da*
1274 *participação da Assessoria parlamentar, na qualidade de convidada, para apresentar à plenária*
1275 *informes sobre matérias legislativas atinentes à assistência social. Foi assim, dessa forma que nós*
1276 *soubemos, por exemplo, do projeto de lei do Deputado Tiririca, e como existem outros projetos de*
1277 *leis atinentes ao BPC, enfim, a outras áreas aí do SUAS que nós precisamos atender. Então será*
1278 *para a gente a partir de então que a nossa Assessoria parlamentar do MDS venha às reuniões do*
1279 *CNAS e na necessidade informem sobre esses procedimentos. O segundo encaminhamento, ou*
1280 *melhor, a segunda sugestão foi remeter à presidência do CNAS as ações relativas ao*
1281 *monitoramento e à implementação da Política de Comunicação do CNAS. A Presidência Ampliada*
1282 *propôs que a Presidenta do CNAS faça uma reunião com a Assessoria de comunicação social do*
1283 *MDS, a ASCOM, para tratar dessas ações e definir estratégias, visando apresentá-las na próxima*
1284 *reunião ordinária desse Conselho. Então a nossa Secretaria-Executiva já entrou em ação*
1285 *solicitando uma agenda com a assessora de comunicação do MDS, inclusive com um pleito de*
1286 *possibilidade de nós termos aqui um profissional da área de comunicação, e, inclusive para nós*
1287 *colocarmos mundo, no que se refere a redes sociais, ao twitter do Conselho Nacional, um facebook*
1288 *do Conselho Nacional, enfim, um blog do Conselho Nacional junto com os Conselhos estaduais e*
1289 *municipais, e que pode animar muito a nossa relação, eu acho que essa é uma coisa muito*
1290 *interessante. A com relação ao item 6, o processo de eleição da sociedade civil referente à*
1291 *vacância, em decorrência da renúncia da entidade ou das (ininteligível), que foi, cuja Portaria foi*
1292 *publicada agora na sexta-feira, dia 13 de julho, a Portaria nº 146, que torna sem efeito a*
1293 *designação da Conselheira Regiane Silva Lima, a terceira suplente, representante de entidade da*
1294 *(ininteligível) do Brasil. O encaminhamento a enviar a consulta à CONJUR, solicitando*
1295 *orientações sobre os procedimentos para a reabertura do processo de eleição para a escolha dos*
1296 *membros da sociedade civil do CNAS para a terceira suplência, em função da vacância*
1297 *mencionada. A Secretária-Executiva do CNAS já entrou em contato com a Consultoria Jurídica do*
1298 *MDS, por intermédio do Coordenador Geral de Atos Normativos e judiciais, o Dr. Willian*
1299 *Olivindo, e formalizará da consulta para obter orientações pertinentes. Como não há nenhum*
1300 *problema que nós já nos antecipamos com relação à definição da Comissão Eleitoral, porque*
1301 *certamente a CONJUR vai responder sobre rito, que terá certamente o advento de uma Comissão*
1302 *Eleitoral. Então a sociedade civil já fez a indicação, nós estamos aqui colocando para os senhores,*
1303 *os Conselheiros Thiago Cabral; José Araújo da Silva; Dóris Margareth de Jesus; Nilsia e Lourdes*
1304 *dos Santos; Edivaldo da Silva Ramos; e Aldenora Gomes Gonzalez, como Comissão Eleitoral para*
1305 *essa eleição devido à vacância. Com relação ao item 7, a segunda reunião descentralizada e*
1306 *ampliada do CNAS, como vocês sabem ou já devem estar sabendo, o nosso regimento interno*
1307 *indica que serão programadas de duas a quatro reuniões anuais de caráter descentralizado e*
1308 *ampliado. Em obediência ao regimento, o CNAS já efetivou uma reunião descentralizada e*

1309 *ampliada, que foi em Manaus, minha cidade natal, onde eu nasci. E nós precisamos pensar*
1310 *precisamos, temos o compromisso de pensar outra reunião descentralizada e ampliada em local e*
1311 *data a serem definidos, a proposta da Presidência Ampliada, que eu gostaria de passar para os*
1312 *senhores, é enviar convocatória, enviar expedientes a três regiões brasileiras que ainda não*
1313 *sediaram, ainda no período recente, porque todas as regiões do Brasil já sediaram reuniões*
1314 *descentralizadas, mas no período recente três regiões do Brasil ainda não sediaram Reunião*
1315 *Ampliada e descentralizada, região Sul, a região Centro-Oeste e a região Sudeste. Citando*
1316 *critérios, prazos e objetivos de uma reunião deste suporte. Lembrando que essa reunião, ela não é*
1317 *impedida pela questão da vedação eleitoral. Ressaltar no documento os objetivos dessa reunião,*
1318 *que são de fortalecimento do controle social e de reforço da participação social naquela região.*
1319 *Então nós começaremos a partir de então essa conversa com os Conselhos Estaduais e com as*
1320 *Secretarias evidentemente, na perspectiva da indicação, porque vocês sabem que não é qualquer*
1321 *reunião, é uma reunião que, de fato, é uma reunião, é um evento que requer muitas operações,*
1322 *muita estrutura de difícil operacionalização, de difícil eu não diria, mas de uma operacionalização*
1323 *de grande monte, de complexa e dinheiro etc., recursos então a gente vá fazer isso com toda. Eu*
1324 *vou ler os pontos, estamos terminando e aí as inscrições a gente abre. O oitavo item relacionado ao*
1325 *Censo SUAS, nós fizemos uma conversa sobre a importância do Conselho Nacional estar a partir*
1326 *da sua equipe técnica mais à disposição da Coordenação Geral de Vigilância Socioassistencial e,*
1327 *portanto do IGD SUAS na perspectiva de apoiar as análises relacionadas ao Censo SUAS. Então a*
1328 *gente, levando em consideração essa relevância, a gente está colocando aí a possibilidade, a*
1329 *reivindicação de participar de forma mais ativa do processo, até para trazer para esse Conselho a*
1330 *dinâmica mesmo, a dinâmica processual dos censos, que não é só a confecção do questionário, mas*
1331 *existe, por exemplo, toda a parte de mobilização dos Conselhos, das entidades, enfim, dos órgãos*
1332 *gestores para a resposta do Censo SUAS. Nós vamos levar esse encaminhamento pela Secretaria-*
1333 *Executiva ao Departamento de Vigilância Socioassistencial, ou, Departamento não, Coordenação,*
1334 *desculpa. (intervenções fora do microfone) Desculpe, foi um ato, não foi um ato falho não, foi só*
1335 *aqui escrito errado, ao Departamento de Gestão do SUAS e Coordenação de Vigilância*
1336 *Socioassistencial. Com relação aos convites, nós, na Presidência Ampliada, trabalhamos o*
1337 *seguinte, existem muitos convites que chegam diuturnamente nesse Conselho para vários tipos de*
1338 *eventos, dos menores, não menos importante, porque são menores, aos maiores para a*
1339 *participação desse Conselho. Então a proposta foi que a presidência faça uma ordem de serviço*
1340 *com critérios, que, inclusive já estão em vigor das gestões anteriores, quanto à participação desse*
1341 *colegiado em eventos diversos, visto que para representação do CNAS, ela só se dá quando ela é*
1342 *outorgada por esse colegiado. Então a gente precisa ter esse cuidado. A gente pensa em apresentar*
1343 *um texto base, existe a proposta muito interessante trazida pela Presidência Ampliada, foi o*
1344 *Conselheiro Volmir inclusive que indicou, de apresentar um texto base a ser lido na exposição dos*
1345 *Conselheiros em qualquer evento que eles forem indicados a comparecer, de forma a dar um*
1346 *padrão de apresentação do Conselho Nacional. Esse texto padrão ressaltará que o Conselheiro*
1347 *está participando do evento como representante do colegiado e das linhas gerais do que esse*
1348 *colegiado, de fato, acredita e defende. Ressaltou-se também a importância da elaboração de um*
1349 *relatório padrão do comparecimento do representante do CNAS, se possível com a juntada de*
1350 *fotografias, folders, enfim, outros documentos. E o relatório será arquivado aqui no CNAS.*
1351 *Também está ressaltada que a participação do CNAS, a representação do CNAS será priorizada*
1352 *pela participação do Presidente, do Vice-Presidente, dos Coordenadores das Comissões temáticas,*
1353 *conforme o disposto no § 1º do artigo 29 da Resolução do CNAS número 6. E aí com relação aos*
1354 *convites eu vou passar de forma mais rápida, porque nós não discutimos isso nós não chegamos a*
1355 *discutir isso, até porque nós pensamos na ordem de serviço, mas como já existem alguns convites*

1356 *que precisam ser resolvidos e encaminhados, a gente a passar por eles. A plenária ampliada e*
1357 *descentralizada do Conselho Estadual de Assistência Social no o Rio Grande do Sul, que convida a*
1358 *Presidente do CNAS a participar no dia 7 de agosto do corrente, então nós estamos verificando*
1359 *aqui uma questão de agenda para a minha participação, até porque o nosso entendimento é que,*
1360 *não eu como Presidente, mas eu representando esse colegiado possa conhecer a realidade dos*
1361 *Conselhos estaduais em todo p Brasil, e, portanto dos Conselhos municipais. Ora se é uma reunião*
1362 *descentralizada e ampliada, é uma oportunidade muito interessante. Não obstante todas as análises*
1363 *que se façam, a nossa perspectiva é de fortalecimento dos Conselhos, e nós estamos começando*
1364 *agora, então é até de bom-tom que nós, na direção, eu e Leila, ou ela ou eu possamos estar nessas*
1365 *reuniões descentralizadas e ampliadas, que reúnem Conselhos Estaduais e Municipais. Um convite*
1366 *para a palestra numa faculdade de Mirandópolis, alguns itens eu vou dizer, assim, para os*
1367 *senhores: maiores informações. Porque vejam só, o convite a gente não sabe o público a gente não*
1368 *sabe, só sabe matemática e a data, mas a gente não sabe a abrangência, até para solicitar, ou aos*
1369 *Conselheiros que estão no estado, ou ao Conselho Estadual, naquela perspectiva de o Conselho*
1370 *Estadual também poder fazer essa representação ou estar lá, sempre estar junto com Conselho*
1371 *Estadual. Então esse caso de Mirandópolis pede exemplar nesse sentido. Um convite para o*
1372 *encontro com os Conselhos Municipais e Conselhos vinculados do Rio de Janeiro, é um convite de*
1373 *vindo do Conselho Estadual do Rio de Janeiro, então também eu estou me colocando aqui para a*
1374 *representação. Um convite do Conselho Municipal de João Pessoa de capacitação sobre*
1375 *acessibilidade nas entidades em Reunião Ampliada ou audiência pública em 2012. Também aqui*
1376 *nós vamos pedir maiores informações, não foi isso que nós vemos Leila? Justamente, porque a*
1377 *gente não está entendendo se, de fato, é uma ação na reunião da centralizada ou é uma ação de*
1378 *audiência pública, para fora, então isso não ficou muito claro, nós vamos falar com o Conselho*
1379 *Municipal, até para poder ter a melhor decisão. O III Seminário de Direitos Humanos e*
1380 *Tuberculose, o Programa Nacional de Controle da Tuberculose do Ministério da Saúde convida o*
1381 *Conselheiro Anderson Lopes Miranda, do Movimento Nacional de População em Situação de Rua*
1382 *para participar da Oficina de Direitos Humanos, Cidadania e Tuberculose, representando o*
1383 *Conselho Nacional de Assistência Social na cidade do Rio de Janeiro, de 5 a 6 de setembro, em*
1384 *local a ser confirmado, a Presidência Ampliada indica o Conselheiro para essa representação. O*
1385 *convite, o próximo convite é um convite para o Seminário População em Situação de Rua, também*
1386 *com referência ao Programa Nacional de Controle da Tuberculose, em parceria com a Secretaria*
1387 *de Gestão Estratégica e Participativa, o Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais e a*
1388 *Coordenação Geral de Atenção Básica do Ministério da Saúde realiza nos dias 12 e 13 de*
1389 *setembro em Brasília um seminário para a discussão sobre a tuberculose e os demais agravos entre*
1390 *a população em situação de rua, em local a ser definido. Também eles indicam, convidam o CNAS*
1391 *e indicam o Conselheiro Anderson Lopes Miranda, e essa Presidência Ampliada entende que faz*
1392 *essa indicação para o Conselheiro representar o CNAS. Há um outro convite para o Encontro e*
1393 *Diálogos, governo sociedade civil, plano Brasil Sem Miséria, feito pela nossa Ministra Tereza*
1394 *Campello e pelo Ministro Gilberto Carvalho, para o encontro, que será discutido o plano Brasil*
1395 *Sem Miséria, dando continuidade ao processo de diálogos entre o governo e a sociedade civil,*
1396 *iniciado em 2011. O evento vai ocorrer no dia 8 de agosto no auditório do anexo do Palácio do*
1397 *Planalto. Nós estamos entendendo que a nossa Vice-Presidente, Vice-Presidenta Leila Pizzato,*
1398 *pode representar esse Conselho. (intervenções fora do microfone) O primeiro Seminário Direitos,*
1399 *Propostas e Conquistas, Histórico e Atualidade da agenda dos movimentos sociais. Esse é um*
1400 *seminário também da lavra da Secretaria Geral da Presidência da República, terá a participação*
1401 *do professor Antonio Alberto Machado e da Sra. Carmem Foro, que objetiva a qualificar o*
1402 *processo da formação do governo federal sobre a política e estratégias dos movimentos sociais*

1403 para a democratização do estado. Os Conselhos de atuação em âmbito nacional estão sendo
1404 convidados, na qualidade de ouvintes e participantes de pequenos grupos. Nós estamos indicando,
1405 aqui, inclusive para a manifestação o Conselheiro Ademar Bertucci, para a participação, até
1406 porque, por todas essas conversas que nós já tivemos hoje, e outros Conselheiros que estiverem
1407 aqui, porque só é um turno, esse evento. Então é de aproveitar que está aqui, não só isso,
1408 evidentemente, pelo conteúdo, que casa o conteúdo com a oportunidade da... Ok? O convite para o
1409 evento Sistema Único de assistência social e Proteção Social de Pessoas com Deficiência, a ser
1410 promovido pela Universidade Livre para a Eficiência Humana, chamada UNILEHU ou UNILEU,
1411 que a gente também colocou aqui para maiores informações, já que a gente não tem todas as
1412 informações para a tomada de decisão, e vai ser localizado em Curitiba. Eles com o pirão a
1413 Presidenta, mas a gente vai fazer essa pesquisa aí para saber de maiores detalhes. O Conselho
1414 Nacional de Segurança Alimentar, o CONSEA, convida o CNAS para continuar participando como
1415 observador das reuniões plenárias. E eu quero confirmar aqui ao plenário desse Conselho, aos
1416 Conselheiros todos que, em conversa com a Vice-Presidenta, nós achamos por bem que a
1417 Presidente do Conselho Nacional vá em todas as Comissões do CONSEA, então eu participei de
1418 todas as Comissões do CONSEA. E farei o mesmo convite para a Presidenta Maria Emília, para
1419 que ela participe das nossas reuniões, eventualmente em uma situação ou outra a gente envia um
1420 representante, mas em princípio nós vamos estar ali participando. A Conferência Estadual dos
1421 Direitos da Pessoa com Deficiência de Mato Grosso do Sul, a Presidente do Conselho Estadual da
1422 Pessoa Portadora de Deficiência de Mato Grosso do Sul convida o CNAS para participar da
1423 conferência, e solicita a designação do Conselheiro Edivaldo Ramos. Ao que nós concordamos e
1424 fazemos a indicação do Conselheiro para representar esse Conselho. O convite da Secretaria de
1425 Estado do Trabalho e Assistência do Mato Grosso do Sul, SETAS MS para que o CNAS promova
1426 são capacitação de gestores Conselheiros e dirigentes de entidades, relacionados aos temas de
1427 inscrição de entidades; ações de assessoramento e defesa de garantias e direitos; promoção da
1428 integração ao mercado de trabalho; e habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência. É 23
1429 de agosto, são temas muito densos, nós vamos, eu estou me colocando à disposição para estar
1430 nesse Conselho, nesse encontro, e eles pedem também que nós indiquemos, indique, faça uma
1431 indicação para discutir a utilização nessa capacitação, eu estou me colocando à disposição para
1432 estar lá. E numa perspectiva de não conseguir agenda, nós voltamos à discussão no debate.
1433 (intervenções fora do microfone) Nós tínhamos discutido, eu e a... Agora de manhã, que nós não
1434 conseguimos passar pelos convites. De solicitar a você, verificar a agendas você pode representar
1435 o CNAS e o Conselheiro Edivaldo também estando presente no evento. Certo Conselheiro
1436 Edivaldo? Pode ser? Então a partir desse estudo a gente faz a indicação. Desculpa Léa, porque de
1437 fato eu olhei para o de baixo. Entrou, enquanto nós estávamos aqui na reunião, um convite para a
1438 audiência com o Ministro da Saúde, para tratar da pauta V Fórum Social Mundial da Saúde e
1439 Seguridade social, que acontecerá em 2013 e a realização da segunda conferência mundial sobre o
1440 desenvolvimento de sistemas universais de Seguridade social, e a Conferência Nacional de
1441 Seguridade Social. Nós indicamos, como num dia de plenária e como num dia de plenária a
1442 indicação é que não que os Conselheiros priorizem a plenária ao invés de outros compromissos,
1443 nós conversamos, e eu e a Leila, e solicitamos à Conselheira Jane, que já tinha ido no primeiro
1444 evento do Fórum Social Mundial e a Conselheira Maria Aparecida Godói para nos representar.
1445 Então elas foram para essa audiência, e trarão as informações. E finalmente, o convite para a
1446 reunião descentralizada e ampliada do CONSEAS em São Paulo, que tem um convite para a nossa
1447 presença, a minha presença na mesa de abertura, e a Conselheira Leila como palestrante. Nós
1448 estamos confirmando, Conselheiro Wagner, a nossa ida na Reunião Ampliada e descentralizada, na
1449 mesma perspectiva das outras, de fortalecimento da nossa relação, até porque é que nós somos um

1450 *Conselho novo, então a gente está, de fato, aceitando esses convites dos Conselhos. Os próximos*
1451 *itens senhores e senhoras são apenas informes, eu acho que não há necessidade... (intervenção*
1452 *fora do microfone) Ah tá, e nesse item Conselheiro Wagner, só para ficar, o convite solicita que nós*
1453 *indiquemos ou ajudemos a indicar outro palestrante para o tema da utilização dos recursos do IGD*
1454 *SUAS, nós vamos levar, como não é do alvitre, da alçada do Conselho Nacional, nós vamos*
1455 *indicar, solicitar à SNAS que faça a indicação”.* A Presidenta informou que os outros informes
1456 eram apenas para conhecimento dos Conselheiros, abrindo para os esclarecimentos. O Conselheiro
1457 Anderson falou sobre o convite para o evento sobre a tuberculose, discorrendo sobre sua
1458 disseminação e a necessidade de discutir essa questão, ressaltando a intersetorialidade com a Saúde.
1459 Apresentou uma moção de apoio ao CMAS, informando a prisão de 50 moradores de rua em
1460 Franca. Que precisavam, juridicamente, tanto do CNAS, como do MDS uma moção de repúdio a
1461 essa cidade, que prendia pessoas pobres. A Presidenta informou que depois da inscrição do
1462 Conselheiro Wagner, indicariam duas pessoas para a confecção da moção, se fosse o entendimento
1463 do Pleno. Observou haver outro item nos informes que era importante que fosse lido e destacado,
1464 que se tratava do repúdio enviado pelo Conselho Federal de Psicologia sobre a questão do Decreto
1465 legislativo que visava sustar a aplicação dos textos da Resolução CFP 01/99, com relação à
1466 patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas. O Conselheiro Wagner agradeceu a
1467 participação da Presidente e da Vice-Presidente na reunião descentralizada, entregando o informe
1468 ao CNAS. Informou que a partir do dia 1º de agosto estaria na presidência do Conselho Estadual de
1469 São Paulo, colocando-se à disposição para a reunião descentralizada do CNAS nesse estado,
1470 garantindo a estrutura necessária, registrando esse oferecimento. Com relação ao Censo SUAS, no
1471 item oito, gostaria de ratificar sua fala que a própria Secretaria-Executiva pudesse acrescentar, e
1472 propor ao Departamento da SNAS, responsável pelo Censo SUAS, aquelas três questões sobre o
1473 Plano de Convivência Familiar e Comunitária. Que seria importante ter um panorama sobre esse
1474 tipo de plano, a sua indicação pela Sociedade Civil de continuar participando, informando ter sido
1475 indicado pela Sociedade Civil e a Conselheira Margarida, pelo governo. Ratificou a fala da
1476 Presidenta de apoio aos Conselhos Estaduais, principalmente quando havia chegado o convite para
1477 o CNAS, de sempre remeter aos Conselhos Estaduais para fortalecer essa atuação. A Presidenta
1478 indicou a pauta da próxima reunião para ser deliberada, informando que essa memória da
1479 Presidência Ampliada havia sido assinada pela Presidente e pela Vice-Presidente, o que passaria a
1480 ser feito. O Conselheiro Edivaldo manifestou não entender que os relatos não fossem lidos,
1481 considerando o princípio da publicidade, mas, principalmente pelo rigor da matéria contida,
1482 achando de extrema relevância fosse publicizadas as moções que constavam nos informes.
1483 Observou ter sentido a ausência de um tema de extrema relevância para esse início de mandato, que
1484 era a realização de uma ação para a elaboração do plano estratégico para o período. A Conselheira
1485 Márcia colocou-se à disposição para o convite para encontros com os Conselhos Municipais e
1486 Conselhos vinculados do Rio de Janeiro, por residir no estado, com a Presidenta indicando que as
1487 duas estariam presentes ao evento. O Conselheiro José Araújo indicou o item 10.4, esclarecimento
1488 sobre a indicação de consistência no acompanhamento de metas e desenvolvimento dos CRAS de
1489 Curitiba, informando que, além de Conselheiro nacional, também era Vice-Presidente do Conselho
1490 Municipal de Assistência Social de Curitiba, solicitando acesso a toda essa documentação para
1491 conhecimento. Manifestando questão de ordem, a Conselheira Dóris, informou morar e militar em
1492 Curitiba, também, tomar conhecimento dessa agenda. A Presidenta informou ao Conselheiro
1493 Edivaldo que a Presidência Ampliada acatava sua solicitação, passando a ler todos os informes,
1494 inclusive por conta do teor, agradecendo pela contribuição. Informou que escutariam o relato das
1495 Comissões com os seus planejamentos e estudariam na Secretaria-Executiva o projeto de um
1496 planejamento estratégico de gestão e de agenda do Conselho e de agenda do Conselho. Informou

1497 que estava na pauta, desde a primeira conversa com a Vice-Presidenta Leila, de realizarem um
1498 planejamento específico para o Colegiado, discorrendo sobre sua realização. A seguir, passou para a
1499 proposta de pauta da 203ª RO, nos dias 14,15 e 16 de agosto. Referiu-se à reunião da Comissão de
1500 Acompanhamento aos Conselhos, com a Conselheira Aldenora indicando que tinham oito ações,
1501 mas que haviam conseguido trabalhar apenas uma. A Presidenta esclareceu que a Comissão, a partir
1502 da agenda dos Conselheiros, marcou uma reunião no dia 13 de agosto, de 14h às 18h, com os
1503 membros revisando posteriormente para se fazer uma reunião mais célere e objetiva. Dia 14 de
1504 agosto de 9h às 10h, proposta de uma reunião conjunta da Comissão de Acompanhamento de
1505 Conselhos e da Comissão de Financiamento para tratar de um tem, trazido pela Conselheira Marisa,
1506 e por outros Conselheiros, que era a definição de uma forma de apoio aos Conselhos Municipais e
1507 Estaduais, com relação aos instrumentos da proposta orçamentária, vincular os instrumentos da
1508 proposta orçamentária ao fortalecimento dos Conselhos. De 13h às 18h, reuniões da Comissão de
1509 Financiamento, Comissão de Normas e da Comissão de Política de Assistência Social; e de 18h às
1510 19h, reunião da Presidência Ampliada. Dia 15 a aprovação da ata dessa reunião ordinária do CNAS
1511 e da pauta da 203ª RO. Informes da Presidência, Secretaria-Executiva, MDS, CIT e dos
1512 Conselheiros. Que nesse momento, estariam colocando os informes do CONGEMAS e FONSEAS.
1513 Apresentou uma proposta de alteração, com a Presidência Ampliada indicando ser muito importante
1514 para os Conselheiros conhecerem o trabalho do MDS, e não só a SNAS, o que era a Secretaria
1515 Nacional de Renda e Cidadania, que administrava o programa Bolsa Família e outras atividades; o
1516 que era a Secretaria de Segurança Alimentar, que defendia, administrava, e propunha a Política
1517 Nacional, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; o que era a Secretaria de
1518 Avaliação e Gestão da Informação, que atualmente não era uma Secretaria meio, mas que já se
1519 havia tornado uma Secretaria absolutamente imprescindível para que as outras Secretarias
1520 pudessem definir as suas políticas, com os Conselheiros da Presidência Ampliada definindo os
1521 horários para convite a essas Secretarias. Dia 16, demanda dos Conselheiros da Presidência
1522 Ampliada um debate sobre o Plano Nacional do Enfrentamento ao Crack e, uma apresentação do
1523 Programa Brasil Carinhoso, o que havia sido muito conversado na Comissão de Política. Que na
1524 manhã apresentariam o relato da Presidência Ampliada e à tarde os quatro relatos. Relatou a
1525 alteração de pauta proposta: dia 15, pela manhã: trariam a SENARC e a SESAN, tirando a SAGI.
1526 SAGI, de 10h às 11h, a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania; SESAN de 11h à 12h. À tarde,
1527 de 14h às 15h, a SAGI, e depois a apresentação do Programa Nacional de Enfrentamento ao Crack e
1528 Outras Drogas e a apresentação do Programa Brasil Carinhoso. Dia 16 conforme solicitado por
1529 várias Comissões, na manhã dois relatos da Presidência Ampliada e Comissão de Financiamento; e
1530 no período da tarde, Acompanhamento aos Conselhos, Comissão de Normas e Comissão de
1531 Política. A Conselheira Meive sugeriu que deixassem para setembro a apresentação dos três planos,
1532 de enfrentamento ao crack, Viver Sem Limites e o Brasil Sem Miséria. A Presidenta esclareceu que
1533 o Brasil Sem Miséria havia sido apresentado na reunião passada pelo Conselheiro Tiago Falcão,
1534 mas que com relação ao plano Viver Sem Limites, poderiam colocar nas pautas subsequentes. O
1535 Conselheiro Volmir sugeriu que para as próximas reuniões tentassem otimizar o tempo,
1536 modificando essa estrutura das reuniões e das Comissões, fazendo a inversão do que estava
1537 colocado, passando todas as Comissões todas para a parte da manhã, na parte da tarde, a Comissão
1538 de Conselhos e a Presidência Ampliada a partir de um determinado horário, de 16h a 17h. A
1539 Presidenta ponderou que essa alteração não seria possível para a próxima reunião, mas que estava
1540 na pauta. O Conselheiro Volmir sugeriu, ainda, que se fizesse um estudo de metodologia, de
1541 apresentações, etc., definindo horários mais criteriosos, possibilitando o debate. A Presidenta
1542 observou a dificuldade em determinar o tempo para os convidados, tendo a possibilidade de não
1543 convidarem todas as Secretarias agora e fazerem uma a cada Plenária, iniciando com SAGI e

1544 SENARC e depois SESAN, com o Conselheiro Volmir destacando a questão de cumprimento do
1545 horário. , enfim, essa é uma possibilidade. O Conselheiro José Araújo indicou a Comissão de
1546 Políticas sendo apresentada de 17h a 18h, observando que sempre traziam temas importantes a
1547 serem deliberados pelo Pleno e que tinham que ser discutidos, colocando o esvaziamento a partir
1548 das 16h, solicitando atenção especial para esse fato. A Presidenta observou a necessidade de
1549 compromisso entre as bancadas, mas podendo tentar fazer três Comissões, a Comissão, o Relato da
1550 Presidência Ampliada e duas Comissões pela manhã e duas Comissões no início da tarde. O
1551 Conselheiros Fábio informou que na proposta do dia 15, das 16h30 às 18h, estava prevista a
1552 apresentação do Programa Brasil Carinhoso, mas que estava dentro do Programa Brasil Sem
1553 Miséria e havia sido apresentado pelo Dr. Tiago na Plenária passada, com vários materiais recebidas
1554 sobre o tema, com a concordância do Conselheiro Anderson, que sugeriu apenas a apresentação
1555 sobre o programa do crack. A seguir, a Presidente procedeu á leitura da pauta com as alterações:
1556 Dia 13, reunião da Comissão de Acompanhamento de Conselhos. Dia 14, manhã, reunião conjunta
1557 da Comissão de Acompanhamento de Conselhos e Financiamento; tarde, de 13h às 18h, demais
1558 Comissões; 18h às 19h, reunião da Presidência Ampliada. Dia 15, manhã, a aprovação da ata e da
1559 pauta; 9h15 às 10h, Informes da Presidência, Secretaria-Executiva, MDS, CIT, Conselheiros,
1560 FONSEAS e CONGEMAS, apresentação da SENARC e apresentação da Secretaria de Segurança
1561 Alimentar; tarde, apresentação da SAGI, e no final, a apresentação do Plano Nacional de
1562 Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas. Que havia indicação de supressão da apresentação do
1563 Programa Brasil Carinhoso, o que alteraria a pauta. A Conselheira Marisa indicou a pauta do dia 14,
1564 com as reuniões das Comissões de 13h a 18h, sugerindo de 13h a 17h, ficando mais uma para
1565 Reunião Ampliada, com a concordância do Pleno. A Presidenta observou que no dia 15 poderiam
1566 não chamar as três Secretarias, iniciando com a SENARC e a SESAN, aumentando o tempo para a
1567 SAGI. A Conselheira Eutália. Considerava os temas Brasil Carinhoso, a apresentação de dois
1568 planos e de três Secretarias Nacionais, extremamente relevantes, mas que estariam sendo
1569 apresentados de uma forma improdutiva para os Conselheiros. Encontrava que a proposta da
1570 Presidenta era bastante razoável, trazendo as Secretarias Nacionais, mas que pudessem interagir,
1571 dialogar os assuntos que fossem trazidos. Encontrava importante a apresentação da SAGI para os
1572 Conselheiros, sugerindo se escalonasse por Plenárias a vinda das Secretarias, tendo o cuidado de
1573 subir o que fosse demanda de deliberação de Comissão, precisando pensar com cuidado sobre o
1574 assunto. O Conselheiro Volmir, solicitando registro, encontrava que a Coordenação-Adjunta das
1575 Comissões tinha um papel fundamental, sendo que nesse caso de otimização de horário, a
1576 Presidência Ampliada poderia começar um horário antes, deixando o Coordenador Adjunto da
1577 Comissão, e posteriormente analisar esse resultado como último ponto de pauta da Presidência
1578 Ampliada e ter os resultados de todas as Comissões. O Conselheiro José da Cruz manifestou-se
1579 contemplado com a fala da Conselheira Eutália, mas que a Conselheira Margareth, que coordenava
1580 a Comissão de Acompanhamento de Conselhos, tinha um encaminhamento de convidar a SAGI
1581 para uma avaliação da capacitação de Conselheiros Municipais, mantendo-a na próxima Plenária e
1582 deixando a SESAN para a próxima. O Conselheiro Ademar discorreu sobre a questão da
1583 participação social, discorrendo sobre as colocações com relação ao que acontecia nos Conselhos
1584 em relação à participação da Sociedade Civil, e qual era a dificuldade de se perceber a mobilização
1585 social. Ressaltou ser preciso ter um tempo para discutir o marco regulatório, considerando as
1586 colocações sobre o assunto. A Presidenta observou que essa fala trazia subsídios, indicando que o
1587 Conselheiro Ademar representaria o CNAS na exposição a ser feita sobre o assunto e, caso fosse
1588 interessante, pautariam esse palestrante no conselho, para discussão. Após algumas colocações e
1589 alterações com relação á pauta, indicou como a mesma havia ficado: Dia 13, reunião da Comissão
1590 de Acompanhamento de Conselhos. Dia 14, manhã: reunião conjunta da Comissão de

1591 Acompanhamento e Financiamento; tarde, 13h às 17h, Comissão de Financiamento, Comissão de
1592 Normas e Comissão de Política; 17h às 19h, reunião da Presidência Ampliada. Dia 15, manhã, 9,00
1593 a 9h15: aprovação da ata e da pauta; 9h15 às 10h, informes da Presidência, Secretaria-Executiva,
1594 MDS, CIT, Conselheiros, e FONSEAS e CONGEMAS; 10h às 12h, apresentação da SAGI; tarde,
1595 14h às 16h, Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas pelo Ministério da Justiça
1596 e demais parceiros, 16h às 17h, Relato da Comissão de acompanhamento de Conselhos. Dia 16,
1597 manhã, Relato da Presidência Ampliada, Relato da Comissão de Financiamento; tarde, Relato da
1598 Comissão de Normas, Relato da Comissão de Política. A seguir, a Presidenta indagou se havia
1599 alguma observação. Em não havendo, a Pauta foi aprovada pelo Pleno com uma salva de palmas.
1600 **ENCERRAMENTO.** A Presidenta encerrou para o almoço, convidando a todos para retornarem às
1601 13h30. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, a Presidenta solicitou a conferência do quorum, pela
1602 Secretária-Executiva: Conselheiros na titularidade: Conselheira Luziele Maria Tapajós; Conselheira
1603 Simone Aparecida Albuquerque; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva; Conselheiro Ademar de
1604 Andrade Bertucci; Conselheira Leila Pizzato; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana;
1605 Conselheiro Volmir Raimondi; Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheira Aldenora
1606 Gomes González; Conselheiro José Ferreira da Cruz; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos;
1607 Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes. Conselheiros na suplência: Conselheiro Charles
1608 Roberto Pranke; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira Dóris Margareth de Jesus;
1609 Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos. **Item Relato da Comissão de Financiamento.** O
1610 Conselheiro Volmir ressaltou o desafio em coordenar essa Comissão, indicando os procedimentos
1611 utilizados, em parceria com o Conselheiro Ademar, Coordenador-Adjunto, que faria esse relato:
1612 *“Conselheiros presentes: Volmir; Ademar; Carlos Rogério; Charles, Dóris; Eutália; Fábio;*
1613 *Margareth, com duas ausências justificadas, Fátima e José Geraldo. Convidados: Valéria;*
1614 *Adailton; Dulcelena; Laurimara; Lídia; Marcelo; Marcílio; Marquesini; da Secretaria-Executiva:*
1615 *Mercês; Jamile e Mirelle Dantas. Informes sobre o funcionamento da Comissão, da Comissão de*
1616 *Financiamento e orçamento, a Coordenadora da Coordenação de Financiamento e Orçamento*
1617 *Jamile calado fez uma apresentação a respeito das atribuições da Comissão no âmbito do*
1618 *Conselho e sobre o fluxo e funcionamento dos trabalhos da Comissão, e o papel da Secretaria-*
1619 *Executiva conforme regimento interno. Definição do Coordenador e Coordenadora Adjunto, que*
1620 *significa o Volmir e Ademar, e entramos em seguida na análise do relatório da execução*
1621 *orçamentária desse segundo semestre do exercício de 2012. A Coordenadora geral da execução*
1622 *orçamentária e financeira do Fundo Nacional, Dulcelena, apresentou o relatório de execução*
1623 *orçamentária e financeira, apurado pelo regime de caixa referente ao segundo trimestre de 2012,*
1624 *conforme os dados abaixo. Nós não vamos submetê-los aos dados, mas lembrando que a nossa*
1625 *reflexão foi olhando as metas pretendidas e a porcentagem atingida, que isso foi alvo de reflexão,*
1626 *até que ponto a execução do orçamento estava assegurando o que estava se pretendendo nesse*
1627 *primeiro trimestre. O orçamento do Benefício de Prestação Continuada é alocado no MDS, a quem*
1628 *compete a sua gestão, acompanhamento e avaliação, a operacionalização desse benefício compete*
1629 *ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, a execução orçamentária e financeira do BPC e*
1630 *da RMV aqui apresentada, corresponde respectivamente nas descentralizações de créditos*
1631 *orçamentários e repasses de recursos financeiros realizados pelo FNAS ao INSS. Quanto à*
1632 *execução orçamentária e financeira das relações de cumprimento das sentenças judiciais,*
1633 *corresponde à descentralização do crédito orçamentário e repasse de recursos financeiros feitos*
1634 *automaticamente pela Secretaria de Orçamento Federal ao Tribunal regional federal. Quanto aos*
1635 *serviços, programas e projetos, o quadro a seguir demonstra por ação o orçamento aprovado e a*
1636 *execução orçamentária e financeira, correspondente às parcelas referentes às competências de*
1637 *janeiro a maio de 2012, transferidas aos estados aos municípios e ao DF o pagamento de bolsas,*

1638 crianças e adolescentes em situação de trabalho, e ainda de reconhecimento da dívida no montante
1639 de R\$ 154.461.385,00 referente à parte de pagamentos não realizados no exercício de 2011, das
1640 competências novembro e dezembro, o que equivale a 6,8% da dotação aprovada para esse tipo de
1641 despesa. Nós refletirmos naquele momento que a dificuldade do pagamento dos últimos meses, em
1642 razão de que eles não passam para o ano seguinte, é algo que vai estar sempre presente no
1643 processo de execução, de gastos. Têm em seguida o quadro com as porcentagens aí atingidas de
1644 metas e do total de orçamento malvado foi empenhado o valor de R\$ 1.880.800.017,00, que
1645 representa em percentual 1,79%, sendo R\$ 1.667.399.027,00 relativos aos serviços
1646 socioassistenciais, e R\$ 119.909.502,00 aos outros programas. O Índice de Gestão Descentralizada
1647 do SUAS foi instituído pela lei que é conhecida por todos, regulamentada pelo Decreto que está
1648 aqui afirmado. Dessa forma ao União passou a apoiar financeiramente o aprimoramento da
1649 gestão, reconhecendo e incentivando os esforços dos gestores na condução e implantação do
1650 SUAS, de forma qualificada. O IGD SUAS é repassado mensalmente aos fundos de Assistência
1651 Social dos municípios, do DF e dos estados que cumprem os critérios para recebimento dos
1652 recursos. Ressalta-se que a execução orçamentária do IGD SUAS foi de R\$ 75.247.714,00. A
1653 execução financeira do FNAS foi de R\$ 725.072.487,00 concernente aos serviços
1654 socioassistenciais, e R\$ 96.739.203,00 aos outros programas, totalizando R\$ 821.811.690,00. O
1655 FNAS é o responsável pela execução orçamentária e financeira dos recursos da ação 8446,
1656 serviços de apoio à ação descentralizada, ao programa Bolsa Família, o orçamento é
1657 descentralizado pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, em favor do FNAS. Dos recursos
1658 descentralizados pela referida Secretaria, no valor de R\$ 317.542.078,57, foram executados R\$
1659 146.744.145,00, o que corresponde a um índice de execução de 46 %. Encaminhamento: a
1660 Comissão de Financiamento sugere ao pleno a aprovar o relatório de execução orçamentária e
1661 financeira do FNAS, segundo trimestre, com a minuta de Resolução em anexo, que deverá ser
1662 apresentada. A referida proposta foi elaborada em conformidade com o plano plurianual 2012 e
1663 2015, que estabeleceu o programa temático, fortalecimento do Sistema Único de assistência social,
1664 o qual possui cinco objetivos a saber: serviços de proteção social básica; serviços de proteção
1665 social especial; benefício BPC-RMV-BE; gestão e vigilância social; controle e participação social.
1666 Cada objetivo é composto por ações orçamentárias, essas ações tiveram propostas de manutenção
1667 e expansão de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social. Ressalta-se que o
1668 objetivo 0373, controle de participação social, no qual está a ação 8249, manutenção dos
1669 Conselhos de Assistência Social, tem orçamento previsto de R\$ 9.011.483,00 para o exercício 2013,
1670 já contemplando a XIX Conferência Nacional da Assistência Social. Encaminhamento: Comissão
1671 de Financiamento sugere ao pleno aprovar a proposta orçamentária da Assistência Social
1672 exercício 2013, apresentado pelo SNAS, a minuta da Resolução em seguida vai ser submetida. Ah,
1673 com algumas recomendações, o reajuste dos valores dos presos nos serviços socioassistenciais a
1674 proteção social básica, aqui na construção do calendário da plenária do CNAS, em dezembro,
1675 sejam observadas as datas dos prazos estabelecidos no ciclo orçamentário para a reunião do mês
1676 de julho e a proposta preliminar seja encaminhada à Comissão de financiamento, com
1677 antecedência, com a previsão do debate em duas reuniões da Comissão de Financiamento. C) Que
1678 a CIT discuta e pactue o financiamento dos serviços de socioassistenciais, definindo o percentual
1679 para cada esfera, construindo o piso composto. Planejamento da agenda temática da Comissão:
1680 foram apresentados os assuntos já pautados na Comissão em cumprimento aos dispositivos legais,
1681 agosto, dia 14, relatório de execução da ação 8249; funcionamento dos Conselhos. Segundo
1682 trimestre, setembro não tem previsão, outubro, 16 análises do relatório de execução orçamentária
1683 e financeira do FNAS, exercício 2012, terceiro trimestre. Novembro, 06 de novembro, relatório da
1684 execução da ação 8249, funcionamento dos Conselhos, terceiro trimestre. Também foram indicados

1685 os assuntos já deliberados a serem pautados para discussão na Comissão. Apreciação da minuta
1686 de ofício que encaminha as moções da VIII Conferência Nacional de Assistência Social e discussão
1687 sobre a nota técnica da SPO sobre o orçamento da Seguridade social. A Coordenadora da
1688 Comissão de acompanhamento os Conselhos, Margareth, propôs a realização de reunião conjunta
1689 entre as Comissões de Acompanhamento aos Conselhos e a de financiamento, no período da manhã
1690 do dia 14 de agosto para discussão da seguinte pauta: estratégias para cumprimento da
1691 determinação de utilização dos 3% do IGD para o funcionamento dos CRAS, estratégias para que
1692 os órgãos gestores estaduais e municipais destinem recursos para capacitação permanente de
1693 Conselheiros. Dessa forma, em face dos dispositivos legais e da relevância dos assuntos, foi
1694 elaborada agenda para o segundo semestre da Comissão de Financiamento, o que não exclui a
1695 inserção de temas relacionados à competência da Comissão. O debate sobre a reforma tributária
1696 será pautado posteriormente para debate. Encaminhamento: a Comissão de Financiamento sugere
1697 ao pleno a reunião conjunta entre as Comissões de acompanhamento aos Conselhos e a de
1698 financiamento, no dia 14 de agosto das 9h às 12h, para a pauta acima descrita. Que a pauta da
1699 próxima reunião da Comissão de Financiamento seja relatório da execução da ação 8249;
1700 funcionamento dos Conselhos segundo trimestre; apreciação da minuta de ofício, que encaminha
1701 as moções da VIII Conferência Nacional de assistência social. Que no mês de setembro seja
1702 realizada capacitação aos integrantes da Comissão com as participações, dado Secretaria de
1703 Orçamento Federal, com a apresentação do Conselheiro José Geraldo, Subsecretaria de
1704 Planejamento e Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com a
1705 apresentação da nota técnica sobre o orçamento da Seguridade social. Professor Eduardo
1706 Fagnani, da UNICAMP com a apresentação sobre o Piso de Proteção Social. Que a Coordenação
1707 de Financiamento da Secretaria-Executiva acompanhe a tramitação do projeto de lei orçamentária
1708 anual 2013 no Congresso Nacional e repasse as informações aos Conselheiros e integrantes da
1709 Comissão, conforme realizado nos anos seguintes. Pauta de agosto: relatório de execução da ação
1710 8249; funcionamento dos Conselhos; apreciação da minuta de ofício, que encaminha as moções da
1711 VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Assinando pela Comissão Volmir Raimondi”. O
1712 Conselheiro Volmir indicou a proposta de duas Resoluções, uma referente à execução financeira e a
1713 outra sobre o orçamento 2013, passando, após considerações, à discussão do relato. A Presidenta
1714 indicou o relato e em não havendo nenhuma observação, passou à leitura das propostas de
1715 Resolução: “A Plenária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, em reunião ordinária
1716 realizada nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2012 no uso da competência que lhe conferem os incisos
1717 VIII, ou melhor, é VIII e XIV do artigo 18 da lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica
1718 da Assistência Social - LOAS resolve: artigo 1º: aprovar o relatório da execução orçamentária e
1719 financeira do Fundo Nacional de Assistência Social, FNAS, primeiro semestre de 2012,
1720 apresentado pela Diretora, Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, da
1721 DFNAS; a Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS; e do Ministério do Desenvolvimento
1722 Social e Combate à Fome – MDS, planilha anexa. Essa Resolução entra em vigor na data da sua
1723 publicação”. A Conselheira Marisa indagou como se dava a migração do recurso do Bolsa, do PETI
1724 no transcurso do Bolsa Família, inclusive para poder orientar a Coordenação do Bolsa Família. O
1725 Conselheiro Fábio esclareceu que o recurso era referente àquela bolsa histórica do PETI, e que após
1726 a integração em 2006 do teste com o Bolsa Família quase a totalidade das famílias, que tinham
1727 trabalho infantil, recebiam os recursos de transferência de renda via Bolsa Família. A seguir, a
1728 Secretária-Executiva procedeu à votação: Conselheira Leila Pizzato: “Pela aprovação da
1729 Resolução”. Conselheiro Wagner: “Pela aprovação do relatório de execução orçamentária e
1730 financeira do Fundo Nacional de Assistência Social”. Conselheiro Anderson: “Pela aprovação
1731 também”. Conselheiro Aldenora: “Pela a aprovação da Resolução”. Conselheiro Carlos Rogério:

1732 “Pela aprovação da Resolução”. Conselheira Simone Aparecida Albuquerque: “Pela a aprovação da
1733 Resolução”. Conselheira Eutália Barbosa: “Pela aprovação da Resolução”. Conselheira Léa Lúcia
1734 Cecílio Braga: “Eu voto pela aprovação da Resolução”. Conselheiro Fábio Bruni: “Pela a aprovação
1735 da Resolução, parabenizando o Fundo pelas explicações e os novos Conselheiros pelo debate
1736 profícuo que se estabeleceu no âmbito da Comissão”. Conselheiro José Ferreira da Cruz: “Pela a
1737 aprovação, parabenizando e desejando também uma boa gestão à nova Coordenação da Comissão”.
1738 Conselheira Marisa: “Sra. Presidenta, antes de aprovar, é questão de um esclarecimento, eu queria
1739 só lembrar e saber se esse é o orçamento para o exercício 2013 da participação social, ele aumentou
1740 ou é o mesmo de 2012? Não? Então aprovado”. Conselheiro Volmir: “Pela a aprovação da
1741 Resolução, agradecendo a toda equipe da Comissão também pelo trabalho realizado.” Conselheira
1742 Presidenta Luziele: “Pela aprovação da Resolução, com os meus cumprimentos à condução dos
1743 trabalhos, ao Fundo Nacional e a esse plenário, que consegue reconhecer nesse ato uma das
1744 melhores, das mais profícuas ações do controle social, muito obrigada, e dar exemplo para o Brasil
1745 inteiro”. Conselheiro Ademar: “Pela aprovação”. A Presidenta considerou a Resolução aprovada
1746 pela maioria do Pleno. Com relação ao item quatro, proposta orçamentária para 2013, o Conselheiro
1747 Wagner indicou a XIX Conferência Nacional da Assistência Social., com a apresentação do PLOA
1748 2013, o limite orçamentário era R\$ 11 milhões, e o valor proposto era R\$ 9 milhões. Discorreu com
1749 elação à experiência sobre a realização de uma Conferência Nacional, sugerindo que futuramente
1750 fosse realizada descentralizada, a exemplo do próprio Conselho Nacional de Segurança Alimentar,
1751 vinculado ao MDS, pensando-se no SUAS descentralizado e participativo. A Conselheira Marisa
1752 indagou se a ação 8249, na manutenção dos Conselhos, com esse orçamento previsto de R\$ 9
1753 milhões, havia algum aumento para 2013, ou se era o mesmo valor do orçamento do ano passado.
1754 Referiu-se ao encaminhamento de reajuste dos valores dos pisos dos serviços socioassistenciais da
1755 proteção social básica, indagando como funcionava esse encaminhamento. A Conselheira Dóris
1756 indicou a inclusão nas ações, indicando a “*Ação 2A69 e 2A65, serviço social especial de alta*
1757 *complexidade e de média complexidade. Para cumprir, porque a gente cumpre também os planos*
1758 *das conferências, que foram decididos e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, ela tem*
1759 *uma intersetorialidade, ela não tem um orçamento próprio, então seria um pouco cumprir com*
1760 *algumas metas do plano. O objetivo 0370: ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação*
1761 *de risco social e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento*
1762 *especializado; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar*
1763 *os serviços ofertados e induzir estruturação da rede dão unidade de prestação de serviços, de*
1764 *média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente, eu acho que isso*
1765 *já deve estar lá escrito. Meta: elevar o número de CREAS prestando atendimento especializado à*
1766 *mulher em situação de violência, seria a meta; a outra meta: elaborar e difundir protocolos e*
1767 *orientações técnicas, com enfoque nas questões de gênero, raça ou etnia para aprimoramento da*
1768 *atenção especializada a mulheres de situação de violência, visando contribuir para a*
1769 *implementação do da lei Maria da Penha. Iniciativa 013T: em expansão, manutenção e*
1770 *qualificação, estruturação da rede de proteção social especial, eu acho que está um pouco da*
1771 *terminologia técnica, do próprio orçamento. Iniciativa 013W: produção, organização e*
1772 *aperfeiçoamento dos mecanismos de orientações técnicas, normativas, protocolos e fluxos*
1773 *intersetoriais para ampliar e qualificar o atendimento e o acompanhamento especializado às*
1774 *famílias e indivíduos. O objetivo 0282: ampliar o acesso das famílias em situação de*
1775 *vulnerabilidade social, já deve estar escrito dessa forma... Prioridade do segundo Plano Nacional*
1776 *de Políticas para as Mulheres, a prioridade 1.4 e a prioridade 4.1, respectivamente promover a*
1777 *proteção social das mulheres em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o rompimento do*
1778 *ciclo intergeracional da pobreza e para a melhoria das condições da vida e de suas famílias.*

1779 *Prioridade 4.1: ampliar e aperfeiçoar a rede de atendimento às mulheres em situação de violência,*
1780 *e a divulgação e cumprimento da lei Maria da Penha. Eu poderia estar passando para a parte*
1781 *técnica, que seria mais ou menos do ponto de vista da lógica incluir nas metas o cumprimento da*
1782 *lei Maria da Penha, e aperfeiçoar mais os CREAS em relação ao atendimento às mulheres em*
1783 *situação de violência”.* A Conselheira Dóris informou que item 5.4 não era a Coordenação, mas sim
1784 Comissão de Financiamento. O Conselheiro Anderson concordou com a fala do Conselheiro
1785 Wagner, que trazia participação dos usuários tanto nas conferências municipais e estaduais como
1786 nas nacionais, discorrendo sobre as dificuldades para essa participação. Que deveriam pesar nessa
1787 estratégia para a IX Conferência, o que certamente reduziria os gastos com sua instalação. O
1788 Conselheiro Charles, dirigindo-se à Conselheira Marisa e Conselheira Dóris, informou ter havido
1789 algumas expansões, citando CREAS, alta complexidade, Centro POP. Que se mantinha os mesmos
1790 recursos nos serviços de proteção básica. Ressaltou que o MDS deveria reforçar essa discussão
1791 junto à Fazenda e ao Ministério do Planejamento, para ampliar esse valor para a proteção básica. O
1792 Conselheiro José Araújo indicou o orçamento de R\$35 bilhões, sem a inclusão do Bolsa Família,
1793 chamando a atenção que eram R\$ 31 bilhões de BPC, sobrando, portanto, R\$ 4 bilhões, orçamento
1794 que não chegava a 20% do valor. A Conselheira Léa ponderou que o debate da conferência era mais
1795 amplo, contando com financiamento. Observou que as deliberações da última Conferência haviam
1796 trazido várias propostas de alteração do seu formato e da participação valorizando a sua realização.
1797 Que haviam que fazer essa discussão por inteiro, considerando que o modelo atual já estava
1798 vencido, propondo a realização de uma pauta, inclusive dialogando mais com os Conselhos
1799 Estaduais e Municipais. Ressaltou que tinham que priorizar as reuniões descentralizadas e
1800 participativas, deixando o encaminhamento de que em algum se estruturasse o debate das
1801 conferências, incluindo todos os aspectos colocados. A Conselheira Simone concordou com as falas
1802 dos Conselheiros Charles e Léa, mas que gostaria de pontuar algumas questões. Que o CNAS
1803 recomendava ao MDS que aumentasse o piso básico fixo, discussão que já vinha há algum tempo
1804 na CIT, com o Ministério acatando essa recomendação. Falou sobre o orçamento para o controle
1805 social, sendo na hora de discussão dos recursos era o momento em que se discutia as políticas.
1806 Informou que tinham um registro do atendimento mensal das mulheres nos Centros de Referências
1807 Especializados, com as situações de violação de direito, e que vinham aumentando, informando
1808 como o piso de proteção era remunerado e o compromisso que tinham com as metas colocadas e a
1809 incorporação do atendimento às mulheres nos nossos Centros de Referência. Falou sobre a
1810 Conferência, podendo sobrar recursos se fosse realizada fora de Brasília, com a preocupação sendo
1811 mais com o modelo que queriam de que com o orçamento. O Conselheiro Wagner concordava com
1812 a Conselheira Simone e Conselheira Léa que tinham que discutir esse modelo para a Conferência,
1813 falando sobre sua periodicidade, com a LOAS indicando de quatro em quatro anos, mas faziam de
1814 dois em dois, sendo a Conferência do monitoramento, mas que sua realização, em qualquer lugar, o
1815 atendia. Manifestou que gostaria de participar dessa discussão, tendo as oito deliberações bem
1816 presentes para debater o que haviam avançado. A Conselheira Eutália ponderou que as falas haviam
1817 esclarecido algumas dúvidas, referindo-se ao debate feito na Comissão, ao sugerir a aprovação
1818 dessa proposta orçamentária com as recomendações colocadas, com o texto da Resolução
1819 reproduzindo exatamente o que haviam querido colocar. Observou que esse orçamento reproduzia o
1820 anterior, com os membros da Comissão observando a necessidade de sugerir ao MDS a ampliação
1821 dos recursos como um todo, mas com um olhar especial sobre a questão do reajuste do Piso de
1822 Proteção Social básico, discorrendo sobre o avanço dessa política. E a necessidade de debate sobre
1823 esse reajuste. Após arrazoar sobre a situação, que queriam discutir, inclusive com a proposta da CIT
1824 de que pudessem avançar efetivamente no financiamento do serviço como um todo, compreendendo
1825 papel de todos os entes federados. Encontrava que a proposição da Comissão havia atendido nessa

1826 Resolução, tendo certeza que o governo federal refletiria sobre a recomendação desse Conselho. A
1827 Presidenta informou estar acatada a indicação da Conselheira Dóris, na perspectiva dessa
1828 ampliação, enviando para o setor de planejamento na SNAS. Com relação à questão do orçamento,
1829 do fortalecimento da linha 8244, 8249, que a Conselheira Marisa havia informado que o PLOA
1830 2011 do Conselho Nacional era de R\$ 3.600.000,00, tendo aumentado para o valor de R\$ 11
1831 milhões, tendo sido incorporado R\$ 7 milhões do projeto de digitalização dos processos no CNAS,
1832 relatando o que havia acontecido e que o orçamento havia praticamente dobrado. A Conselheira
1833 Dóris informou ter enviado para o e-mail dos Conselheiros a proposta de emenda já formatada. A
1834 Presidenta colocou para votação qualificada a Resolução: “A *Plenária do Conselho Nacional de*
1835 *Assistência Social, em reunião ordinária realizada nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2012, no uso da*
1836 *competência que lhe conferem os incisos VIII e XIV do artigo 18, da lei 8742, de 7 de dezembro de*
1837 *1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, resolve: considerando o disposto na Resolução*
1838 *do CNAS número 59, de 17 de junho de 2009; considerando a proposta orçamentária da*
1839 *Assistência Social, exercício de 2013 apresentada pela Secretaria Nacional de Assistência Social e*
1840 *do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; considerando o Decreto n°*
1841 *7179, de 20 de maio de 2010, que institui o plano Crack é Possível Vencer; considerando o Decreto*
1842 *n° 7492, de 2 de junho de 2011, que instituiu o plano Brasil Sem Miséria; considerando o Decreto*
1843 *n° 7612, de 17 de novembro de 2011, que institui o plano Viver Sem Limite, resolve: aprovar a*
1844 *proposta orçamentária da assistência social, exercício de 2013 anexa no valor total de R\$*
1845 *35.420.291.304,00, contemplando o Fundo Nacional de Assistência Social e a administração*
1846 *direta, sob gestão da Secretaria Nacional de Assistência Social, recomendando a ampliação dos*
1847 *valores apresentados, em especial o reajuste dos valores dos pisos e serviços socioassistenciais da*
1848 *proteção social básica. Artigo 2º: essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação”.* A
1849 Secretária-Executiva passou à votação: Conselheiro Edivaldo: “Voto pela aprovação da Resolução”.
1850 Conselheiro Ademar: “Pela aprovação”. Conselheiro Anderson: “Pela aprovação”. Conselheira
1851 Simone: “Pela aprovação”. Conselheiro Wagner: “Pela aprovação na proposta”. Conselheiro Fábio:
1852 “Pela aprovação”. Conselheira Léa: “Pela aprovação da Resolução”. Conselheira Eutália: “Pela
1853 aprovação da Resolução”. Conselheira Leila: “Pela a aprovação da Resolução”. Conselheiro José
1854 Cruz: “Pela aprovação”. Conselheira Marisa: “Pela aprovação”. Conselheiro Carlos Rogério: “Pela
1855 aprovação da Resolução”. Conselheira Aldenora: “Pela aprovação”. Conselheiro Volmir: “Pela
1856 aprovação”. Conselheira Presidenta Luziele: “Pela aprovação da Resolução cumprimentando
1857 Coordenador dessa Comissão, Coordenador Adjunto e toda a equipe da Comissão complementando
1858 os Srs. Conselheiros por aprovar a Resolução que aprova e recomenda sobre o orçamento de 2013
1859 da Secretaria Nacional de Assistência Social, muito obrigada a todos e parabéns a todos nós, que
1860 fazemos mais uma iniciativa de grande monta para o controle social e a gestão dessa política
1861 pública”. O Conselheiro Volmir informou a discussão de outras situações na Comissão e que
1862 voltariam à pauta, a preocupação com financiamento do controle social e as demais questões, que
1863 ficariam em vigor dentro da Comissão, solicitando a colaboração de todos os Conselheiros nessas
1864 questões. A Presidenta indicou o item cinco e seis da pauta de agosto, relatório de execução da ação
1865 8249, apreciação da minuta de ofício, que encaminha as moções, não desconsiderando os demais
1866 debates na Comissão. A seguir, considerou aprovado pelo Pleno o relatório da Comissão de
1867 Financiamento e Orçamento da Assistência Social da 202ª RO. reunião. Agora eu gostaria de
1868 chamar os representantes, o Coordenador da Comissão de Acompanhamento de Conselhos,
1869 Coordenador Adjunto, a Aldenora que fará, devido à ausência da Coordenadora Margareth. Nós
1870 temos, agora, nós estamos em 14h50, levamos em torno de uma hora, um pouquinho mais de uma
1871 para o assunto do financiamento, eu só estou na colocando na linha de tempo para que a gente... Por
1872 favor, Conselheira fique à vontade. A seguir, a Conselheira Aldenora procedeu ao **Relato da**

1873 **Memória da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social.**

1874 “Essa reunião aconteceu no dia 17 de julho, das 9h às 12h, os Conselheiros que compõem a
1875 Comissão são Margareth, que a é Coordenadora, e eu Aldenora que sou a Coordenadora Adjunta;
1876 o Ademar; o Carlos Rogério; o Fábio; José Araújo; Luziele, nossa Presidenta; a Léa; Márcia;
1877 Marisa e a Solange. Estiveram presentes outros Conselheiros, no caso lá o Anderson; o Charles;
1878 Edivaldo; Leila, Nilsia e Volmir. Nós tivemos uma ausência justificada, que foi a da Maria do
1879 Socorro, esteve presente como ouvinte a Gabriela e o Clodoaldo, e trabalhamos com a Secretária-
1880 Executiva, presente a Liliane; a Fernanda; Lilian e Nilda. Nós tivemos, na verdade, foram cinco
1881 pontos, foram trabalhados cinco pontos, o primeiro ponto foi informe sobre o funcionamento e
1882 atribuições da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. A
1883 Coordenação de acompanhamento aos Conselhos apresentou o fluxo dos trabalhos para o
1884 funcionamento da Comissão, e qual o papel da Secretaria-Executiva no assessoramento das
1885 reuniões, conforme o nosso regimento interno. E ainda apresentou as atribuições da Comissão, no
1886 âmbito do Conselho Nacional, a ser enviada posteriormente aos Conselheiros da Comissão via
1887 correspondência eletrônica. O segundo ponto: eleição do Coordenador e Coordenadora Adjunta
1888 da Comissão, atendendo ao disposto no artigo 38 do regimento interno do CNAS. Os membros
1889 titulares da Comissão elegeram a Conselheira Margareth e eu, Aldenora, como Coordenadora
1890 Adjunta. No terceiro ponto no planejamento das ações da Comissão de acompanhamento aos
1891 Conselhos da assistência social: A Comissão teve por base para definir a sua agenda de trabalho,
1892 o seu Plano de Ação, aprovado na plenária deste conselho no mês de maio. Estão definidos neste
1893 documento 08 objetivos estratégicos, com as respectivas ações e operações a serem executadas. Os
1894 responsáveis, prazos e situação atual de cada item foram objeto de debate e definição desta
1895 reunião. Definiu-se agenda para a execução do item 1 do Plano, que tem como objetivo
1896 estratégico: Assegurar que os conselhos cumpram suas funções de caráter deliberativo do sistema
1897 descentralizado e participativo da assistência social de caráter permanente de composição
1898 paritária, conforme art.16 da LOAS. Com o objetivo de adequar este texto ao mencionado artigo
1899 da LOAS, passa-se a ler: Assegurar que os Conselhos cumpram suas funções enquanto instâncias
1900 deliberativas do SUAS, de caráter permanente e composição paritária conforme art. 16 da LOAS. .
1901 Destacamos abaixo as ações definidas no Plano de Ação com os respectivos encaminhamentos: 3.1
1902 Fazer gestão junto aos Conselhos, ao CONGEMAS e ao FONSEAS para a adequação da Lei de
1903 Criação dos Conselhos em conformidade com a LOAS. Encaminhamentos: 3.1.1 Definir como
1904 ações permanentes do CNAS: Divulgar junto aos Conselhos de assistência social e aos órgãos
1905 gestores a Resolução CNAS nº 237/2006, que dá diretrizes para a estruturação reformulação e
1906 funcionamento dos Conselhos e, as Resoluções CNAS nº 24/2006, 23/io06 e o Decreto nº
1907 6.308/2007 que definem os três segmentos que compõe a sociedade civil nos conselhos; bem como
1908 orientar os CAS para assegurar na sua Lei de Criação a paridade das representações nos
1909 Conselhos; 3.1.2 Utilizar meios de comunicação para divulgar as normativas acima descritas;
1910 3.1.3 Acompanhar agenda do CONGEMAS e descentralizada para promover encontro como
1911 Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS), Fórum Nacional de
1912 Assistência Social (FONSEAS), Fórum Nacional de conselhos Estaduais de assistência social
1913 (FONACEAS), Conselhos Estaduais de Assistência Social (CEAS) e Fórum Nacional de Assistência
1914 Social(FNAS) para debater a adequação da Lei de Criação dos Conselhos em conformidade com a
1915 LOAS. 3.2 Orientar os CAS quanto ao processo de escolha dos representantes da sociedade civil.
1916 Encaminhamentos: 3.2.1 Inserir no questionário do Censo Suas/Conselhos identificação (nome)
1917 das entidades e organizações que compõem os conselhos. Hoje o Censo conta apenas com a
1918 identificação da representação (entidades de assistência social, representantes de trabalhadores ou
1919 representantes e organizações de usuários); 3.2.2 As conselheiras Léa Lúcia Cecílio Braga e

1920 Aldenora Gomes Gonzalez apresentarão na próxima reunião da Comissão um estudo realizado
1921 sobre as normativas vigentes acerca do tema, considerando as deliberações da VIII Conferência
1922 Nacional, a consulta pública realizada pelo CNAS e revisitando as Resoluções CNAS nº 23 e
1923 24/2006 e outras. O CONGEMAS indicou o Conselheiro Charles Roberto Pranke para contribuir,
1924 mesmo este não compondo esta comissão. 3.3 Fortalecer a organização da sociedade: civil
1925 incentivando a atuação em Fóruns e outros espaços de discussões de Interesses coletivos no âmbito
1926 dos CAS. Encaminhamentos: 3.3.1 Apresentar na próxima reunião da Comissão levantamento da
1927 existência de Fóruns de Assistência Social (municipais, estaduais, do DF e nacional), a ser
1928 realizado pela Secretaria executiva, por meio da Coordenação de Acompanhamento aos
1929 Conselhos; 3.3.2 Utilizar meios de comunicação para divulgar as formas de organização,
1930 mobilização e agenda de debates do CNAS; 3.3.3 Solicitar informações dos Fóruns existentes sobre
1931 o financiamento de suas atividades para posterior debate nesta comissão. No item 1.4 do Plano de
1932 Ação onde se lê: Garantir a dotação orçamentária que viabilize o funcionamento dos CAS. Leia-se:
1933 Criar estratégias de orientações para garantir a dotação orçamentária que viabilize o
1934 funcionamento dos CAS para o cumprimento da Lei pelos gestores. Encaminhamentos gerais deste
1935 item da pauta: 3.1 Enviar o Plano de Ação da Comissão aos conselheiros da Comissão...” Aí eu
1936 queria dar uma paradinha aqui, que eu acho que como a gente está colocando aqui, por exemplo,
1937 no item 1.4 do plano de ação, onde se lê “garantia, dotação orçamentária”, aí eu acho que seria
1938 interessante nesse 3.1 colocar assim: “Enviar o plano de ação da Comissão aos Conselheiros da
1939 Comissão e aos outros Conselheiros.” Já que a gente está citando aqui e as pessoas não têm
1940 conhecimento, não sei se caberia ou se faz a discussão depois. “Para apreciação e Conselheiros
1941 necessárias para serem discutidas na reunião de agosto. 3.2 Solicitar ao MDS apresentação de
1942 Relatório de avaliação das capacitações realizadas em 2011 e 2012 para conselheiros (as) de
1943 assistência social e das instâncias de controle social do Programa Bolsa Família (PBF) e os
1944 respectivos secretários (as) executivos coordenada pela Secretaria de Avaliação e Gestão da
1945 Informação (SAGI)/MOS para a reunião da comissão de setembro. 3.3 Realizar reunião
1946 extraordinária da Comissão no dia 13 de agosto, horário de 14h às 18h. 3.4 Realizar reunião:
1947 conjunta com a Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social no dia 14 de
1948 agosto, no horário de 9h às 12h com a seguinte pauta (itens já definidos no Plano e aprovado em
1949 plenária no mês de maio, que os oito objetivos estratégicos): 3.4.1 Elaborar documento em
1950 conjunto com a Comissão de Financiamento com orientações aos Conselhos de Assistência Social
1951 que aborde: a) Estratégias para o cumprimento da determinação de utilização dos 3% do IGD
1952 para o funcionamento dos CAS; b) Estratégias para que os órgãos gestores estaduais e municipais
1953 destinem recursos para capacitação permanente de Conselheiros; c) Orientação aos CAS sobre os
1954 mecanismos de repasse de recursos do FNAS para os Estados e Municípios com o respectivo
1955 controle em nível Municipal, conforme prevê a LOAS.” Esse 3.4.1, ele na verdade, faz parte bem do
1956 ponto 5 do planejamento da agenda temática Comissão de Financiamento, que já foi aprovada,
1957 inclusive. “4. Informes da Secretaria Executiva. 4.1 Plano de Ação da Assistência Social/2012:
1958 Houve um trabalho de divulgação junto aos conselhos sobre: Teleconferência: realizada pela
1959 Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) em 18 de junho. Prazo final para aprovação do
1960 Plano pelos Conselhos: 31/08. 4.2 Termo de Aceite do CapacitaSUAS teve 100% de participação
1961 dos estados e Distrito Federal. 5. Pauta da reunião da Comissão do mês de agosto. 5.1
1962 Apresentação do trabalho realizado pela equipe de conselheiros referente as orientações gerais
1963 para o processo de escolha dos representantes da sociedade civil nos conselhos de assistência
1964 social, considerando as deliberações da VIII Conferência Nacional, a consulta pública realizada
1965 pelo CNAS e revisitando as Resoluções CNAS nº 23 e 24/2006 e outras.” Que foi a tarefa que
1966 coube a mim, à Léa e ao Charles. “5.2-Dar continuidade ao debate acerca do planejamento da

1967 agenda temática da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social.
1968 5.3. Apresentar os dados do Censo Suas/Conselhos nesta Comissão. Margareth Alves,
1969 Coordenadora da Comissão.” A Presidenta em exercício, Conselheira Leila, passou à discussão do
1970 Relato, indicando os itens 1 e 2, que foram aprovados. No item 3.1. a Conselheira Simone
1971 informou terem discutido na Comissão de Normas, e que estaria no seu relato, a importância de
1972 elaborar a orientação para que os Conselhos, CONGEMAS, COEGEMAS e o FONSEAS pudessem
1973 ter clareza do que deveria ser mudado em suas leis orgânicas de Assistência Social. A Presidenta
1974 questionou essa colocação, com o Conselheiro Edivaldo ponderou que essa discussão havia seguido
1975 o que estava no relatório, indagando qual o procedimento correto numa situação como essa,
1976 indagando se tinham autonomia para alterar o que havia acontecido. A Presidenta em exercício
1977 concordou com o aporte de sugestões, com o Conselheiro Edivaldo observando ter perguntado a
1978 dinâmica, pois somente não corrigir não seria o caminho, registrando o que o Pleno propunha. A
1979 Presidenta aprovou as colocações do Conselheiro Edivaldo, entendendo que as Comissões faziam o
1980 debate e subsidiavam o Pleno para suas decisões, havendo a possibilidade de indicação para além
1981 do que estava sendo apresentado, podendo fazer votação caso tomassem posições contrárias. O
1982 Conselheiro Edivaldo manifestou que não estava questionando o ato, mas sim o registro em si, o
1983 próprio relatório, que encontrava teria que ser um documento complementar. A Sra. Liliane
1984 esclareceu que essa era uma memória pós Plenária que seria divulgada, colocando a proposta de
1985 inclusão do Pleno. O Conselheiro Wagner indicou o item 3.2.2, observando que a Conselheira Léa
1986 apresentaria para a Comissão o estudo realizado sobre as normas vigentes e sobre as deliberações da
1987 VIII Conferência, relatando os temas a serem discutidos, inclusive a participação do usuário e
1988 discutindo e revisitando a Resolução. Que poderiam fazer essa pauta em conjunto, visto que a
1989 discussão sobre o usuário era uma temática específica, tendo sido feito um recorte de todos os
1990 documentos do CNAS, podendo se discutir com os três segmentos. A Conselheira Simone explanou
1991 que o CADSUAS tinha uma função cadastral e a pretensão de cadastrar Conselhos, trabalhadores e
1992 Secretarias e as unidades públicas e privadas de Assistência Social. Falou sobre a necessidade de
1993 que a Comissão de Conselhos discutisse o que era cadastral e o que entraria no Censo, e a relação
1994 que tinha o CAD e o Censo na parte do controle social. A Conselheira Aldenora citou a proposta do
1995 Conselheiro Wagner, encontrando extremamente importante pelo estudo que estava realizando na
1996 documentação da VIII Conferência. Encontrava pouco o prazo para entrega desse documento na
1997 próxima reunião, solicitando a opinião da Conselheira Léa. A Conselheira Léa falou sobre as
1998 colocações feitas, sendo que em algum momento teriam que cruzar essas discussões sobre o usuário
1999 e o processo eleitoral, por serem complementares. Acatava o que estava sendo proposto, com o
2000 momento apropriado sendo outubro, dando tempo para que cumprissem essa tarefa inicial. Que
2001 juntamente com a Conselheira Aldenora analisariam esses elementos e enviariam em agosto para a
2002 Comissão de Conselhos se apropriasse e formasse entendimentos para poder encaminhar. Com
2003 relação à VIII e as outras conferências, encontrava não ser esse o momento, mas sim mais à frente.
2004 O Conselheiro Wagner ponderou que o próprio documento da Comissão de Normas poderia ser um
2005 subsídio para a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. A Presidenta indicou o item 3.2,
2006 solicitar ao MDS apresentação de relatório de avaliação nas capacitações, com o Conselheiro José
2007 Cruz esclarecendo que haviam acertado para agosto essa agenda, aproveitando que a SAGI estaria
2008 presente. A Conselheira Simone sindicou na letra A estratégias para o cumprimento da
2009 determinação de utilização de no mínimo 3% do IGD SUAS e 3% do IGD Bolsa, sugerindo que
2010 nessa reunião conjunta fossem convidadas a SNAS e a SENARC. Sugeriu a confecção de uma
2011 publicação de orientação, indicando que a feita para o CRAS havia sortido um ótimo resultado. A
2012 Presidenta indagou se havia alguma observação no item 4, não havendo nenhum questionamento,
2013 assim como na pauta da reunião da Comissão do mês de agosto. A seguir, em não havendo mais

2014 nenhum questionamento, a Presidenta considerou aprovada a memória de reunião da Comissão de
2015 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. A Presidenta cumprimentou a Comissão e a
2016 Coordenação técnica, com a Conselheira Aldenora agradecendo à Secretaria-Executiva pelo apoio.
2017 O Conselheiro Edivaldo, complementando, também agradeceu à Secretaria-Executiva pelo
2018 assessoramento prestado. A Presidenta passou ao **Item Relato da Comissão de Normas**, pela
2019 Conselheira Marisa: “*Memória da reunião da Comissão de normas. Reunião nº 01/2012 datada do*
2020 *dia 17/07/2012. Conselheiros presentes: Marisa Rodrigues da Silva; Léa Lúcia Cecília Braga;*
2021 *Aldenora Gomes Gonzáles; José Araújo da Silva; Leila Pizzato; Simone Aparecida Albuquerque;*
2022 *Thiago Ferreira Cabral; Viviane Vieira da Silva Carneiro de Santana. Ausências justificadas:*
2023 *Cláudia Faquinote; Eloiana Cambraia Soares; Solange Teixeira, Convidados: Carolina Gabas*
2024 *Stuchi - Diretora do DRSP; Amanda Silva, Assessora DRSP; Alessandra Gadioli – Assessora do*
2025 *DRSP. Secretária-Executiva Giovana Veloso Dialuna Loupi; Ezidênio Silva; e Douglas Amaro. 1.*
2026 *Informes sobre o funcionamento da Comissão: Após apresentação da Vice-Presidente do SNAS a*
2027 *Secretaria Executiva apresentou um roteiro sobre o funcionamento - fluxos dos trabalhos - da*
2028 *Comissão e papel da secretaria executiva no assessoramento das reuniões. Foi apresentado, ainda,*
2029 *as competências da Comissão no âmbito do Conselho, conforme Regimento Interno.*
2030 *Encaminhamento: - Enviar a todos os conselheiros da Comissão a apresentação. 2. Definição do*
2031 *Coordenador e da Coordenadora Adjunta da Comissão: Atendendo ao disposto no art. 38 do*
2032 *Regimento Interno do CNAS os membros titulares da Comissão elegeram como Coordenadora da*
2033 *Comissão a conselheira Marisa Rodrigues da Silva e como Coordenadora Adjunta a conselheira*
2034 *Léa Lúcia Cecília Braga. 3. APRESENTAÇÃO DO DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL*
2035 *PRIVADA DO SUAS- DRSP/MDS. A Diretora do DRSP apresentou informações trimestrais sobre o*
2036 *processo de certificação de entidades de assistência social, conforme disposto no art. 1² da*
2037 *Resolução CNAS nº 18/2011 e outros. O Relatório com as Informações sobre o processo de*
2038 *certificação de entidades beneficentes de assistência social no âmbito do MDS, documento anexo,*
2039 *foi apresentado aos Conselheiros. Encaminhamentos: A Comissão sugere à Plenária: - Enviar aos*
2040 *integrantes da Comissão o Plano de Ação do DRSP, considerando que muitos Conselheiros estão*
2041 *em mandato novo e não tomaram conhecimento deste; - Sugerir ao DRSP que revise as ações de*
2042 *assistência social que constam no SISCEBAS-MEC, considerando as Resoluções do CNAS atuais.*
2043 **3. PLANEJAMENTO DA AGENDA TEMÁTICA DA Comissão:** *Considerando alguns assuntos*
2044 *pendentes e outros temas propostas, a Comissão de Normas elaborou o seguinte calendário para*
2045 *suas atividades: Mês de Agosto: 1. Retornar o debate sobre o planejamento das ações da*
2046 *Comissão. Encaminhamentos: - Apresentar aos conselheiros, pela Secretaria Executiva, uma*
2047 *proposta de Plano de Ação da Comissão de Normas; 2. Continuação do debate sobre a*
2048 *Mobilização e Participação dos usuários na Política de Assistência Social na Comissão de*
2049 *Normas. Conforme encaminhamento da reunião da Comissão de Normas de Assistência Social*
2050 *aprovado na Plenária no mês de maio de 2012, os Conselheiros Wagner Santana e Léa Braga irão*
2051 *identificar as deliberações das conferências de assistência social referente ao tema, Censo SUAS*
2052 *2011, Resolução CNAS nº 24/2006. Para a elaboração do estudo os conselheiros consultaram os*
2053 *documentos produzidos pelo CNAS, sobre a consulta pública a respeito do tema, bem como estudos*
2054 *produzidos pelo professor Edval Bernardino e pela professora Márcia Biondi, sendo elaborada*
2055 *uma síntese destes. Encaminhamentos: - Enviar aos conselheiros da Comissão os documentos*
2056 *produzidos e apresentados por essa sobre o tema e pautá-lo na reunião de agosto. - Solicitar à CIT*
2057 *que disponibilize os documentos apresentados e discutidos sobre o tema usuários no processo de*
2058 *revisão da NOB/SUAS em sua reunião do mês de julho. Mês de Setembro: Discutir o tema*
2059 *"Acessibilidade e acesso das pessoas com deficiência aos serviços e benefícios socioassistenciais"*
2060 *o tema foi discutido em conjunto pela Comissão de Normas e de Acompanhamento aos Conselhos*

2061 com convidados. A reunião ocorreu dia 16 de maio, porém a memória da reunião não foi lida.
2062 Encaminhamentos: - Pautar o assunto no mês de setembro, com a retomada e leitura dos
2063 documentos já elaborados. - Enviar aos conselheiros a memória da Reunião do mês de maio sobre
2064 o tema. Mês de Outubro: Revisar a Resolução CNAS n.º 212/2006, que dispõe sobre os critérios
2065 orientadores para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política
2066 pública de assistência social, face à publicação da Lei n.º 12.435/2011. Foi informado pela SNAS que
2067 está sendo elaborado um estudo sobre os benefícios eventuais para caracterizá-los nas
2068 modalidades de calamidade pública e vulnerabilidade temporária a ser concluído em novembro e
2069 sugere que a revisão da Resolução CNAS n.º 212/2006 se dê em conjunto com este estudo.
2070 Encaminhamentos: - Pautar a revisão da Resolução CNAS n.º 212/2006 em outubro para posterior
2071 aprovação da nova Resolução. • Mês de Novembro: Debate sobre nova Resolução que dispõe sobre
2072 os critérios orientadores para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da
2073 política pública de assistência social 4. Temas a serem incluídos e discutidos no planejamento das
2074 ações da comissão: discutir as questões que chegaram à coordenação: a) As entidades que ofertam
2075 serviços de restaurantes comunitários poderão se inscrever nos Conselhos de Assistência Social?
2076 b) As entidades que prestam serviços contratadas por prefeituras ("cogestão") poderão se inscrever
2077 nos Conselhos de Assistência Social? Encaminhamentos: - Verificar quem são os demandantes das
2078 perguntas e retornar para que especifiquem com maior detalhamento as ações de restaurante
2079 comunitário e dos serviços e ações de 'cogestão' prestados por essas entidades. - Solicitar à
2080 Secretaria Executiva que todas as questões apresentadas à Comissão para discussão devem estar
2081 acompanhadas de seu contexto, como seu solicitante e a pergunta (email) na íntegra. - Elaborar
2082 um formulário orientador sobre os procedimentos de retorno às perguntas que chegam ao CNAS
2083 em que não haja resposta explícita em Resoluções do CNAS, em Documentos Orientadores e em
2084 normativas. A conselheira Léa Braga irá contribuir em sua construção a ser apresentado no mês
2085 de agosto. Outros assuntos: Encaminhamentos: - Retomar outros assuntos pendentes da Comissão
2086 na próxima reunião para ser inseridos no planejamento. - Considerando o período eleitoral, e uma
2087 provável alteração de gestores de assistência social municipais, a Comissão sugere elaborar um
2088 documento orientador a ser encaminhado a estes sobre o papel das Conferências e sobre a
2089 necessidade de realizar alterações em suas legislações em face da publicação da Lei 12.435/2011
2090 que altera a Loas. - Realizar revisão da Resolução CNAS n.º 237/2006 relativas às novas
2091 publicações do CNAS quanto a sua composição. Neste processo de revisão, incluir orientações
2092 sobre o papel dos Conselhos no acompanhamento do ciclo orçamentário. - Considerando o grande
2093 número de apresentações de memórias e documentos no último dia de Plenária, sugere-se que
2094 alguns deste sejam apresentados no penúltimo dia de reunião (quarta-feira). Essa proposta deve
2095 ser encaminhada a apreciação na Presidência Ampliada. 5. Resposta à correspondência
2096 eletrônica: O Conselho Municipal de Joinville: encaminhou e-mail na data de 26 de junho de 2012
2097 com o seguinte questionamento, transcrito abaixo: Conforme Manual de orientação a expressão
2098 "desde", constante no Anexo IV da Resolução 16-2010, refere-se à data da primeira inscrição da
2099 entidade. 'Pergunto se a entidade se inscreveu em 1999, e depois de algum tempo ficou sem
2100 inscrição, só anos mais tarde requereu novamente devemos colocar em sua inscrição a data de
2101 "desde"1999? Outra coisa, em caso positivo da pergunta acima, em algumas inscrições emitiu-se
2102 de forma equivocada pelo CMAS, colocando a data atual. Neste caso, qual a recomendação?
2103 substituir? A Comissão de Normas sugere a seguinte resposta: Conforme deliberações do CNAS em
2104 julho de 2011, a expressão "desde", constante no Anexo IV da Resolução, refere-se à data da
2105 primeira inscrição da entidade, considerando que a mesma seja ininterrupta, ou seja, se a entidade
2106 ficou por algum período sem estar inscrita no Conselho se considerará a data da primeira
2107 inscrição aquela em que, a partir desta, a entidade manteve continuidade na oferta de seus serviços

2108 e na manutenção da inscrição. Vale ressaltar que o Conselho tem autonomia e competência para
2109 rever os seus atos. Sugerimos consulta à consultoria jurídica do órgão gestor para melhor orientá-
2110 los a respeito das implicações das legislações locais. 6. Informes da coordenação: Conforme
2111 deliberação da Plenária na Reunião Ordinária de outubro de 2011, foi encaminhada consulta à
2112 Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - CONJUR/MDS
2113 sobre o questionamento apresentado por e-mail referente à possibilidade de estrangeiros serem
2114 conselheiros. A CONJUR elaborou a Nota nº 0226/2011/CONJUR/MDS, de 06 de dezembro de
2115 2011, informando "que a Lei nº 8.742, de 1993, previu a criação dos Conselhos Estaduais, do
2116 Distrito Federal e Municipais de Assistência Social, entretanto deixou a cargo dos respectivos
2117 entes federativos a instituição, mediante lei específica, a instituição dos referidos Conselhos". Por
2118 isso, registrou que a consulta sobre a possibilidade de estrangeiros serem nomeados como
2119 conselheiros iria se limitar ao âmbito da esfera federal, ou seja, aos conselheiros do CNAS.
2120 Explicitou ainda que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é o órgão que detém
2121 atribuição para coordenar e gerir o sistema de pessoal administração pública federal, esclarecer
2122 se os estrangeiros, conforme disposto na consulta, podem exercer função pública na seara do
2123 Poder Executivo Federal, especificamente a função de conselheiros no âmbito do CNAS". Pelo
2124 exposto, encaminhou a consulta feita pelo CNAS à Consultoria Jurídica do Ministério do
2125 Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como ao Departamento de Estrangeiros da Secretaria
2126 Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, por entender que a matéria também pode ser afeta ao
2127 interesse desse Departamento. Por meio da Nota nº 0114/2012/CONJUR-MDS/CGU/AGU, de 22
2128 de junho de 2012, a Consultoria Jurídica informa que recebeu o Ofício nº 262-GAB/DEST/SNJ/MJ
2129 e anexos, do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da
2130 Justiça, datado de 29 de maio de 2012, encaminha cópias dos mesmos e, no item 5 da referida Nota
2131 dispõe: "Em resumo, com base na manifestação supra, extrai-se que a Lei nº 6.815, de 1980, não
2132 permite ao estrangeiro exercer atividade de natureza política no Brasil. Assim sendo, ao se
2133 considerar que o CNAS, como os demais Conselhos de Assistência Social, têm natureza de órgão
2134 político de controle social, não há falar na possibilidade de estrangeiros serem designados como
2135 Conselheiros de Assistência Social, salvo quando se tratar de cidadão português, desde que seja
2136 beneficiário do Estatuto da Igualdade, nos moldes do art. 107, parágrafo único, da Lei supra". A
2137 CONJUR/MDS ressalta que a matéria ainda está pendente de apreciação por parte do Ministério
2138 do Planejamento, Orçamento e Gestão. Encaminhamentos: - Aguardar a apreciação do Ministério
2139 do Planejamento, Orçamento e Gestão. 7. PROPOSTA DE PAUTA PARA O MÊS DE AGOSTO: 7.1
2140 Retornar o debate sobre o planejamento das ações da Comissão. 7.2 Apresentação e discussão do
2141 sobre o tema Mobilização e Participação dos usuários na Política de Assistência Social na
2142 Comissão de Normas. 7.3 Apreciação do formulário orientador sobre os procedimentos de retorno
2143 às perguntas que chegam ao CNAS, em que não haja resposta explícita em Resoluções do CNAS,
2144 em Documentos Orientadores e em normativas." A Presidenta indagou se havia alguma observação
2145 com relação aos itens, com o Conselheiro Ademar indicando o 7.2, manifestando a observação
2146 quanto à preocupação observada na fala do Conselheiro Wagner de avançar na clareza da
2147 participação social, com a questão dos usuários, com essa não sendo uma discussão afeta apenas à
2148 Comissão de Normas, mas também à Comissão de Acompanhamento dos Conselhos, devendo estar
2149 prevista no orçamento. A Conselheira Léa esclareceu que o tema havia ido para a Comissão de
2150 Normas, que estava analisando esse material, mas tendo tratado, também, com a Comissão de
2151 Conselhos e depois para trazer para o Plenário. O Conselheiro Anderson concordou com a
2152 importância do tema, tendo que estar na Comissão de Normas que regia, mas também de Políticas e
2153 de Conselho, discorrendo sobre a necessidade de promover não apenas a participação, mas os meios
2154 de o usuário chegar aos eventos, ressaltando a necessidade de orçamento para viabilizar essas

2155 questões. A Conselheira Simone observou que o processo de certificação havia saído do Conselho
2156 Nacional, com a Comissão de Normas reavaliando seu papel dentro do CNAS, tendo sido feito um
2157 documento pela Sra. Márcia Pinheiro que subsidiasse uma discussão nessa Comissão. Que esse
2158 documento havia trazido uma nova concepção da Comissão de Normas para o Conselho Nacional,
2159 tendo sido incorporada nas novas competências da Comissão de Normas, devido a que estava
2160 fazendo esse debate da capacitação dos usuários, apesar de ser tema de interesse de todas as
2161 Comissões. Colocou que a Conselheira Léa, que participava da Comissão de Normas e da Comissão
2162 de Acompanhamento de Conselhos, poderia ser uma fonte importante entre as duas Comissões.
2163 Defendia que a Comissão de Normas deveria continuar a aprofundar o assunto, após o que
2164 discutiriam na Comissão de Acompanhamento de Conselhos e preparariam o debate para o Pleno do
2165 Conselho Nacional. O Conselheiro Wagner concordou com esse debate na Comissão de Normas,
2166 discorrendo sobre os trabalhos que a mesma havia realizado e também sobre a participação do
2167 usuário. Arrazou sobre a importância dessa discussão, que faria com que a sociedade brasileira
2168 pensasse na participação e qualificação do usuário na ponta, efetivando a política da Assistência
2169 Social. A Presidenta, indagando se havia mais alguma colocação, considerou aprovado pelo Pleno o
2170 Relato da Comissão de Normas. Item Relato da Comissão de Política. A Presidenta informou que
2171 a Conselheira Meive havia sido indicado Coordenadora-Adjunta, com o Conselheiro José da Cruz
2172 sendo o Coordenador, que agradeceu sua indicação, passando à leitura dessa memória: “A
2173 *Comissão de Política se reuniu no dia 17/07/2012, de 13h às 18h na esplanada dos ministérios,*
2174 *anexo o bloco F, Ala, na sala 111. Os Conselheiros presentes: José Crus Coordenador; Meive*
2175 *Ausônia Piacesi, Coordenadora Adjunta; Anderson Lopes Miranda; Edivaldo da Silva Ramos;*
2176 *Jane Pereira Clemente; Luziele Tapajós; Márcia de Carvalho Rocha; Margarida Munguba*
2177 *Cardoso; Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria; Nilsia Lourdes dos Santos. Ausências que*
2178 *foram justificadas: Maria do Socorro Fernandes Tabosa e Dário Frederico Pasche. Ouvintes:*
2179 *Clodoaldo de Lima Leite; Gabriela Barbatti Mendonça de que Marlene Merisse. Apoio da*
2180 *Secretaria-Executiva do CNAS, a Coordenadora da Comissão técnica de acompanhamento da*
2181 *política de Assistência Social Maria auxiliadora Pereira; Ana Tereza Gomes; Maria Antônia*
2182 *Pereira valente; Rosiely Bonfim. 1. INFORMES SOBRE FUNCIONAMENTO DA Comissão: A*
2183 *Coordenadora da Coordenação de Política, Maria Auxiliadora Pereira, fez uma apresentação*
2184 *sobre o funcionamento - fluxos dos trabalhos da Comissão e o papel da Secretaria executiva no*
2185 *assessoramento das reuniões, conforme prevê o Regimento Interno do CNAS, bem como o resgate*
2186 *dos aspectos que concernem à Comissão de Política da Assistência Social, considerando o rol de*
2187 *competências e atribuições do CNAS. 2. DEFINIÇÃO DO COORDENADOR(A) E*
2188 *COORDENADOR(A) ADJUNTO DA Comissão: Atendendo ao disposto no art. 38 do Regimento*
2189 *Interno do CNAS os membros titulares da Comissão de Política da Assistência Social elegeram*
2190 *como Coordenador o Conselheiro José Crus e Coordenadora Adjunta, a Conselheira Meive*
2191 *Ausônia Piacesi. para coordenar os trabalhos dessa Comissão. 3. PLANEJAMENTO DA AGENDA*
2192 *TEMÁTICA DA COMISSÃO: O Coordenador da Comissão, José Crus, enfatizou a importância*
2193 *estratégica da Comissão de Política na discussão e proposta de encaminhamentos ao Pleno do*
2194 *CNAS, visando o fortalecimento da política de proteção social não contributiva no Brasil.*
2195 *Apresentou uma relação de temas relacionados à Política de Assistência Social, que tem sido objeto*
2196 *de debate no âmbito da Comissão, bem como outros temas desafiantes para o avanço do SUAS. A*
2197 *partir dessa lista inicial, os Conselheiros identificaram outros temas igualmente relevantes e*
2198 *prioritários. A agenda será composta pelos seguintes temas: • Discutir o texto da Política Nacional*
2199 *de Capacitação e Educação Permanente do SUAS; Acompanhar o processo de desenvolvimento do*
2200 *Programa Nacional de Capacitação do SUAS - CapacitaSUAS; • Acompanhar e discutir a proposta*
2201 *de revisão da NOB/SUAS; • Acompanhar o processo de implementação da NOB-RH/SUAS: -*

2202 Reconhecimento dos trabalhadores de nível médio e fundamental do SUAS - Acompanhamento da
2203 instalação das Mesas de Negociação do SUAS, entre outros aspectos relevantes da Norma;
2204 Acompanhar e monitorar o Pacto de Aprimoramento de Gestão Estadual e do Distrito Federal do
2205 SUAS; Encaminhar e Monitorar as moções da VIII Conferência Nacional de assistência social que
2206 dizem respeito à Comissão; Acompanhar e avaliar a implementação da Resolução CNAS nº 33/11,
2207 que define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da assistência social;
2208 Acompanhar e avaliar a implementação da Resolução de nº 34/11, que define a Habilitação e
2209 Reabilitação da Pessoa com Deficiência e sua Inclusão à Vida Comunitária, no campo da
2210 assistência social; Discutir a contextualização da situação atual do Trabalho Infantil e reavaliar as
2211 políticas públicas para o seu enfrentamento; Política Nacional da População em Situação de Rua
2212 (avaliação dos programas e serviços voltados para essa população - impactos sociais do
2213 cofinanciamento, ciclos de vida, entre outros); Programa Nacional de Promoção ao Acesso ao
2214 Mundo do Trabalho - Acessuas Trabalho - Avaliação anual, conforme prevê a Resolução CNAS nº
2215 18/12; Cofinanciamento para o Serviço de! Convivência e Fortalecimento de Vínculos, priorizando
2216 crianças de 0 a 6 anos; Desenvolver Agenda Intersetorial com os conselhos Setoriais e de Defesa
2217 de Direitos para tratar e acompanhar temas prioritários à efetivação do SUAS, dando ênfase à:
2218 idoso, jovem, pessoa com deficiência, recorte racial, etc.) - intersectorialidade entre política de
2219 assistência social e as demais políticas: (prioritariamente: saúde, trabalho, educação, justiça,
2220 direitos humanos) Neste âmbito, debater: - Centros Dia de Referência residências Inclusivas
2221 Realização de Oficina 9orientadora - CNAS/SNAS (DPSE) - SINASE e Internação Compulsória de
2222 Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e Usuários de Substâncias Psicoativas: -
2223 Fortalecimento da Rede de Proteção Social e do Sistema de Garantia de Direitos no território
2224 contra a violação de direitos de crianças e adolescentes em caso de escutas especiais para aferição
2225 de provas - Depoimento sem Dano; - Plano Brasil sem Miséria; - Plano Nacional de
2226 Enfrentamento do Crack e outras drogas: Crack, é possível vencer; - Plano Nacional da Pessoa
2227 com Deficiência - Viver sem Limite; - Plano Brasil Carinhoso; A Comissão sugere à Plenária os
2228 seguintes encaminhamentos: - Construir o Plano de Ação da comissão de Política da Assistência
2229 Social a partir dos temas elencados acima, com a definição de objetivos, estratégias de
2230 operacionalização por meio de ações/atividades e prazos para sua execução. (Responsáveis pela
2231 coordenação dos trabalhos: Conselheiro José da Cruz e Conselheira Luziele Tapajós) -
2232 Encaminhar a proposta de Plano de Ação da Comissão aos integrantes da Comissão, para
2233 contribuições ao documento. 4. INFORMES: 4.1. GRUPO DE TRABALHO POLÍTICA NACIONAL DE
2234 CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO PERMANENTE DO SUAS - GT PNC/SUAS A Conselheira Jane
2235 Clemente, Coordenadora do GT, fez um breve relato das atividades desse grupo, informando que: o
2236 GT foi instituído pela Resolução CNAS nº 19, de 6 de junho de 2012. Os integrantes do GT são:
2237 Conselheira Jane Clemente e Conselheiro José Crus O GT conta com os seguintes convidados:
2238 Professoras. Esther Lemos, representante do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS
2239 (FNTSUAS), Jucimeri Silveira- PR e Stella Ferreira - SP. No decorrer dos trabalhos serão
2240 convidados outros especialistas que o GT julgar necessário ao desenvolvimento do trabalho. Tem
2241 como objetivo sistematizar o texto da Política Nacional de Capacitação e Educação Permanente do
2242 SUAS a partir das contribuições oriundas da Oficina realizada pelo CNAS em 25 de março de
2243 2012. - Prazo para o término dos trabalhos: até 90 dias Há o indicativo do GT de finalizar os
2244 trabalhos de sistematização do texto final da PNC/SUAS a apresentá-lo na Reunião da Comissão
2245 de Política, em 11 de setembro próximo, para apreciação e aprovação do Plenário nos dias 12 e 13
2246 do mesmo mês. Reuniões realizadas: - 2 de julho de 2012: Definição de estratégias de trabalho do
2247 GT a partir do resgate dos principais pontos da sistematização da oficina e definição de uma
2248 agenda parcial de trabalho. - 16 de julho de 2012: Início das discussões dos seguintes eixos: -

2249 *Histórico das capacitações anteriores. 1. Trabalho e Educação no SUAS: 2. Formação e*
2250 *Capacitação no SUAS; 2.1. Princípios: 2.2 Educação Permanente; 2.3. Interdisciplinaridade; 3.*
2251 *Diretrizes; 4. Objetivos. Próximas reuniões do GT: - 31 de julho - 10h às 18h - 21 de agosto -10h às*
2252 *18h. 4.2. RESPOSTA DO CEAS/PE EM RELAÇÃO À SOLICITAÇÃO DO CNAS DE*
2253 *ACOMPANHAMENTO DA TRANSIÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER (CRM) PARA OS*
2254 *CREAS: A Plenária do CNAS de fevereiro de 2012 aprovou o encaminhamento de solicitação aos*
2255 *Conselhos Estaduais de Assistência Social de Rondônia, Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo e*
2256 *Paraná, para acompanharem o processo de transição dos centros de referências da Mulher*
2257 *(CRMs) para os CREAS, uma vez que o CadSUAS identificou que esses dois centros estavam*
2258 *funcionando no mesmo endereço nos seguintes municípios: Vilhena, RO; Petrolina, PE; Cachoeiro*
2259 *do Itapemirim, ES; Campinas, Jandira, São Carlos e Santa Gertrudes, SP; e Foz do Iguçu e*
2260 *Sarandi, PR. Foi anexado aos ofícios uma Nota Técnica nº 55 do DPSE/SNAS. Ressalta-se que a*
2261 *SNAS/MDS encaminhou a referida Nota Técnica aos respectivos gestores. O CNAS recebeu o Of.*
2262 *035, do CEAS de Pernambuco encaminhando o Ofício 229/12 da Secretária Municipal de*
2263 *Desenvolvimento Social e Trabalho de Petrolina/PE que, dentre outras informações, relata que:*
2264 *"as unidades vem funcionando perfeitamente em conjunto, até porque o CREAS tem legitimidade*
2265 *para atender mulheres vítimas de violência, não havendo dessa forma, nenhuma irregularidade. 11*
2266 *A Comissão sugere à Plenária os seguintes encaminhamentos: - Encaminhar a resposta do*
2267 *CEAS/PE à SNAS/MDS, solicitando providências necessárias e cabíveis, bem como informar a este*
2268 *Conselho os encaminhamentos realizados. - Encaminhar aos Conselheiros da Comissão a cópia da*
2269 *Nota Técnica nº 55/2012 do DPSE/SNAS. 5. OUTROS ASSUNTOS TRATADOS NA COMISSÃO: 5.1.*
2270 *OFÍCIO DO CEAS/MG EM RELAÇÃO À RESOLUÇÃO CNAS Nº 08/2012 (PROGRAMA NACIONAL DE*
2271 *CAPACITAÇÃO DO SUAS - CAPACITASUAS) - Questiona a não citação dos Conselhos nas*
2272 *responsabilidades dos entes federados e solicita normativas do CNAS para assegurar as*
2273 *capacitações dos conselheiros sem exigência de escolaridade (nível médio e superior), uma vez que*
2274 *não há exigência de nível de escolaridade para os conselheiros da assistência social. A Comissão*
2275 *sugere à Plenária o seguinte encaminhamento: - Formulação de ofício ao CEAS/MG esclarecendo*
2276 *que o público do CapacitaSUAS são: Gestores, trabalhadores e conselheiros da rede*
2277 *socioassistencial. Esclarecer que a participação e responsabilidade dos conselhos estaduais no*
2278 *CapacitaSUAS está prevista no item: "Acompanhamento e Monitoramento" do referido programa:*
2279 *"O controle social desse Programa será exercido pelos Conselhos Nacional, Estaduais e do*
2280 *Distrito Federal da Assistência Social, os quais deverão apreciar e aprovar as metas e a aplicação*
2281 *dos recursos destinados a esse Programa. 11 Ressalta-se que o Programa de Capacitação do*
2282 *SUAS apoia os governos estaduais e do DF na execução dos Planos Estaduais e do DF de*
2283 *Capacitação do SUAS, pactuados nas CIBs, no caso dos estados, e aprovados nos CEAS e no*
2284 *CAS/DF. Os conselhos estaduais e do DF deverão, também acompanhar a prestação de contas do*
2285 *CapacitaSUAS. As responsabilidades dos entes federados pactuadas na CIT e aprovadas pelo*
2286 *CNAS estão relacionadas aos patamares formativos (nivelamento, atualização, aperfeiçoamento,*
2287 *especialização e mestrado) e não relacionadas ao público e metas, que são assuntos/pauta de*
2288 *debate anual nas instâncias de pactuação e de deliberação da Política de Assistência Social.*
2289 *Enfatizar que a capacitação pactuada para 2012 é: Introdutória (nivelamento) dirigidas às equipes*
2290 *dos CRAS que estão desenvolvendo os serviços volantes, as equipes dos CRAS, CREAS, CREAS*
2291 *políticas públicas e Serviços de Acolhimento Institucional e cursos de atualização dirigidos às*
2292 *equipes que exercem funções de gestão. 5.2. Ofício Ministério Público do estado de minas gerais –*
2293 *1ª Promotoria de justiça da comarca de Araguari Nº 372/2012 - solicita aperfeiçoamento da*
2294 *Resolução CNAS nº 17/2011, para acrescentar a figura do advogado como integrante obrigatório*
2295 *de equipes do CRAS e CREAS, e não apenas na proteção social de média complexidade. A*

2296 *Comissão sugere à Plenária o seguinte encaminhamento: - Formulação de ofício ao Ministério*
2297 *Público de MG/Comarca de Araguari, justificando a inclusão do Advogado na Equipe de*
2298 *Referência dos CREAS, na Média Complexidade, como obrigatória, em função das situações de*
2299 *violação de direitos atendidos nesse nível de complexidade do SUAS, o que demanda maior*
2300 *articulação, encaminhamentos e interface com o Sistema de Garantias de Direito, o que requer a*
2301 *presença desta categoria profissional. Informando, ainda, que dos 2.109 CREAS implantados no*
2302 *território nacional, apenas 1.117 possuem o profissional do Direito, representando 53% do total de*
2303 *CREAS. A Resolução CNAS nº 17/11, ratifica as equipes de referência estabelecidas na NOB/RH-*
2304 *SUAS e reconhece outras categorias profissionais para atender as necessidades dos serviços e da*
2305 *gestão do Sistema. 5.3. e-mail: Alessandra Lopes- Juiz de Fora, MG - Solicita*
2306 *informações/esclarecimentos sobre idade/faixa etária e seu respectivo ciclo de vida, apontando*
2307 *contradições na PNAS, na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e no ECA. A*
2308 *Comissão sugere à Plenária o seguinte encaminhamento: - Remeter a demanda à SNAS/MDS para*
2309 *resposta à interessada, com cópia ao CNAS. 6. Definição da pauta para o mês de agosto: -*
2310 *Discussão da proposta de Plano de Ação da Comissão de Política da Assistência Social.” A*
2311 *Presidenta passou às considerações, com o Conselheiro Carlos Rogério indicando o item 3,*
2312 *planejamento da agenda temática da Comissão, indagando se já havia proposta para esse*
2313 *reconhecimento dos trabalhadores do nível médio, a metodologia etc.. O Conselheiro José da Cruz*
2314 *informou que estavam fazendo alguns encaminhamentos no âmbito da gestão, relatando os estudos*
2315 *que estavam sendo feitos a respeito das categorias de nível médio prescritas no CBO, relatando as*
2316 *situações encontradas. Ponderou que esse trabalho permitiria pensar na melhor metodologia para o*
2317 *trabalho do reconhecimento das categorias profissionais de nível médio e fundamental do SUAS,*
2318 *mas com a metodologia aplicada no reconhecimento das categorias de nível superior não seria a*
2319 *mesma. Registrou que haviam dado detalhamento maior no nível médio no Censo junto com a*
2320 *equipe da Comissão, tendo um retrato melhor para o Censo de 2012. A Conselheira Maria*
2321 *Aparecida indicou ter uma deliberação da Conferência de Assistência que teriam um prazo de 120*
2322 *dias para instalar a mesa de negociação do SUAS., ponderando não ser uma tarefa fácil, visto o*
2323 *tempo que demandaria esse levantamento e a necessidade de se fazer um bom trabalho. A*
2324 *Conselheira Simone informou que o MDS havia encaminhado a proposta de instituir a mesa*
2325 *nacional de negociação do SUAS, seguindo o compromisso feito com o Conselho Nacional, e com*
2326 *sua proposta estava em discussão no Ministério. Sugeriu que a Presidenta e a Vice-Presidenta do*
2327 *CNAS deveriam colocar essa questão na pauta no debate com a Secretária Denise, os Secretários-*
2328 *Executivos e a Ministra. A Conselheira Simone ressaltou a preocupação com a definição da mesa,*
2329 *tendo que se ter muito cuidado na definição desse processo. A Presidenta destacou que considerava*
2330 *ser cuidados normais desse tipo de iniciativa, que era absolutamente nova no âmbito da Assistência*
2331 *Social. A Conselheira Jane complementou que havia faltado na memória, mas que haviam discutido*
2332 *na Comissão acompanhar e avaliar a implementação da Resolução 33, 34 e 35. O Conselheiro*
2333 *Ademar observou que os dados do Censo, a respeito dos trabalhadores da rede complementar,*
2334 *estavam muito frágeis e pouco trabalhados, indagando como a Comissão estava levando em conta*
2335 *esses dados da rede complementar. Colocando a fragilidade da CBO em relação a todas as*
2336 *mudanças que o mercado de trabalho trazia, indagando como estavam trabalhando o voluntariado,*
2337 *considerando o grande número aparecido na rede complementar. O Conselheiro José da Cruz*
2338 *informou que estavam incluindo todos os trabalhadores, inclusive os voluntários, fortalecendo e*
2339 *valorizando esses trabalhadores. Indicou a valorização da política de capacitação, aprovada pelo*
2340 *CNAS, o CAPACITASUAS, que agregava trabalhadores que estavam na rede, relatando as várias*
2341 *estratégias utilizadas para valorizar o trabalhador. Que teriam que ter um estudo mais aprofundado*
2342 *no Censo SUAS a partir de 2012, com as informações obtidas até então, eram mais genéricas. O*

2343 Conselheiro Wagner observou que respeitavam todos os trabalhos realizados historicamente no país
2344 pelo trabalho dos voluntários, que havia saído do Censo SUAS com a política do Sistema e com a
2345 PNAS, mas que o mesmo não era trabalhador do SUAS, o que havia que deixar bem claro, apesar
2346 do trabalho que realizava. A Presidenta sugeriu aos Coordenadores das Comissões que
2347 conformassem o mesmo plano de ação para todas as Comissões, tendo o mesmo cronograma. O
2348 Conselheiro Anderson informou a distribuição do jornal “O Trecheiro”, para ser distribuído para os
2349 Conselheiros. A seguir, relatou a situação ocorrida em São Paulo, onde haviam derrubado o
2350 Secretário de Segurança Urbana por ter proibido a distribuição de sopa. A Conselheira Leila
2351 destacou o intenso trabalho que havia sido realizado nesses dias, ressaltando as atividades da
2352 Sociedade civil e sua renovação de votos de compromisso com a política pública de Assistência
2353 Social, desejando contribuir de forma efetiva para a consolidação do SUAS. Concluindo, desejou
2354 bom retorno a todos. A Secretária-Executiva indicou que a Secretaria-Executiva, com essa nova
2355 gestão, também se renovava e adaptava aos novos procedimentos, estando à disposição de todos,
2356 informando ao Conselheiro Carlos Rogério que com relação ao arrecadado, estaria providenciando
2357 para o próximo Pleno. A Presidenta destacou a participação de todos, desejando um bom retorno e
2358 colocando-se à disposição para situações relacionados ao CNAS, indicando seu celular e telefone
2359 institucional para contatos. Ressaltou o produtivo trabalho que haviam realizado, colocando sua
2360 satisfação em contribuir para que fossem instituídas as melhores condições para a realização das
2361 discussões. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a presença de
2362 todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço
2363 de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata,
2364 aprovada em reunião de de de dois mil e doze.
2365